

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SOCIO ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**FLÁVIA SCALSAVARA**

**EDUCAÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO: E AS UNIVERSIDADES  
ABERTAS DA TERCEIRA IDADE: UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DO  
SABER**

**FLORIANÓPOLIS, MARÇO DE 2013**

**FLÁVIA SCALSAVARA**

**EDUCAÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO: E AS UNIVERSIDADES  
ABERTAS DA TERCEIRA IDADE: UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DO  
SABER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado,  
como requisito parcial para obtenção do título  
em Bacharel em Serviço Social, sob a  
orientação da Professora Doutora Eliete Cibele  
Cipriano Vaz.

FLORIANOPÓLIS, MARÇO DE 201

**FLÁVIA SCALSAVARA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Eliete Cibele Cipriano Vaz

Orientadora

---

Profa. Dra. Sirlândia Schappo

1ª Examinadora

Departamento de Serviço Social /UFSC

---

MSc Rita de Cássia Gonçalves

2ª Examinadora

Convidada/UFSC

**Florianópolis, 01 de março de 2013**

*Dedicatória*

*Aos meus pais pelo esforço, incentivo e persistência*

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais pelo incentivo e apoio para finalização desta etapa.

Agradeço especial a Professora e Orientadora Dra. Eliete Cibele Cipriano Vaz, pelo carinho, profissionalismo, em compartilhar comigo seus conhecimentos e tempo, sendo fundamental nessa etapa.

Aos professores do Curso de Serviço Social que contribuíram para minha formação profissional.

Ao Núcleo de Estudos da Terceira Idade, pela oportunidade de estágio, onde pude apreender o que é envelhecimento.

A Assistente Social Maria Cecília Antônia Godtsfriedt, pela dedicação e carinho durante este período.

Aos monitores do CFMAG, por dividir essa etapa da vida comigo e me oportunizarem presenciar o que é envelhecimento.

Agradeço aos colegas e amigos do curso de Serviço Social, em especial a Graciele Osório, Josiane Espíndola e Paulo Henrique por quatro anos de amizade, companheirismo, incentivo e dedicação.

Flávia Scalsavara

*Envelhecer*

*A coisa mais moderna que existe nessa vida é envelhecer  
A barba vai descendo e os cabelos vão caindo pra cabeça aparecer  
Os filhos vão crescendo e o tempo vai dizendo que agora é pra valer  
Os outros vão morrendo e a gente aprendendo a esquecer*

*Não quero morrer pois quero ver  
Como será que deve ser envelhecer  
Eu quero é viver pra ver qual é  
E dizer venha pra o que vai acontecer[..]*

*(Arnaldo Antunes)*

SCALSAVARA, Flávia. **Educação Para o Envelhecimento: E as Universidades Abertas da Terceira Idade: Um espaço de construção do saber.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

## RESUMO

Este trabalho tem como tema principal os Programas de Preparação Para a Aposentadoria. Apresentamos como objetivo geral: enfatizar os Programas de Preparação Para a Aposentadoria como alternativa para o envelhecimento saudável. Para melhor compreensão do objeto proposto, optamos pelo Estudo Exploratório, delineado como Pesquisa Bibliográfica, de natureza qualitativa e organizamos o presente trabalho em três seções que trataram das Universidades Abertas da Terceira Idade como um mecanismo para promover a arte de educar-se para envelhecer, dos Programas de Preparação para Aposentadoria, como uma forma de planejamento para uma nova etapa da vida: o envelhecimento e, por fim, apresentamos o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), como um dos pioneiros a repensar o envelhecimento no Brasil, além de identificar o seu papel fundamental, com um dos pilares para a construção de uma nova política e para a elaboração de uma nova imagem do envelhecimento. Enfatizamos a experiência de estágio junto ao Curso de Formação de Monitores de Ação Gerontológica, destacando a importância de preparar-se para envelhecer, afirmando que a educação consiste em uma ferramenta para se pensar sobre as alternativas para o envelhecimento.

**Palavras-Chaves:** Envelhecimento, Programa de Preparação para Aposentadoria, Universidade Aberta, Educação, Serviço Social.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Pirâmides etárias de 1970 2000.....	26
<b>Gráfico 2.</b> Distribuição da população por sexo e Grupo de idade do Brasil .....	29
<b>Gráfico 3</b> .Distribuição da população segundo Sexo e Grupo de idade Região Sul.....	31
<b>Gráfico 4.</b> Pirâmide etária do Estado de Santa Catarina.....	34

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela1.</b> Relação da População Idosa e Grupos de idade da Região Sul.....	31
<b>Tabela2.</b> Relação entre envelhecimento feminino e Grupos de idade da Região Sul .....	32
<b>Tabela3.</b> Relação entre envelhecimento masculino e Grupos de idade da Região Sul.....	32

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CAPS- Caixa de Aposentadorias e Pensões

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social

CFMAG- Curso de Formação de Monitores de Ação Gerontológica

DAEX- Departamento de Apoio a Extensão

DATAPREV- Empresa de Processamento de Dados da Previdência e Assistência Social

FGTS- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FUNRURAL- Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LBA- Legião Brasileira de Assistência

LOPS- Lei Orgânica da Previdência Social

MPAS- Ministério de Previdência e Assistência Social

MP- Medida Provisória

MPS- Ministério de Previdência Social

NETI- Núcleo de Estudos da Terceira Idade

IAPS- Instituto de Aposentadoria e Pensões

IAPM- Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos

INPS- Instituto Nacional de Previdência Social

PASEP- Programa Nacional de Formação do Servidor Público

PRCE - Pró-Reitoria de Cultura e Extensão

PIS – Programa de Integração Social

PPAS- Programa de Preparação para Aposentadoria

PRORURAL-Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

PROEX - Pró- Reitoria de Extensão

PUC-Pontifícia Universidade Católica

RGPS- Regime Geral da Previdência Social

SAMDU- Serviço de Assistência Médica Urgência

SESC- Serviço Social do Comércio

ONU- Organização das Nações Unidas

UATis- Universidades Abertas para a Terceira Idade

UDESC- Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 ENVELHECIMENTO EM PERPESCTIVA</b> .....	18
1.1 Envelhecimento como categoria social .....	18
1.2 Conceitos classificatório de envelhecimento .....	20
1.3 Envelhecimento no Brasil.....	24
1.4. Envelhecimento populacional na Região Sul .....	30
1.5 Florianópolis:capital para envelhecer?.....	35
1.6 Envelhecimento: problema social?.....	36
<b>2 APOSENTADORIA DIREITO SOCIAL?.....</b>	<b>44</b>
2.1 Aposentadorias: como etapa da vida.....	44
2.2 Aposentadoria, construção social e respaldo legal.....	46
2.3 Aposentadoria: contextualização histórica de um direito social .....	48
2.4 A regulamentação da aposentadoria.....	55
2.5 A aposentadoria, seus desdobramentos ao aposentado e os PPAs.....	57
2.6. Síntese histórica dos Programas de Preparação para Aposentadoria .....	59
<b>3. EDUCAÇÃO: UMA ALTERNATIVA DE PREPARAÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO</b> .....	<b>64</b>
3.1 O processo educativo do Envelhecimento: algumas reflexões.....	64
3.2 As Universidades Abertas da Terceira Idade: experiências nacionais e internacionais.....	66
3.3. A educação em cena: a experiência das Universidades Abertas da Terceira Idade no Brasil.....	69
3.4 O Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI).....	73

3.5 O Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica ( CFMAG).....	83
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	91
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	96
<b>ANEXOS</b> .....	102

## INTRODUÇÃO

Educar para envelhecer consiste em um das tarefas mais difíceis da vida do ser humano, talvez a mais difícil de realizar, considerando que vivemos em uma sociedade onde o envelhecimento é visto como uma fase de constantes perdas e desvalorização, no entanto, existem alternativas para proporcionar uma possível mudança de atitude em relação a esta fase. Conforme Silva (2007, p.81) “um dos maiores desafios do mundo é o envelhecimento, as sociedades se desenvolvem, vencem desafios e cresce a idade da população”.

Bem sabemos que pensar em educação para o processo de envelhecimento, ocorre quando se inicia velhice, ou por volta dos quarenta, cinquenta anos ou próximo à aposentadoria, quando na grande maioria das vezes, essa fase é vista como uma fase de empobrecimento, de perda de sentido social, embora se enfatize que o envelhecimento não interessa apenas aos idosos, mas toda uma sociedade. (GIACOMINI, 2011, p. 319)

Entende-se, dessa forma, que o progressivo crescimento da população idosa torna-se um fator visível no século XXI, não somente na existência de anos a mais a serem vividos, mas na qualidade do envelhecimento e no processo de preparação para essa etapa. Concordamos com a concepção de que a “educação não pode ser bem restrito a crianças e aos jovens, mas é um investimento que deve perpassar todas as faixas etárias”. (MELO, 1995 p.102)

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo geral: Enfatizar os Programas de Preparação para Aposentadoria como importante alternativa para possibilitar o desenvolvimento de um envelhecimento saudável.

O interesse por tal aspiração, surgiu da experiência de estágio realizada por dois anos junto ao NETI, - Núcleo de Estudos da Terceira Idade – durante o período de março de 2011 a dezembro de 2012, o qual possibilitou desenvolver um outro olhar sobre o processo de envelhecimento humano, aguçando o interesse em pesquisar a relação entre envelhecimento humano e suas interligação com os Programas de Preparação para Aposentadoria, instigando-nos a pensar como é possível preparar-se para envelhecer, abordando os PPAS, como uma forma de preparação para o envelhecimento humano, o qual consiste em uma ferramenta metodológica para proporcionar um resgate social do sentido de envelhecer. Enfatizando, dessa

forma que os programas de preparação para aposentadoria ainda são pouco divulgados nos ambientes de trabalhos.

Destacamos a crescente necessidade de assumir a tarefa e a responsabilidade em vivenciar o processo de envelhecimento de forma mais saudável, através desses programas preparatórios que são poucos realizados e, muitas vezes, a participação dos integrantes é mínima para conhecer, através da educação, ferramentas para promover um envelhecimento saudável, como, por exemplo, as Universidades Abertas da Terceira Idade consideradas como um pilar para o reconhecimento do envelhecimento enquanto fenômeno universal.

Para melhor compreensão da temática proposta, definimos como objetivos específicos: Apresentar concepções sobre o envelhecimento; Destacar o envelhecimento como categoria social produzida; Analisar o envelhecimento como problema social; Compreender os principais aspectos históricos do envelhecimento, especialmente no Brasil; Identificar as principais iniciativas voltadas à educação para idosos; Apresentar as ações desenvolvidas pelo NETI, na área da Educação Permanente.

Neste sentido, é essencial pensar em políticas sociais destinadas a essa faixa etária.

Segundo Motta:

É difícil reconhecer-se como velho - principalmente como velha- porque a velhice é sempre associada à decadência [...] física mental, social. A doença, a dependência e a fealdade. A senilidade e a proximidade da morte. [...]Não se querem enquadrados no modelo cruel. Reconhecem que a velhice existe, mas não é aquilo que está neles. Velho é sempre o outro (MOTTA, 1998, p.228 apud DEBRET, 1998).

Visualizar a velhice do outro é sempre fácil, mas identificar-nos como parte desse processo é algo muito difícil para o ser humano. Por outro lado, é necessário enfrentar essa realidade e compreender que a velhice é uma etapa da vida e não uma doença (SCOHNS&PALMA, 2000).

Nesse sentido, Mardegan (1993) apresenta a seguinte observação:

Tornar-se velho é um evento caracteristicamente humano e que representa hoje, nas sociedades ocidentais modernas, um verdadeiro mito, através do qual as pessoas percebem o declínio de suas potencialidades como seres humanos. (MARDEGAN, 1993, p.26)

Assim, enfatizamos como uma alternativa para se reconhecer nesse processo de envelhecimento, a educação continuada e permanente que possibilite a reflexão sobre o que é envelhecer, sendo considerada como importante instrumento para o desvendamento da

realidade social, a partir do enfoque sobre a construção de uma história social do envelhecimento. Segundo Mafioletti (2008), os idosos vêm na educação um instrumento de ascensão social e de promoção do conhecimento.

Cabe afirmar como é essencial a difusão de uma Política Educacional em princípios gerontológicos que possibilite a difusão da preparação para envelhecer (SILVA, 2007).

Para a análise, optamos pela Perspectiva Crítica do Materialismo Dialético, possuindo como hipótese que o envelhecimento humano é somente visualizado a partir do processo de aposentadoria, tornando-se necessário, que haja um processo de preparação para adentrar nesta nova fase da vida.

Para melhor compreensão da temática, foi realizado um Estudo Exploratório, de natureza qualitativa, delineado como pesquisa bibliográfica. Segundo Gil possui a “principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. (GIL, 2004, p.47)

Como aporte teórico, consultamos obras de destacados autores, como Guita Grin Debret (1996, 1997, 2000,2004), Simone de Beauvoir (1990), Marcelo Salgado (1980), Meire Cachioni (2003), e Potyara Pereira (2005).

O presente trabalho encontra-se dividido em três seções: primeira seção: O Envelhecimento em Perspectiva apresenta o envelhecimento enquanto uma categoria socialmente produzida, tratada como um problema social. Apresentamos terminologias utilizadas para identificar essa fase da vida.

Na segunda seção, abordamos o processo de aposentadoria, destacando a saída do mundo produtivo para a inatividade, e os PPAS, como uma alternativa para possibilitar maior visibilidade para o envelhecimento, gerando menos impacto na saída do mundo produtivo.

Na terceira seção, destacamos a importância das Universidades Abertas para a Terceira da Idade como um mecanismo para proporcionar um envelhecimento saudável, apresentando de maneira sucinta o seu início e destacando o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), como um espaço para a valorização do envelhecimento humano, digno que proporcione a pessoa idosa o seu reconhecimento como ser autônomo e atuante neste processo.

Destacamos como parte fundamental do NETI, o Curso de Formação de Monitores de Ação Gerontológica (CFMAG) como um espaço de formação de acadêmica voltado para área gerontológica, constituindo-se como eixo no reconhecimento do envelhecimento humano no meio acadêmico.

Por fim, apresentamos as Considerações Finais, destacando os principais resultados do estudo e suas contribuições para compreender o processo de envelhecimento.

## 1. O ENVELHECIMENTO EM PERSPECTIVA

*O que há de essencial em nós, não envelhece nunca.*

*Orfelina Viera Melo*

### 1.1 O envelhecimento como categoria social

O envelhecimento humano sempre esteve presente na história da humanidade, por vezes, aguçando a curiosidade humana em descrevê-lo, pois foi considerado como uma doença, um agente patogênico<sup>1</sup>, e vinculado a um período de desprestígio social e perda de papel social na sociedade, ou dentro da própria tribo.

Beauvoir (1990) define que a velhice é resultado de um prolongamento de um processo, nesse caso, a vida. Por processo essa autora entende todo o curso da vida humana, que começa no momento do nascimento e perpetua até a morte. Significando a construção de algo permanente, ou seja, a evolução da vida humana que perpassa por vários estágios. Salgado (1980), enfatiza que envelhecer é um privilégio para aqueles que conseguem chegar até determinada idade, ou seja, o envelhecimento é uma dádiva humana.

Para a autora, o envelhecimento no aspecto biológico, a refere-se às transformações que vão ocorrendo com o corpo humano, aquelas que se tornam visíveis, como as linhas de expressão, os primeiros cabelos brancos, as deficiências no aparelho auditivo, na visão, entre outros, assim como o aparecimento dos problemas renais, imunológicos, dentre outros. “O envelhecimento biológico é uma condição imutável da espécie humana que se traduz por perdas orgânicas, progressivas” (SALGADO, 1980p. 40).

A velhice ocorre naturalmente no organismo humano, sem importar o local, o contexto cultural em que o indivíduo esteja porventura inserido. Pois, biologicamente, é próprio do ser humano, “a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade; ela não é somente um fato biológico, mas também um fato cultural”. (BEAUVOIR, 1990, p.20)

Percebe-se, portanto, que discutir envelhecimento humano remete não somente aos aspectos biológicos, psicológicos, mas, sobretudo, aos aspectos sociais.

---

<sup>1</sup> Conforme consta o significado da palavra patogênico no dicionário Priberam: Patogênico refere-se ao que pode provocar doença.

O envelhecimento, no aspecto social, envolve a perda de um sentido de pertencimento ao grupo social<sup>2</sup>. Atrelado a isso, está à chegada da aposentadoria e o afastamento do grupo de trabalho e de sua respectiva rotina. Todavia, cabe destacar que o envelhecimento ocorre de maneira diferente em cada indivíduo. Sendo um processo simultâneo, próprio de cada indivíduo, percebido de diferentes maneiras, conforme o contexto cultural. Assim, entende-se que esse processo ocorre de maneiras diversas, nas mais variadas sociedades.

Para Guita Grin Debret, uma das dificuldades da Antropologia, no campo do envelhecimento é que a velhice é uma categoria socialmente produzida, argumentando da seguinte forma:

Faz-se, assim distinção entre um fato universal e natural - o ciclo biológico, do ser humano e de boa parte das espécies naturais, que envolve o nascimento, o crescimento e a morte - e um fato social e histórico – a variabilidade das formas de conceber e viver o envelhecimento (DEBRET, 2003, p.49).

Entretanto, a velhice como categoria socialmente produzida, é explicada através das diferentes formas de compreender o processo de envelhecimento em diferentes culturas e lugares. Pois cada cultura, em um determinado tempo histórico possui formas diversas de compreensão, cuidado e vivência do que é envelhecimento. Contudo, é necessário considerar que o processo de envelhecimento ocorre de forma diversificada na sociedade, assim também, como os papéis sociais<sup>3</sup> produzidos por esta fase. Em conformidade com isso Grunspan et al reflete:

Ser velho é uma categoria social. Só existimos socialmente na medida em que nossos papéis são confirmados e reconhecidos pela sociedade da qual fazemos parte. Espera-se que cada grupo ou categoria desempenhe o papel a ele associado. As atitudes, os

---

<sup>2</sup> Grupo social designa conjuntos de seres humanos que interagem de modo sistemático entre si. É uma coletividade identificável, estruturada e contínua de pessoas que desempenham papéis recíprocos em conformidade com normas, interesses e valores com vista à prossecução de objetivos comuns. O grupo tem normas de conduta (que não têm que ser escritas) influenciadoras do modo como os papéis são desempenhados. *Grupo social*. In **Infopédia** [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013.[Consult.2013-02-10]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$grupo-social](http://www.infopedia.pt/$grupo-social)>.

<sup>3</sup> Papéis sociais: vem caracterizar modelos de comportamento que, ultrapassando as diferenças e as adaptações individuais, orientam a ação dos sujeitos que ocupam uma determinada posição. Em cada grupo em que o indivíduo participa, ele desempenha um papel de acordo com o estatuto que lhe é atribuído. A sociologia serve-se do papel social para demonstrar que a atividade dos sujeitos é socialmente influenciada e segue padrões de regularidade. *Papel social*. In **Infopédia** [Em linha]. Porto:Porto Editora,2003-2013.[Consult.2013-02-10]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$papel-social](http://www.infopedia.pt/$papel-social)>.

comportamentos e as expectativas dos idosos, em larga medida, são condicionados pela maneira pela qual a sociedade os vê e os rotula: (GRUNSPAN; et al 2007 p.51).

Através disso, compreende-se que a velhice é socialmente produzida. A velhice como categoria social, é à maneira de compreensão do envelhecimento humano, conforme cada contexto histórico e social. Como enaltece Salgado:

As especulações sobre o envelhecimento humano são tão antigas quanto à própria história da humanidade. Através dos tempos e nas diferentes culturas, o processo em si foi sempre objeto de reflexões. Dentro de todos os agrupamentos sociais, o estado de velhice foi tomado como elemento de valorização, graduado conforme a condição social, desde o simples anonimato até a posição mais dignificante. (SALGADO, 1980, p.45)

Reforçando essa concepção sobre o envelhecimento, Simone de Beauvoir afirmar que a velhice é um fato que “transcende a História”. (1990 p.16), dessa forma compreende-se que o processo do envelhecimento humano, sempre despertou a curiosidade em compreendê-lo.

## **1.2 Conceitos classificatórios do envelhecimento**

Muitos adjetivos ou conceitos são criados em diferentes épocas e contextos sociais para definir a fase do envelhecimento humano, como: terceira idade, idoso, velhice, velho, ancião, melhor idade, longevidade, dentre outros. No decorrer dos anos não chegam a um conceito preciso para definir essa etapa do ciclo de vida humano. É necessário frisar que a velhice é uma experiência oportunizada a poucas pessoas que possuem o privilégio de viver longos e duradouros anos. (SALGADO, 1980; ALMEIDA, 2003) Então, é necessário indagar:

Quando uma pessoa se tornar velha? Aos 55, 60,70 ou 75 anos? Nada flutua mais do que os limites da velhice em termo de complexidade fisiológica, psicológica e social. Uma pessoa é tão velha quanto as suas artérias, quanto seu cérebro, quanto seu coração, quanto seu moral ou quanto sua situação civil? Ou é a maneira pela qual outras pessoas passam a encarar as características que classificam as pessoas com velhas? (VERAS, 2003, p.10)

A formulação por uma etapa regulamentária que designa a separação entre as fases da vida é uma grande preocupação humana. Desse modo, Neri e Freire abordam para a existência critérios para regulamentação das etapas da vida. Para estas autoras:

Embora, existam muitas variações sociais e individuais no que se refere ao ritmo do envelhecimento, ao significado de “velhice” e aos termos pelos quais são designadas as pessoas idosas, em cada época são estabelecidos critérios para agrupar categorias etárias e para demarcar o início da velhice. A sociedade não o faz com base em pura invenção, mas como resposta às mudanças evolutivas compartilhadas pela maioria das pessoas dos vários grupos etários, seja em virtude de determinação biológica, seja em virtude de determinação histórica e social (NERI; FREIRE, 2003, p.14)

São estabelecidos critérios cronológicos para explicar a categoria idade como uma criação humana, devido aos contextos históricos e sociais. Neste sentido, a ONU, estabelece como critério para definir o início do envelhecimento: 60 anos de idade para os países desenvolvimento e 65 anos, para os países subdesenvolvidos. (NERI; FREIRE, 2003). O Brasil, adotada a regulamentação etária de 60 anos, conforme estabelecido na Lei 10.741<sup>4</sup>, de 1º de outubro de 2003, que sanciona o Estatuto do Idoso, mecanismo legal que promover a execução de direitos e promover a vigilância e defesa da pessoa idosa, conforme expresso no artigo primeiro: “é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos”. (BRASIL, 2003).

Apesar dessa regulamentação, é oportuno mencionar a atribuição de vários termos, noções públicas<sup>5</sup>, criadas pela sociedade para designar essa fase, sendo, muitas vezes utilizados, para macular a imagem do envelhecimento, ou invariavelmente, por simplesmente *soar bem*, como uma forma de mascarar o preconceito (NERI; FREIRE, 2003, p.14).

Neste sentido, Peixoto (1998) aponta para a utilização de vários termos para designar essa fase da vida. Enfatizando que essa terminologia é uma criação da sociedade humana, comparando a terminologia utilizada entre a França e o Brasil.

Na França, conforme Peixoto, os termos utilizados são: velho, velhote, idoso, terceira idade.

- Os termos *velhos e velhote* podem ou não estar carregado de conotações negativas, mas quando isso acontece são empregados para reforçar uma situação de exclusão social.[...]
- A noção de *velho* é, pois, fortemente assimilada à decadência e confundida com incapacidade para o trabalho: ser velho é pertencer à categorização emblemática dos indivíduos idosos e pobres.
- *Idoso*, é uma noção *floue* uma vez que abarca realidades diversas. Assim trazendo consigo certa ambiguidade, o termo serve para caracterizar tanto a população envelhecida em geral, quanto os indivíduos originários das camadas sociais mais favorecidas. Esta designação deu outro significado ao indivíduo velho, transformado-o em sujeito respeitado. A partir de então os problemas dos velhos passaram a constituir necessidades dos idosos.

---

<sup>4</sup> A lei federal 10.741 de 1º de outubro de 2003, sanciona o Estatuto do Idoso, como um mecanismo legal para assegurar a execução dos direitos da pessoa idosa, bem como, para promover a vigilância e defesa.

<sup>5</sup> Noções públicas: significa notícias, concepções criada pela sociedade humana.

- ***Terceira Idade***: sinônimo de envelhecimento ativo e independente, a terceira idade converte-se em uma nova etapa da vida, em que a ociosidade simboliza a prática de novas atividades sob o signo de dinamismo. [...] (PEIXOTO, 1998, p.72-75)

Através dessa designação de termos atribuídos ao fator idade, é necessário enfatizar cada termo.

Em relação a velho e velhote, percebe-se que a utilização desses termos, está relacionada à classe social <sup>6</sup> que pertence o indivíduo. Reforça-se com este termo, um sentido negativo do envelhecimento, devido ao um processo de exclusão social. Não somente, oriundo das condições sociais, financeiras, do fator da inatividade, da pobreza, apontado para um processo de exclusão familiar, devido ao crescimento da idade. Ao contrário do termo idoso, que possui uma noção ambígua. É um termo que ao se pronunciar repassa uma sensação de mais respeito e valorização a pessoa humana.

A designação Terceira Idade, apresenta uma relação peculiar entre aposentadoria e envelhecimento, expondo uma relação entre ativo e inativo, direcionada a uma noção de envelhecimento ativo. Cultuando dessa forma, a imagem de um envelhecimento jovem, de um jovem idoso, que é proativo e independente, verifica-se assim uma forma camuflada de culto a juventude. Para a autora: “a criação da terceira idade - nova fase da vida entre aposentadoria e velhice – é simplesmente um produto da universalização dos sistemas de aposentadorias”. (PEIXOTO, 1998 p.76)

Peixoto enfatiza duas novas categorias para essa fase: a de jovens idosos e de idosos velhos. Para a autora, os jovens idosos são aqueles que estão adentrando na fase do envelhecimento humano, são dinâmicos, independentes, enquanto que os idosos velhos são aqueles que já estão nessa fase e que possuem mais de 75 anos, designado dessa forma mais uma categoria: a ***Quarta Idade***. Contudo nota-se a questão etária como uma faixa para designar quem é jovem idoso, de quem é idoso velho.

---

<sup>6</sup> Classe social: Para Marx as classes não seriam somente um grupo de que compartilha de um certo status social, mas é definida em relações de propriedade. Para ele havia aqueles que possuíam o capital produtivo, com o qual expropriavam a mais-valia, constituindo assim a classe exploradora, de outro lado estava os assalariados, os quais não possuíam a propriedade, constituindo as em proletariado. Marx definiu a classe, ao invés de relacionada com a posição social ou do prestígio de seus membros, relacionou esta com a propriedade produtiva, ou seja detentores de capital ou não. Isto porque se fossem relacionadas como a posição social, as classes de renda distintas não comungariam dos mesmos interesses. Disponível: <http://www.webartigos.com/artigos/a-teoria-marxista-e-as-classes-sociais/1190/#ixzz2LLIANczuacesso> dia 02.fev,2013

Após expor os termos franceses, a autora descreve a utilização desse termo em solo brasileiro. Abordando as seguintes categorias: velho, idoso, terceira idade.

Afirmando, de certa forma, que existe semelhanças entre o termo velho no Brasil e na França, destacando que o termo velho: “não possuía um caráter pejorativo, embora apresente uma enorme ambiguidade, por ser um modo de expressão afetivo ou pejorativo, cujo emprego se distinguia pela entonação ou pelo documento utilizado”. (PEIXOTO, 1998, p.77)

O termo *velho* tem assim uma conotação negativa ao designar sobretudo as pessoas de mais idade pertencentes às camadas populares que apresentam mais nitidamente os traços do envelhecimento e do declínio.

*Idoso* simboliza, sobretudo as pessoas mais velhas, os velhos respeitados.

*Terceira Idade* designa principalmente os jovens velhos, os aposentados dinâmicos. A terceira idade passa assim a ser a expressão classificatório de uma categoria social bastante heterogênea. De fato, essa noção mascara uma realidade social bastante heterogênea econômica e etária muito grande. (PEIXOTO, 1998, p.78)

Em relação à Quarta idade, a autora afirma que um dia chegaremos lá. Contudo é congruente afirmar conforme o Censo do IBGE (2010) que já adentramos nesta quarta idade.

De modo geral, ao apresentar a discussão sobre os termos classificatórios, analisa-se que a aplicação de cada conceito modifica-se conforme a classe social pertencente à pessoa que se encontra em fase do envelhecimento. Sendo correto mencionar que o envelhecimento altera-se de uma classe social para outra, verificado através das terminologias utilizadas para designar essa fase da vida.

O velho é utilizado para designar as pessoas das camadas mais populares, sendo, muitas vezes, um sinônimo de empobrecimento. Enquanto que a expressão idoso é utilizada para designar um velho preocupado com o envelhecimento. As expressões idoso e terceira idade são utilizadas para designar as pessoas idosas da classe média, portanto relacionadas com a busca de envelhecimento mais ativo e mostrando-se como “termo” mais respeitado.

Verifica-se, portanto uma simultaneidade entre os termos do Brasil e da França, visível pelo progressivo processo de envelhecimento que passa a França, e também pelo

aparecimento do processo de envelhecimento neste país, pois, “é difícil determinar uma imagem da velhice, é incerta confusa, contraditória”. (BEAUVOIR, 1990, p.109)

Para este trabalho, será utilizada a nomenclatura “**Idosa, Idosa**”. Devido a esta terminologia consta no Estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, argumentando que o processo de envelhecimento humano é algo pertinente do ser humano e por ser considerado livre do sentido pejorativo e de ambiguidades, no entanto, lembramos que existem outras denominações que são utilizadas para designar as pessoas em fase de envelhecimento.

### 1.3 Envelhecimento no Brasil

O Plano de Ação Internacional sobre Envelhecimento, realizado em Madri, Espanha, em 2002, é um documento mundial que propõe a união das diferentes nações para os desafios do envelhecimento humano.

Esse Plano, assinado pelos presidentes das nações e propõe a criação medidas em nível nacional e internacional em três direções: Idosos e desenvolvimento, Promoção da saúde e bem-estar na velhice e, ainda, Criação de um ambiente propício e favorável<sup>7</sup>.

Este documento, afirma que o aumento da expectativa de vida é uma das maiores conquistas da humanidade, assim, o envelhecimento mundial é dado significativo. Atualmente, estimativas apontam para uma sociedade em transição para o envelhecimento. Conforme o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento (2003, p.27):

A expectativa média de vida ao nascer aumentou de 20 anos desde 1950 e chega agora a 66 anos, se prevê que até 2050, tenha aumentado mais de 10 anos. Esse triunfo demográfico e o rápido crescimento da população na primeira metade do século XXI significam que o número de pessoas com mais de 60 anos, que era aproximadamente de 600 milhões, no ano 2000, chegue a quase 2 bilhões, em 2050, enquanto se projeta um incremento mundial da proporção do grupo de população definido como pessoas idosas de 10% em 1998 para 15% em 2025. Esse aumento será mais notável e mais rápido nos países em desenvolvimento, nos quais se prevê que a população idosa se quadruplicar-se-á nos próximos 50 anos. Na Ásia e a América Latina, a proporção do grupo classificados como idosos aumentará de 8% para 15% entre 1998 e 2025.

Demonstra-se, com isso, um período de transição, principalmente demográfica, oriundo de mudanças nas conjunturas social, econômica e financeira em nível mundial. Neste sentido, o envelhecimento no Brasil, é visualizado a partir da década de 1960, devido ao

---

<sup>7</sup> As dimensões foram extraídas do Plano Internacional do Envelhecimento, aprovado em Madri em 2002 e publicado no em 2003.

processo ditatorial militarizado, no qual o país vivenciava. Essa década [1960] foi considerada como o espotim para uma visibilidade desse processo, devido a fatores como emergência desse fenômeno, mudanças nas pirâmides etárias, maior visibilidade desse segmento.

No entanto é na década de 1970, que o envelhecimento torna-se mais acelerado, devido à diminuição na taxa de natalidade, advento de métodos anticoncepcionais como preservativo masculino, pílula, diminuição na taxa de fecundidade, melhores condições de saneamento básico, acesso a informação, Saúde, campanha de vacinação, avanço na Medicina, entre outros fatores (SCHONS & PALMA, 2000).

De acordo com Borges (2003, p.98) ‘o processo de envelhecimento populacional é uma realidade inegável e irreversível, que vem ocorrendo em todo mundo e muito mais rapidamente no Brasil, principalmente nas regiões mais desenvolvidas’. Dessa forma, o envelhecimento no caso brasileiro caracteriza-se por um processo heterogêneo, devido às diversidades culturais, diferenças nos aspectos políticos, geográficos, biológicos das regiões brasileiras, entre outros fatores. Em relação a isso Schons e Palma, apresentam o seguinte:

A velhice não é homogênea, pois não existe apenas um modelo de envelhecimento, existem diversos modelos de envelhecimentos, exatamente porque a população de velho é heterogênea. Ao velho rico e poderoso do ponto de vista econômico e social se opõe o velho pobre e dependente dos seus familiares, que nasceu pobre e permaneceu pobre a vida inteira. A classe social corresponde ao modelo de envelhecimento. (SCHONS & PALMA, 2000 p.54)

Dessa forma, percebe-se que em virtude dos contrastes regionais, existente no país, envelhecer na Região Sul ou na Região Sudeste é um processo diferente do que envelhecer na Região Norte, ou Nordeste. É conveniente considerar que os aspectos biológicos, são os em qualquer lugar do planeta, mas o que modifica de uma região para outra é o aspecto cultural do envelhecimento, ou seja, a compreensão desse processo em diversos lugares e aceitação do mesmo, tanto pela pessoa que encontra-se nesta fase, quanto pelo grupo social onde ela encontra-se inserida.

Soma-se a isso, fatores de desenvolvimentos econômico, social de cada região e o acesso às políticas sociais, equipamentos públicos, programa de prevenção e cuidado para pessoa em fase de envelhecimento, assim, dentro de uma mesma região existente diferenças

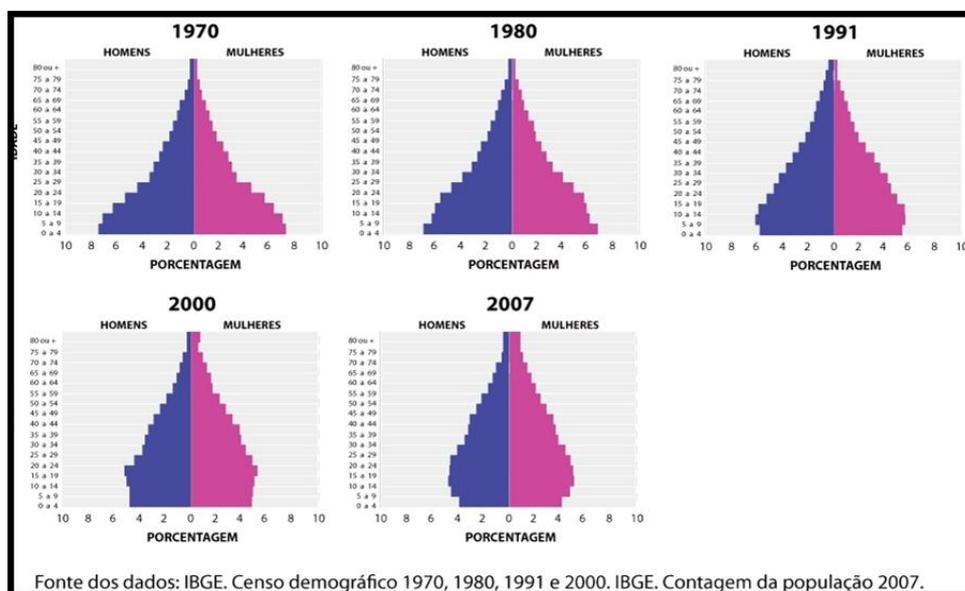
entre os processos de envelhecimentos, apontado para um envelhecimento cada vez mais heterogêneo.

Simultaneamente a isso, ocorrem dois processos que estão direcionados a pirâmide etária: **envelhecimento pela base** e o **envelhecimento pelo topo**.

Envelhecimento pela base é a diminuição das taxas de natalidade. O número de crianças nascidas viva diminui, havendo um estreitamento da base da pirâmide etária. Essa mudança é decorrente das transformações na sociedade, no mercado de trabalho, explicita pela a entrada da mulher no mercado de trabalho, o acesso às métodos contraceptivos, a políticas sociais, maior acesso a escolarização, entre outros.

Com o estreitamento da pirâmide etária, ocorre à diminuição na taxa de natalidade, ocasionando um envelhecimento populacional ao longo das décadas. Enquanto que o **envelhecimento pelo topo** caracteriza-se pelo alargamento das pirâmides etária no seu ápice, ou seja, é o aumento da expectativa de vida, da esperança de vida. Conforme o gráfico abaixo é possível visualizar esse dois processos de envelhecimentos no Brasil.

**Gráfico 1.** Pirâmides etárias de 1970 a 2000.



Fonte: IBGE/Censo demográfico de 1970, 1980, 1991, 2000, 2007.

Ao analisarmos visualmente as pirâmides etárias das décadas de 1970 a 2000, verifica-se que a taxa de nascimento entres ambos os sexos é a mesma proporção conforme

cada década. No entanto, ocorre uma distinção quando se aproxima da faixa 55 a 59 anos, havendo uma preponderância de uma feminização do envelhecimento. Contudo, na pirâmide etária da década de 1990, ocorre uma inversão desse processo, observa-se um maior crescimento do envelhecimento masculino.

Como é visualizado, percebe uma mudança significativa em relação ao seu formato no decorrer dos anos. A pirâmide etária de 1970, apresentava base larga, devido a alta taxa de natalidade, enquanto que no seu topo era totalmente estreito,mostrado de maneira nítida um pequeno aumento na estimativa de vida.

Em 1991, verificar-se as primeiras modificações, como: a diminuição da base, e o aumento da expectativa de vida, principalmente a do sexo masculino. Embora a maior porcentagem da populacional, visualizada nas três décadas: 1970,1980 e 1991 encontra-se na faixa 0 a 54 anos.

É a partir dos anos 2000, que a pirâmide etária apresenta diferenças, e aponta para um processo de alargamento do seu topo. Esse processo de alargamento dos topos das pirâmides etárias é visualizado nos países de primeiro mundo, ou seja, nos países desenvolvidos.

Nota-se que as pirâmides etárias desses países apresentam as suas bases estreitas e um alargamento do seu topo, o que evidencia um aumento significativo na expectativa de vida. Assim, o envelhecimento da população como fenômeno mundial e irreversível, apresenta características próprias em cada nação, demonstrado, muitas vezes, que ocorreu de forma rápida, sem um preparo social, para essa nova etapa da humanidade. Borges descreve esse processo no Brasil da seguinte forma:

A sociedade brasileira, ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos, o processo de envelhecimento populacional vem ocorrendo bruscamente e coincide com um quadro de crise nos Estados, com o agravamento dos problemas sociais e da situação de grandes desigualdades (BORGES, 2003.p.98).

A autora afirma a emergência do envelhecimento humano como um problema social, apontado para as “falhas” do país ou seu despreparo para essa nossa configuração espacial.

Veras, ao direcionar a análise sobre o envelhecimento humano através das pirâmides etárias, explica que no Brasil, o processo de mudança demográfica ocorreu de forma rápida em um curto período de tempo. Para o autor:

A partir dos anos 1960, quando até então todos os grupos etários registravam um crescimento quase igual, o grupo de idosos passou a liberar este crescimento; as projeções indicam que, num período de 70 anos, (1950 a 2020), enquanto a população brasileira estará crescendo 5 vezes, o grupo dos a população de idosos estará se ampliado em 16 vezes. (VERAS, 2003, p.6)

Dessa forma, percebe-se um consenso entre a opinião dos pesquisadores sobre os fatores, motivos que levaram ao crescimento acelerado da idosa: Diminuição da taxa da fecundidade, Diminuição da taxa de natalidade, Redução no número de óbitos.

Teixeira faz algumas considerações referentes ao envelhecimento em nível global, apontando para o crescimento acelerado da população idosa:

Atualmente a população mundial é de aproximadamente seis bilhões de pessoas, das quais cerca de 580 milhões (9,8%) têm mais de 60 anos. Até o ano de 2025, segundo as estimativas, perto de 14% da população será considerada velha, e a proporção de pessoas muitos idosas (75 anos ou mais) representará um grupo de crescimento. (TEIXEIRA, 2008, p.39)

É congruente afirmar que esse segmento etário sofre mundial e nacionalmente um processo de estigmatização do envelhecimento, ou seja, do ser velho, através de um processo de minorização dessa população visando macular a imagem do homem enquanto o ‘ser que envelhece’, haja vista que ‘o envelhecimento converte-se em um perigo, em uma ameaça á vida social’. (DEBERT, 2003, p.64)

Essa fase da vida assusta e preocupa uma grande parcela da população brasileira, não somente em relação aos aspectos biológicos, mas principalmente a utilização de políticas públicas destinadas para o cuidado da pessoa idosa. Já que, muito ainda se tem a aprender sobre o envelhecimento. Referente a isso, o pesquisador Renato Veras caracteriza o envelhecimento no caso brasileiro da seguinte forma:

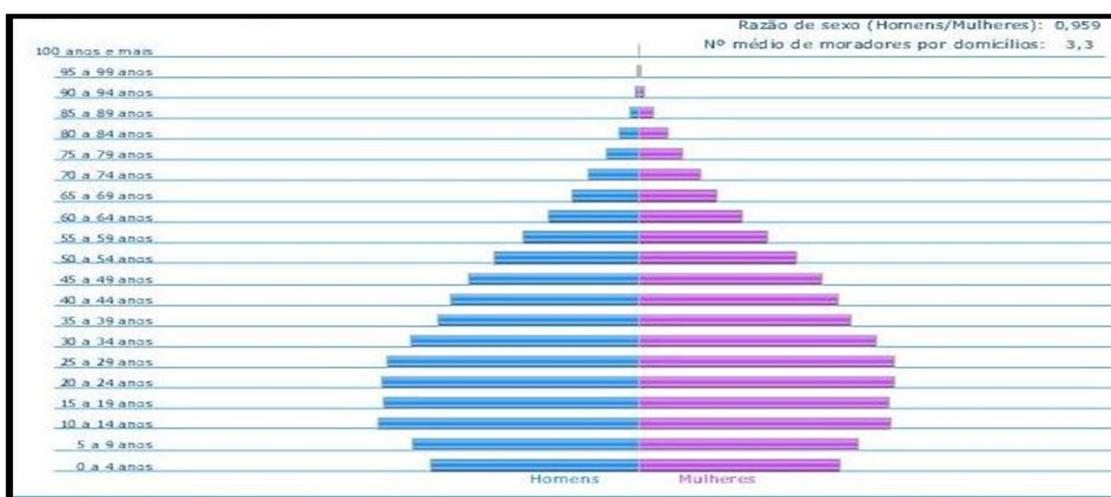
No Brasil, o envelhecimento se caracteriza pela rapidez com que o aumento absoluto e relativo das populações adulta e idosa modificou a pirâmide populacional. A partir dos anos 1960, quando até então todos os grupos etários registravam um crescimento; as projeções indicavam que, num período de 70 anos, (1950 a 2020), enquanto a população brasileira estará crescendo 5 vezes, o grupo dos idosos estará se ampliando em 16 vezes. (VERAS, 2003, p.6)

O envelhecimento passa ser visualizado como problema social em emergência, para sanar isso, é necessário pensar políticas sociais direcionadas a um processo de preparação para esta fase da vida. Assim, é possível afirmar através de dados demográficos que o processo de envelhecimento está crescendo no país e que em breve muito breve o Brasil será a 6ª nação como maior contingente de idosos. Segundo, o CLOSS & SCHWANKE (2012, p.456)

O Brasil apresenta um processo de envelhecimento mais veloz, contrastando com o observado nos países mais envelhecidos, nos quais a transição se iniciou bem antes e se deu em um lapso de tempo mais estendido. Os dados colocam o Brasil entre os 35 países mais populosos do mundo, com o quarto mais intenso processo de envelhecimento, após a República da Coreia, Tailândia e Japão. Há projeções de que, no período de um século, o Brasil multiplicará em 12 vezes.

É válido considerar que em um país onde potencialmente preocupa-se em investir no setor econômico, onde analisa-se o crescimento do país através dessa ótica, dados demográficos, estatísticas, mas esquece de acrescentar, a essa expectativa de vida qualidade expressa através de políticas sociais voltadas a entender esse processo. Visando, contudo oportunizar possibilidades para um envelhecimento com qualidade, ora, a imagem que possuímos do envelhecimento humano é aquela que vamos construindo ao longo de nossa existência. Com base nisso, o último Censo realizado no ano 2010 aponta para o crescimento da população idosa brasileira, expresso através do alargamento do topo da pirâmide etária, conforme gráfico apresentado:

**Gráfico 2** Referente á distribuição da população por sexo e Grupo de Idade.



Fonte CENSO2010/IBGE.

Nota-se em dados gerais, o alargamento do topo da pirâmide etária, e o estreitamento de sua base através da diminuição da taxa de natalidade, fecundidade e da redução do número de óbitos. Evidencia um processo de feminização do envelhecimento, explicado através da observância de alguns fatos: cuidados com o corpo, saúde, alimentação, práticas de atividades físicas, consultas periódicas, possuem menos vícios como cigarro e bebidas alcoólicas, morrem menos em acidentes de trânsito, dentre outros.

Conforme os Índices de Indicadores dos Sociais do IBGE a média de vida do brasileiro é 73,8 anos, sendo que as mulheres vivem 7,6 anos a mais, demonstrado com isso a um envelhecimento cada vez mais feminino. Em nível mundial as melhores expectativas de vida são dos seguintes países: Japão, Islândia, França e Canadá, sendo, respectivamente 82,7 anos, 81,8; 81,2 e 80,7. No continente latino-americano a expectativa de vida é de 73,9 anos, enquanto que na América do Norte é de 79,7 anos, seguida pela Oceania (76,8) e Europa (75,6). Os continentes com piores indicadores são Ásia (69,6) e África (55), segundo estimativa da ONU. (IBGE, 2010)

No Brasil<sup>8</sup>, as melhores expectativas de vida são do Estado de Santa Catarina e do Distrito Federal, seguido pelos estados do: Rio Grande do Sul (75,5 anos), Minas Gerais (75,1), São Paulo (74,8) e Paraná (74,7), enquanto que nos seguintes estados, a expectativa de vida é baixa: Alagoas (67,6), Maranhão (68,4), Pernambuco (69,1), Piauí (69,7) e Paraíba (69,8).

No entanto, como já foi mencionado, envelhecimento é um processo heterogêneo, dessa forma destacaremos o envelhecimento em linhas gerais na Região Sul, apontada pelo IPEA, com a segunda região com maior contingente de idosos, perdendo apenas para a Região Sudeste.

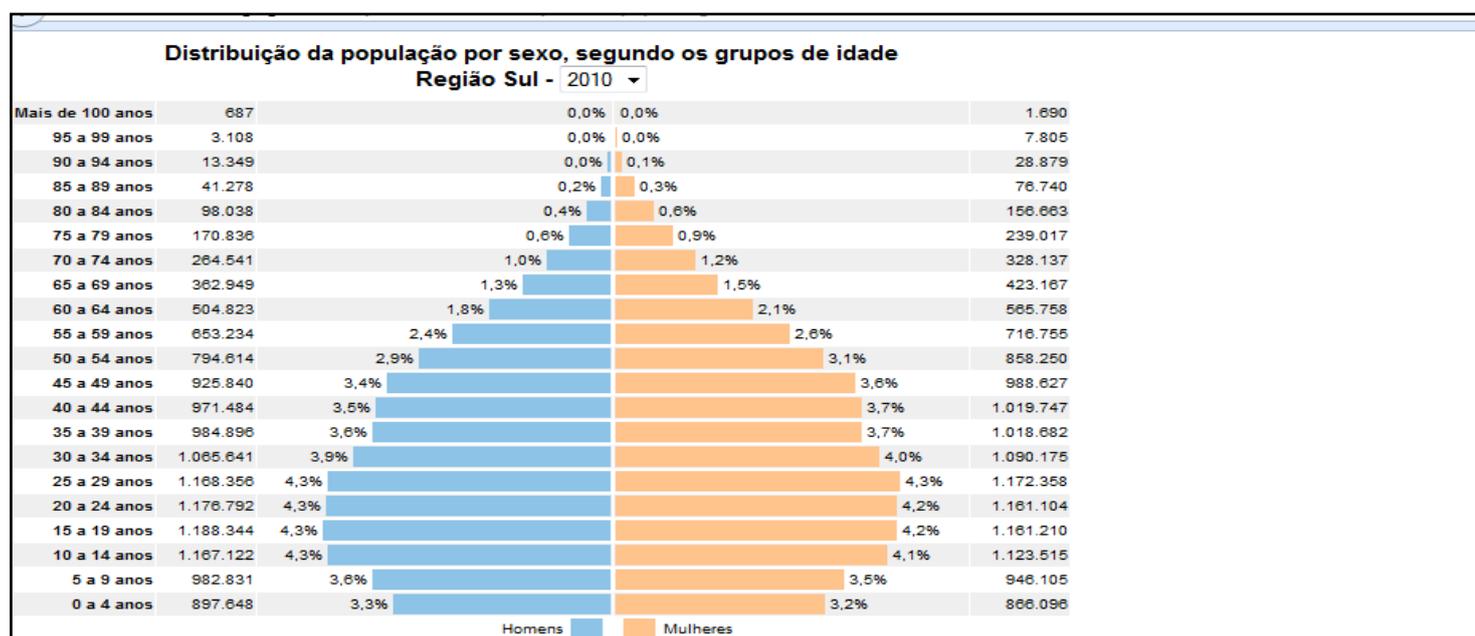
#### **1.4. Envelhecimento populacional na Região Sul**

Na Região Sul, o envelhecimento se caracteriza através dos seguintes dados, apresentado pelo IBGE, conforme os referidos grupos de idades:

---

<sup>8</sup> Informações extraída Santa Catarina em Dados. Florianópolis V.21 p. 1 – 156. 2011. Disponível em: [http://www.esag.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/824/fiesc\\_sc\\_em\\_dados.pdf](http://www.esag.udesc.br/arquivos/id_submenu/824/fiesc_sc_em_dados.pdf); Acesso: jan. 2013

**Gráfico 3 .Distribuição da população segundo Sexo e Grupo de idade Região Sul**



Fonte: CENSO 2010/IBGE

Com base, na observação da pirâmide etária da Região Sul, evidencia um crescimento acelerado do envelhecimento humano, principalmente do grupo dos centenários, principalmente mulheres centenárias. A taxa de natalidade de criança da faixa etária do 0 a 4 anos é maior no sexo masculino (3,3%) enquanto que no sexo feminino é de (3,2%). Através dessa ferramenta visual é possível visualizar detalhadamente os grupos de idades a relação sexo masculino e feminino conforme cada estado da região, conforme apresentada a tabela a seguir:

**Tabela 1.** Relação da população idosa e grupos de idade conforme cada estado.

Região e UF	Grupos de idade				
	<b>60 a 64</b>	<b>65 a69</b>	<b>70 a74</b>	<b>75a 79</b>	<b>80 ou +</b>
<b>Região Sul</b>	<b>1 070 581</b>	<b>786 116</b>	<b>592 678</b>	<b>409 853</b>	<b>428 237</b>
Paraná	382 127	285 180	213 656	144 393	145 599
Santa Catarina	223 470	157 357	116 977	78 372	80 737
Rio Grande do Sul	464 984	343 579	262 045	187 088	201 901

Fonte IBGE/Censo 2010. Elaboração própria.

Essa tabela apresenta o número total da população dentre de cada grupo de idade, comparando entre os estados da Região Sul. Verifica-se que o estado do Rio Grande do Sul possui a maior concentração de idosos, principalmente do grupo de idade acima de 80 anos. As tabelas abaixo demonstram isso, ao apresentarem os grupos de idade e o sexo.

**Tabela 2.** Relação entre envelhecimento feminino e grupos de idade conforme cada estado.

Região Sul	Sexo: Feminino	Grupos de idade				
<b>Região e UF</b>		<b>60 a 64</b>	<b>65 a69</b>	<b>70 a74</b>	<b>75a 79</b>	<b>80 ou +</b>
Região Sul		<b>565 758</b>	<b>423 167</b>	<b>328 137</b>	<b>239 017</b>	<b>271 777</b>
Paraná		201 289	151 451	114 342	80 272	86 593
Santa Catarina		116 561	83 975	64 645	45 583	51 018
Rio Grande do Sul		247 908	187 741	149 150	113 162	134 166

Fonte: IBGE/Censo 2010. Elaboração própria.

Através dessas tabelas percebe-se que o crescimento da população na Região Sul, com ênfase ao estado do Rio Grande do Sul que apresenta o maior contingente de idosos.

**Tabela 3.** Relação entre envelhecimento masculino e grupos de idade conforme cada estado.

Região Sul	Sexo: Masculino	Grupos de idade				
<b>Região e UF</b>		<b>60 a 64</b>	<b>65 a69</b>	<b>70 a74</b>	<b>75a 79</b>	<b>80 ou +</b>
Região Sul		<b>504 823</b>	<b>362 949</b>	<b>264 541</b>	<b>170 836</b>	<b>156 460</b>
Paraná		180 838	133 729	99 314	64 121	59 006
Santa Catarina		106 909	73 382	52 332	32 789	29 719
Rio Grande do Sul		217 076	155 838	112 895	73 926	67 735

Pode-se ainda observar o processo de feminização do envelhecimento, a crescente longevidade da população gaúcha. Principalmente ao relacionar os grupos etários na faixa de 70 a 80 anos ou mais, considerando que conforme o IBGE, a expectativa média de vida do brasileiro é de em média 73,8.

É observável a preocupação com o envelhecimento da população gaúcha, destacando que no estado, há uma maior concentração de núcleo e linhas de pesquisa direcionada a temática<sup>9</sup> do envelhecimento humano, e de Universidades Abertas da Terceira Idade, isso se deve em partes aos números de Universidades Federais existentes no Estado e também a existência da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

No estado do Paraná, assim como nos demais estados do país, o envelhecimento é um fator em emergência, um problema social que preocupa a todos. O envelhecimento no caso paranaense é explicado da seguinte forma:

O cenário atual no Estado do Paraná é de rápido envelhecimento populacional e escassez de recursos humanos e estruturais especializadas para o atendimento da população idosa, que recebe ainda abordagem curativa tradicional. O desafio que se coloca é preparar o sistema para disponibilizar serviços capazes de atender com qualidade as demandas deste segmento etário (Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná – COSEMS/PR)

No caso paranaense, os idosos já representavam 11,2% da população, com um contingente de 1.170.955 indivíduos e para cada grupo de 100 crianças com idades entre 0 e 15 anos, havia 49 idosos.(10º. CONFERÊNCIA DE SAÚDE, 2001, p.49)<sup>10</sup>

Para Lima-Costa e Veras “o envelhecimento da população é uma aspiração natural de qualquer sociedade, mas não basta por si só. Viver mais é importante desde que se consiga agregar qualidade aos anos adicionais de vida. ” (LIMA-COSTA; VERAS, 2003, p.700). Dessa forma, o envelhecimento começa a ser nacionalmente visualizado.

No Estado de Santa Catarina, o envelhecimento da população começa como um fenômeno social que começa a emergir recentemente, principalmente a partir da década de 1960.

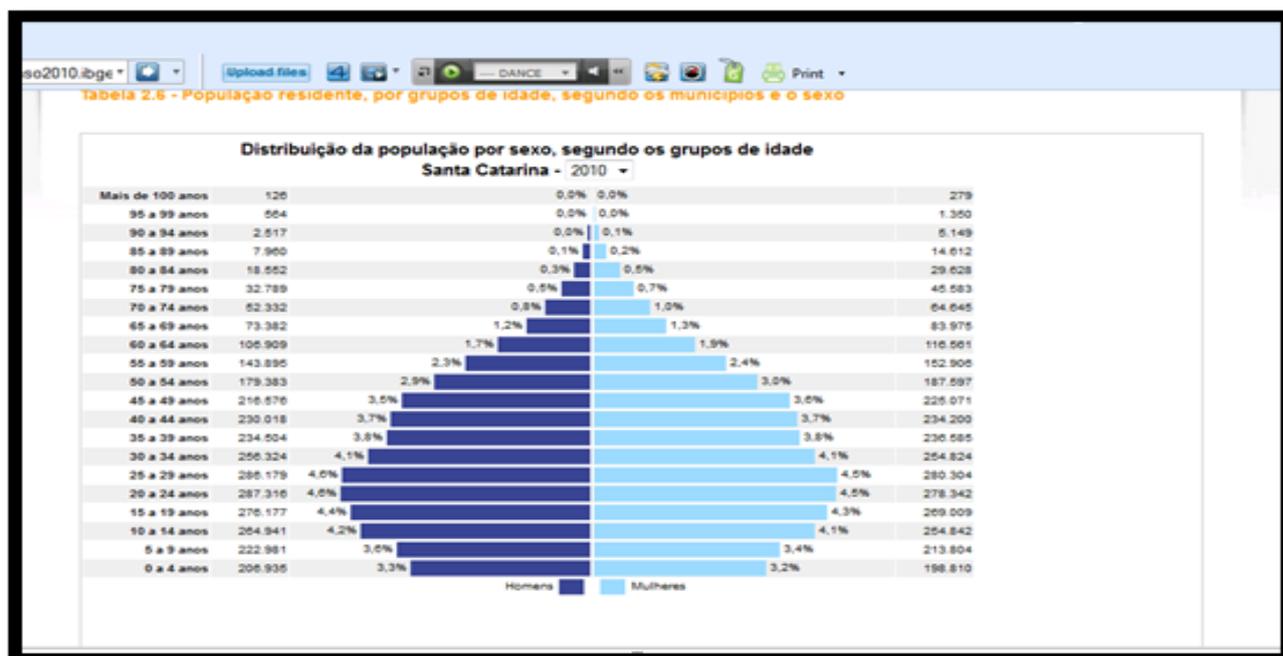
---

<sup>9</sup> Sobre isso ver: Cartografia do Estudo sobre o Envelhecimento Humano no Estado do Rio Grande do Sul.2012.Revista Portal de Divulgação.Disponível em: <http://portaldoenvelhecimento.org.br/revista/index.php/revistaportal/article/view/238> acesso em out.2012.

<sup>10</sup> Disponível em: [http://www.sesa.pr.gov.br/arquivos/File/RelatorioFinal10CES\\_Pdf\\_oficial\\_.pdf](http://www.sesa.pr.gov.br/arquivos/File/RelatorioFinal10CES_Pdf_oficial_.pdf) acesso 22 nov.2012

Conforme apresenta Camarano, o Estado de Santa Catarina, tanto em nível territorial quanto populacional é o menor da região, possui a menor proporção de idosos (IPEA, 2008,p.45). Isso é visível através da pirâmide etária catarinense, apresentada no censo 2010.

**Gráfico 4.** Pirâmide etária do Estado de Santa Catarina.



Fonte: Censo 2010/IBGE.

Em solo catarinense, em linhas gerais, verifica-se que a proporção de idosos é menor no estado, geograficamente isso, ocorre pelo fato de o estado ser o menor da Região.

Conforme os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (ADH), o estado de Santa Catarina é o segundo melhor do país em termo longevidade, educação e renda. Segundo os dados coletados Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) 2010 do IBGE, a expectativa de vida ao nascer em Santa Catarina é de 75,8 anos<sup>11</sup>. A expectativa de vida das mulheres catarinenses é de 79,1 anos enquanto que a dos homens é de 72,6 anos, apresentado uma diferença de 6,5 anos de vidas. (FIESC, 2011p. 12).

### 1.5 Florianópolis: capital do idoso?

<sup>11</sup> Sobre isso ver: Santa Catarina em Dados. Florianópolis V.21 p. 1 – 156. 2011.Disponível em: [http://www.esag.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/824/fiesc\\_sc\\_em\\_dados.pdf](http://www.esag.udesc.br/arquivos/id_submenu/824/fiesc_sc_em_dados.pdf); Acesso:jan. 2013

O censo de 2010 apresentou que o Estado possui uma população total de 421 240 mil de pessoas residentes em Florianópolis.

Economicamente Florianópolis é movimentada pelo setor de serviços, pelo comércio, pelo turismo e pela diversos ramos de atividades administrativas, perceptível através da maior concentração de órgãos públicos federais e estaduais na cidade, ultimamente pelas especulações do setor imobiliário presente na ilha. De acordo com Marques (2007) existem muitas particularidades que deram visibilidade à Florianópolis como cidade ideal para se envelhecer, entretanto, isto é uma questão a ser debatido.

Percebe-se com facilidade uma grande presença de pessoas idosas residentes nesta cidade, devido aos atrativos turísticos que a ilha possui. Por sua condição de capital, Florianópolis, apresenta fluxo migratório constante, devido a busca de melhores oportunidades de vida, emprego, saúde e por uma educação de superior de qualidade, tornado-se uma cidade de diversos sotaques.

Percebe-se, em parte que o processo migracional é influenciado principalmente pela existência de três principais instituições de ensino: a Universidade Federal de Santa Catarina, - UFSC - o Instituto Federal de Santa Catarina- IFSC- e a Universidade Do Estado de Santa Catarina-UDESC, além disso, destaca-se os atrativos turístico.

Conforme o Relatório Sinais Vitais de Florianópolis ‘apenas cerca de 1/3 dos alunos aprovados em vestibulares recentes das universidades públicas (UDESC e UFSC) são oriundos de escolas localizadas em Florianópolis. ’Isso demonstra um fluxo migratório constante para a cidade, oriundos de diversas regiões do país, constituindo de certa maneira como uma. Conforme expressa o supracitado documento:

Os dados indicam que a procura por vagas nas faculdades localizadas em Florianópolis é uma das causas que interferem nos indicadores demográficos (aumento populacional e migração), tal a sua importância para a cidade. São milhares de jovens, vindos de todo o país, que buscam a cidade para continuar seus estudos. Estes jovens criam um ambiente diferenciado e apresentam demandas típicas desta faixa etária. Além do aparato educacional, acabam estimulando o surgimento de atividades econômicas adequadas e exigem espaços públicos de cultura, esporte e lazer (ICOM, s/a, p.9).

Além dessa significativa população jovem presente em Florianópolis, há que ser observado dois outros aspectos para pensar sobre quem é a população da cidade: o lugar de trabalho e moradia, o crescimento da população idosa na cidade.

O local de moradia nem sempre fica próximo ao local do trabalho, por exemplo, ao observar a situação geográfica de Florianópolis, é visível que muitas pessoas que trabalham na ilha não residem na capital, mas cidades vizinhas: como São José, Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz. Dessa forma, é necessário enfatizar, conforme Veras:

O desafio para o futuro é garantir que os indivíduos possam envelhecer com segurança e dignidade, mantendo sua participação ativa na sociedade, como cidadãos e com todos seus direitos assegurados, sempre compatíveis com aqueles de outras faixas etárias e que as relações entre as gerações sejam constantemente estimuladas. (VERAS, 2012p. 457)

## **1.6 Envelhecimento: problema social?**

O envelhecimento humano foi considerado um problema de ordem social. Considerado como a “pior desgraça que pode acontecer a um homem”. (BEAUVOIR, 1990). Na história da humanidade verifica-se que o envelhecimento humano era considerado com uma doença, devido às alterações biológicas que acontecem no corpo humano, considerado como um verdadeiro flagelo humano. Isso é demonstrado fortemente na clássica obra de Simone de Beauvoir “A Velhice”, considerada como um marco universal sobre envelhecimento humano. Nessa obra, a autora apresenta uma referência ao filósofo egípcio Ptah-hotep<sup>12</sup>, o qual descreve o envelhecimento humano da seguinte maneira:

Como é penoso o fim de um velho! Ele se enfraquece a cada dia; sua vista cansa, seus ouvidos tornaram-se surdos; sua força declina; seu coração não tem mais repouso; sua boca torna-se silenciosa e na fala mais. Suas faculdades intelectuais diminuem, e lhe é impossível lembrar-se de hoje do que aconteceu ontem. Todos os seus ossos doem. As ocupações que até recentemente causavam prazer só se realizam com dificuldade, e os sentidos do paladar desaparece. A velhice é o pior dos infortúnios que pode afligir um homem. O nariz entope, e não se pode mais sentir nenhum odor. (BEAUVOIR, 1990, p.114)

---

<sup>12</sup> Conforme descreve Beauvoir esse documento de autoria do filósofo Ptah-Hotep foi o primeiro documento a que se tem referência sobre velhice, cuja data é de 2.500 antes de Cristo. Essa mesma referência encontra-se em: GONÇALVES, 2006.

Através da leitura deste filósofo egípcio, percebe-se mutuamente em que em muitas civilizações, o envelhecimento é considerado como um empecilho, uma verdadeira doença, e a busca pelo rejuvenescimento é eterna. Conforme descreve Beauvoir<sup>13</sup>, em muitas civilizações primitivas como os esquimós, e nas aldeias primitivas do Japão, muitos idosos eram sacrificados pela sua condição de velhos, agregando-se a isso o fato de não serem mais suficientemente autônomos para buscarem o seu alimento e não terem mais força física para ajudar na família. Percebe-se que a relação de força de trabalho é preponderante para garantir a sobrevivência individual.

Ao descrever essas observações, percebe-se que poucas coisas mudaram, atualmente o envelhecimento, especialmente do ponto de vista da demografia é visto como um problema social, questão social em evidência, em plena expansão devido ao aumento da expectativa de vida, conforme reflete Almeida:

A transformação da velhice em problema social não é resultado mecânico do crescimento do número de pessoas idosas, como tende a sugerir a noção de “envelhecimento populacional” usadas pelos demógrafos e frequentemente utilizadas pelos cientistas sociais para justificar seu interesse pessoal e o interesse social em pesquisa sobre o tema. (ALMEIDA,1994, p.33)

Observa-se que o envelhecimento como problema social não é simplesmente aumento na expectativa de vida, mas consiste em toda uma forma de preparação para este período da vida, que envolve aspectos demográficos, financeiros, de saúde, previdenciário, orçamentária e, principalmente, educacional.

No entanto, é necessário expressar a definição conceitual de questão social que adotaremos neste trabalho. Definição da ilustre professora e pesquisadora Marilda Yamamoto:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto á apropriação privada da própria atividade humana- o trabalho, das condições necessárias á sua realização, assim como de seus frutos.[...]A questão social expressa, portanto as disparidades econômicas,políticas e culturais da classes sociais, mediatizadas pro relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal.Envolve simultaneamente uma luta aberta e surda pela cidadania(IANINI,1992).Esse processo é denso de conformismo e rebeldias , forjadas ante as desigualdades sociais,

---

<sup>13</sup> A autora apresenta um capítulo intitulado: A velhice nas sociedades históricas.

expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais.(IAMAMOTO,2004,17).

Percebe-se que a questão social é fruto de um conjunto de desigualdades sociais, presente na sociedade capitalista na qual vivemos, expressando as desigualdades socioeconômicas frutos de uma precária distribuição de renda, déficit educacional existente na sociedade.

Iamamoto destaca que a questão social envolve uma luta aberta e ardua pela cidadania, sendo também uma forma de resistência, por isso, deve-se compreender que o envelhecimento tornou-se visível aos olhos do Estado, quando começou às primeiras reivindicações principalmente oriundas do Sistema da Previdência Social e do acesso as Políticas de Saúde. Esses fatores têm demonstrado que o envelhecimento como expressão da questão social no discurso neoliberal é apenas visualizado como um problema social pelo setor econômico/orçamentário, esquecendo-se de garantir o acesso ao um envelhecimento com qualidade e dignidade. Conforme afirma Camarano:

O debate sobre envelhecimento continua fortemente focalizado nos gastos com a Previdência Social, no ajuste fiscal e na distribuição dos gastos públicos. Os idosos têm sido vistos como grandes consumidores de gastos públicos e o sistema de previdência está operando em déficit por mais de uma década. Não se têm dúvidas de que a demanda por benefícios, sejam previdenciários ou não contributivos, tende a crescer no médio prazo e, na ausência de mudanças, a acentuar o desequilíbrio financeiro da Previdência Social, o que inviabilizará o seu funcionamento. (CAMARANO, 2011, p.20)

Com base nisso, percebe-se a predominância do envelhecimento humano como um problema público, orçamentário, focalizados apenas nos gastos sociais para manter esse segmento. Isso é fortemente evidenciado em:

Apoiando-se em cifras e porcentagens recentes, ou projetando-as para as primeiras décadas deste novo século e milênio, vários pesquisadores têm visto na velhice um novo e vigoroso “problema social”. Do mesmo modo, na prática política e nos diversos níveis da organização do Estado, o envelhecimento da população é trabalho num contexto de inquietações. Aqui, duas faces do fenômeno ganham importância especial: a gestão e administração dos serviços de saúde, nos seus três níveis, e a remuneração da velhice, através de pensões, aposentadorias e outros benefícios. Sem minimizar o peso e o significado destas variáveis econômicas e demográficas, entendemos que elas apenas expressam cisões e fraturas situadas em outro lugar. Intimamente ligada ao processo que conduziu as sociedades ocidentais á modernização do Estado e da Economia e á modernidade cultural, a transformação da velhice em questão social prende-se á autonomização desta etapa da vida e ás consequências a elas associadas. (ALMEIDA, 2003, p. 46)

Assim, para esta autora o envelhecimento é visualizado como problema social através da ótica do sistema financeiro, pois ‘a mesma sociedade que inventou a velhice transformou em problema social, numericamente expresso’(ALMEIDA, 2003p. 35).

Ora o sistema neoliberal acusa os idosos de serem os principais causadores de um déficit, de um desequilíbrio na conta da Previdência Social, pelos exorbitantes gastos sociais que a aposentadoria como um direito ocasiona neste sistema. Ora nada mais justo quem contribuir quase a vida toda para este sistema possa usufruir desse direito? Além disso, o ataque ocorre também pela via da saúde pública, conforme demonstrado:

Os idosos caracterizam-se por apresentar doenças crônicas e múltiplas muitas vezes manifestadas de forma atípica e que perduram por anos, com exigência de: cuidados constantes, medicação contínua, exames periódicos, internações mais frequentes e mais longas. O que acarreta maior necessidade de serviços de reabilitação e cuidados paliativos. E tem grande potencial para sofrer iatrogênias e incapacitar-se diante de problemas de saúde. (RELATÓRIO FINAL DA 10ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ<sup>14</sup>)

Ao que parece a questão do envelhecimento humano somente é perceptível através dos gastos orçamentários principalmente com o sistema de Previdência Social e com a Política de Saúde. Esquecendo-se do setor educacional, do transporte, habitação e de toda uma rede de infraestrutura física para proporcionar o mínimo desejável de dignidade ao no processo de envelhecimento.

Sobre isso, Salgado (1980) aponta que no Brasil, o envelhecimento humano é verificado como uma expressão da questão social a partir da década de 1970, devidos aos fatores que já foram mencionados como redução nas taxas de natalidade, taxa de fecundidade, redução dos números de óbitos. Este autor reforça que a velhice como nova questão social, passa a emergir através do aumento significativo da expectativa de vida da população. (SCHONS; PALMA, 2000).

É partir dessa década que o envelhecimento humano, é visualizado pelo Estado brasileiro como uma questão social. Visando dar resposta a essa questão, o estado organiza a realização de três seminários regionais nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza e um nacional em Brasília para buscar alternativas para o envelhecimento no Brasil. É através da

---

<sup>14</sup> RELATÓRIO FINAL DA 10ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ. Realizada nos dias 17, 18 e 19 de outubro de 2011, no Centro de Convenções de Curitiba, Curitiba/PR. Disponível em: <http://www.conselho.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=123>>acesso em: 22 de out.2012

realização desses seminários que começa-se a discutir propostas e as bases para uma política social voltada ao envelhecimento brasileiro.(SCHONS&PALMA,2000.MARQUES,2007)

Para construir os primeiros pilares dessa política, os seus elementos teórico-metodológicos, cujo objetivo seria de traçar as análises preliminares sobre a situação social do envelhecimento no Brasil, é contratando o Gerontólogo Marcelo Salgado, cuja responsabilidade e competência tornaram em um ícone nacional em envelhecimento. O qual, por sua vez traça os primeiros passos para a construção dos pilares de uma política social em prol do envelhecimento (SCHONS&PALMA. 2000). Conforme descreve Marques (2007, p.45) Marcelo Salgado é uma das primeiras vozes a falar sobre envelhecimento no Brasil, considerando, com umas primeiras referências brasileiras a estudar e pesquisar sobre o envelhecimento humano. Salgado, dessa forma, tornar um dos pioneiros a escrever sobre a situação social do envelhecimento no país. Schons & Palma (2000) pautam que os seminários realizados possuíam como objetivo:

Buscar um diagnóstico para a questão da velhice em nosso país e apresentar as linhas básicas de uma política de assistência e promoção social do idoso. Desses seminários resultou um acervo de informações sobre a situação do idoso na sociedade brasileira, o qual analisado e organizado pela então Secretaria de Assistência Social do Ministério, deu origem a um documento extremamente importante, intitulado Políticas para a Terceira Idade: diretrizes básicas. (SCHONS&PALMA, 2000, 137)

Com base nisso, nota-se a preocupação do Estado como a expansão dessa expressão da questão social: o envelhecimento da população brasileira, ao buscar através dos seminários um diagnóstico para a situação social das pessoas idosas.

Percebe-se que o Estado buscar alternativas para amenizar os impactos do envelhecimento no cenário nacional, principalmente através da criação de mecanismo legais institucionais, que serviram de base para a formulação dos artigos: 201 202 e 230 da Constituição Federal de 1988 e ponderadamente para apreensão de uma política social voltada principalmente para o envelhecimento humano que se efetivará, na Política Nacional da Pessoa Idosa, no Estatuto do Idoso, ambos da década de 1990.

Como lembra Marques (2007, p.34) a primeira Constituição da Era Vargas, foi pioneira ao referenciar a velhice. Designando uma remuneração monetária oriunda do trabalho, mediante um sistema de contribuição entre União, empregador e empregado.

É no alvorecer da Constituição Federal de 1988 que o envelhecimento brasileiro passa a ser visualizado, principalmente através da institucionalização do Sistema de Seguridade Social. Conforme o artigo:

**Art. 194.** A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I - Universalidade da cobertura e do atendimento; II - Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - Irredutibilidade do valor dos benefícios; V - Equidade na forma de participação no custeio; VI - Diversidade da base de financiamento; VII - Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados. (BRASIL, 1988p33)

A Seguridade Social é um conjunto integrado de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e a Assistência Social. É composto por três políticas sociais: Saúde, Previdência e Assistência Social, cada política com suas próprias particularidades e condicionalidades. A Política de Previdência Social é um seguro social, mediante a contribuição do segurados, ou seja, essa política é universal somente para quem contribui.

Mota (2000) apresenta uma reflexão crítica sobre o sistema de Seguridade Social ao que evidenciar que:

Apesar de tudo, é importante destacar que o momento político que marcou a definição da Seguridade Social na Constituição de 1988, deve ser reconhecido como expressão de resistência e autonomia dos setores progressistas da sociedade brasileira, já que o cenário internacional era adverso a qualquer iniciativa de intervenção social do Estado em face das críticas neoliberais ao Welfare State nos países desenvolvidos (MOTA, 2000, p.138).

Sobre isso, é necessário afirmar que principalmente as políticas sociais de Saúde e Previdência Social são as mais afetadas por políticas neoliberais, devido à difusão do discurso sobre uma insegurança social, apontado que o privado se tornar melhor que o público.

Marques (2007), no entanto, aponta como uma provável solução a seria busca por alternativas governamentais para amenizá-las das diferentes formas, as quais deverão envolver todos os setores da sociedade. Assim, subentende-se que o envelhecimento humano não é um problema social somente do indivíduo, mas da família, do Estado e da sociedade. Conforme expresso na Carta Magna:

**Art. 230.** A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos (BRASIL, 1988 p. 37)

Ora se estamos em uma fase de transição para o processo de envelhecimento, de quem é o papel de cuidar dos idosos? Da família, Estado ou da sociedade? Parece fácil a afirmação de que a essas três esferas da sociedade tem o dever amparar as pessoas idosas, mas como proporcionar um envelhecimento digno? Eis a grande questão. Conforme salienta Melo:

Ao contrário, a questão social do idoso face ao próprio número maior em que se apresenta, exige uma política ampla e expressiva que suprima definitivamente a cruel realidade que espera aquele que conseguem viver mais. As sociedades precisam urgentemente, reformular suas idéias sobre a velhice, eliminando as posturas preconceituosas que tanto aviltam a dignidade que, durante milênios de evolução a espécie humana tem lutado para conquistar. É necessário que se prolonguem ou se criem oportunidades novas para os que envelhecem, mantendo-os ativos e participantes segundo suas condições psicofísicas para com isso, devolver-lhes sua total dimensão. (MELO, 1995, p. 18)

Contudo, a III Conferência Regional Intergovernamental Sobre Envelhecimento Na América Latina e Caribe<sup>15</sup>, realizada em 2012, na Costa Rica aponta que:

A perspectiva de envelhecimento populacional modifica a participação dos grupos na vida econômica, ou seja, se interfere na economia do país, modifica em cadeia as várias relações e políticas. O envelhecimento populacional desafia as famílias e a sociedade a encontrar soluções para estas questões que são tanto legais quanto éticas; tanto familiares e restritas ao âmbito privado, quanto dependentes das políticas públicas de seguridade social, políticas urbanas, políticas sociais, políticas de trabalho e emprego, de sustentabilidade do meio ambiente, de mobilidade urbana e de acessibilidade, de ações intergeracionais e pluriculturais, para homens e mulheres, de todas as etnias, orientação sexual, de qualquer condição social. (III CONFERÊNCIA REGIONAL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE ENVELHECIMENTO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2012p. 19)

Essa Conferência apontou para o avanço a uma fase de transição para o processo de envelhecimento, destacado o envelhecimento como o desafio do novo século. Afinal, quem irá cuidar do envelhecimento?

---

<sup>15</sup> INFORME BRASIL PARA A III CONFERÊNCIA REGIONAL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE ENVELHECIMENTO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE. SÃO JOSÉ, COSTA RICA, 8 A 12 DE MAIO DE 2012. Disponível em: <HTTP: www.sedh.gov.br/pessoa\_idosa/carta-de-sao-jose/informe.doc> acesso, em 01 Nov .2012.

Faz-se necessário, para reverter essa situação, políticas sociais destinadas para a oferecer um planejamento para esta fase que envolvam todos os setores da sociedade proporcionando, dessa forma o entendimento do envelhecimento humano como um fenômeno natural da vida humana e desenvolvendo um senso de respeito e responsabilidade para com o processo de envelhecimento humano. Dessa forma Jaccob nos mostra que há uma esperança para reverter este quadro:

O Estado brasileiro vem reconhecendo as novas demandas colocadas pelo envelhecimento e respondendo com a ampliação de serviços e de normatizações, com a instituição de critérios de qualidade e de garantia de acesso. Os desafios ainda são muitos e de vulto. A formação de equipes multidisciplinares, a pactuação de protocolos intersetoriais, a oferta casada no território, a complementariedade da ação pública face à família, são várias das questões a serem enfrentadas. Mas o avanço do debate público e a efetivação da participação social têm propiciado a progressiva consolidação deste campo e continuará aprimorando as perspectivas para uma política pública de qualidade voltada aos idosos (JACCOB, 2011, p. 26)

Para este autor, há esperanças de uma nova política pública de qualidade para o envelhecimento humano, porém será necessário investir na qualificação de profissionais especialista em envelhecimento humano, pois esses profissionais são escassos no país. Pois “a abordagem sobre o envelhecimento que ora ganha destaque em nosso país, é, portanto, uma oportunidade para resignificarmos nossos imaginários e práticas acerca do que desejamos para a nossa sociedade (OLIVEIRA, 2011, p.33). Afinal, todo queremos usufruir do direito á velhice mas que sejam como qualidade, respeito e dignidade.(HADDAD,1993 )

Assim, é necessário afirmar sobre programas sociais destinadas a oferecer um planejamento para a velhice, objetivando dessa forma, conscientizar a população da importância de preparar-se para essa fase. Com base nisso, identifica nos Programas de Preparação para Aposentadoria, um forte aliado para repensar muitos conceitos em relação ao envelhecimento, apontado que preparar-se para velhice é um verdadeiro processo de planejamento para uma vida futura, após a saída do mundo do trabalho. Sendo assim, apresentamos na próxima seção a aposentadoria com seus múltiplos desafios, e os PPAS, como uma forma planejar a aposentadoria e conseqüente da preparação para velhice, pois, é imprescindível para vivenciar o envelhecimento, oportunizado um envelhecimento de qualidade.

## 2. APOSENTADORIA COMO DIREITO SOCIAL

*Quando a velhice chegar, aceita-a, ama-a. Ela é abundante em prazeres se souberes amá-la. Os anos que vão gradualmente declinando estão entre os mais doces da vida de um homem. Mesmo quando tenhas alcançado o limite extremo dos aos, estes ainda reservam prazeres. (SÊNECA)*

### 2.1 A Aposentadoria como nova Etapa da Vida

A preocupação com a aposentadoria sempre esteve presente na vida do ser humano, pois o envelhecimento é dos maiores desafios do mundo. Para Silva (2007, p.81), as sociedades se desenvolvem, vencem desafios e cresce a idade da população sendo esta uma etapa da vida que, por sinal, sempre aguçou o interesse e a curiosidade humana, afinal, como explicar as transformações que acontecem ao longo da vida? E, envelhecimento é conquista ou uma invenção social? (MAGALHÃES, 2003).

Talvez seja notório que ao se dedicar aos estudos do processo de aposentadoria é necessário compreender todo um processo de preparação para esta etapa da vida humana, pois pensar em aposentadoria consiste em uma fase de perdas e ganhos; em descobrir-se em um novo ciclo de vital <sup>16</sup> perpassando pelas mais diversas transformações, seja na órbita do mundo do trabalho, seja nas modificações que vão ocorrendo no próprio corpo humano, como o enrugamento da pele, os primeiros cabelos brancos, entre outras que são visíveis.

---

<sup>16</sup> Ciclo vital: Com base leitura realizada na obra de CERVENY E BERTHOUD(1997)estabelece-se que o processo de vida do ser humano é como um ciclo, o qual apresenta dois elementos: **estabilidade** e **flexibilidade**, estes elementos perpassam todo ciclo. Apontando que a ideia de ciclo vital está vinculada à ideia de crise, que pressupõe alteração, dificuldade, e a ideia de passagem, que significa percorrer, atravessar, transmitir, mudar. Contudo as autoras enfatizam três características do ciclo vital: 1. ‘as mudanças no tamanho da família’, aqui se incluem a entrada e saída de membros da família; 2. ‘as mudanças na composição por idades’, podem determinar o momento do ciclo de vida de uma família pela idade do filho maior, conforme a idade do filho e a fase em que o casal se encontra; 3. ‘as mudanças na posição profissional da pessoa ou pessoas que sustentam a família’, baseia-se nas tarefas evolutivas, existem fases em que a demanda funcional é maior ou menor. Sobre isso consultar : CERVENY, Maria de Oliveira Ceneide. BERTHOUD,Cristiana Mercadantes E. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. Casa do Psicólogo, São Paulo,1997

Contudo, a aposentadoria é um ritual de passagem para uma nova fase da vida. Discutir sobre essa temática remete a abordar várias categorias que refletem esporadicamente na vida de cada um: principalmente discutir acerca do trabalho e do envelhecimento humano como um acontecimento social e irreversível.

O significado da palavra aposentadoria, como apresenta Gonçalves, remete ao vocábulo da língua portuguesa, ligado à noção de recolhimento ao interior da habitação, dos aposentos, ou estado de inatividade do funcionário público ou funcionário de empresa particular ao fim de certo tempo de serviço, com determinado vencimento. (GONÇALVES, 2006 p.78).

Neste sentido, o dicionário Priberam<sup>17</sup> apresenta a seguinte definição da palavra: “Situação de um trabalhador que tem isenção definitiva da efetividade do serviço, por incapacidade física ou por ter atingido determinada idade legal, e que recebe determinada pensão ou remuneração. Remuneração paga a um aposentado.”.

Assim, percebe-se que tais sentidos atribuídos a esse vocábulo, enfatizam, principalmente, a relação de uma remuneração monetária e a noção de recolhimento, compreendidos como saída do mercado produtivo. Contudo, faz-se necessário afirmar que ‘aposentadoria consiste em um direito estabelecido em lei; uma remuneração concedida aos trabalhadores dos setores públicos ou privados e que prestaram serviços por longos anos, ou se tornaram incapacitados para o exercício de suas atividades’ (MORI, 2006 p.50). Guimarães e Leal (2001 p.13) afirmam que a aposentadoria é medida de proteção social instituída governamental antes da política previdenciária.

Neste sentido, compreende-se que a aposentadoria é um direito do trabalhador, garantida a todos os trabalhadores que contribuíram com a Previdência Social, contudo, muitas vezes, a aposentadoria significa a saída de um trabalho regular, a ruptura com o mundo do trabalho e, normalmente, o termo está associado à idade. (FRANÇA, 1999, p.2).

Somando-se a isso, há o fator cronológico, ou seja, a chegada de uma determinada idade em que a sociedade passa a considerar a pessoa como idosa. Por outro lado, essa etapa apresenta possibilidades de realização profissional e pessoal, significa um processo de liberdade, de tempo livre para fazer o que gosta e se dedicar à construção de novas metas e

---

<sup>17</sup> Extraído: do site <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=aposentadoria/>> acesso em 06/dez.2012.

desafios. Entretanto, também é um período de empobrecimento, constituindo-se em uma fase na qual, frequentemente, a informalidade se traduz como a única expressão de sobrevivência e o envelhecimento passa a ser, mais nitidamente, percebido.

Assim, muitas vezes, aposentadoria é entendida como um sinônimo de velhice, como uma fase terminal da vida laborativa, e essa concepção pode ser mudada através de programas de cunho sócio educativo pedagógico, direcionados a oferecer possibilidades e desafios, oportunidades para o enfrentamento e conhecimento do processo de envelhecimento humano, especialmente, no campo da autonomia<sup>18</sup>.

## **2.2 Aposentadoria, Construção Social e Respaldo Legal**

Conforme apresenta Zoltowisk (2012, p.21-29), a aposentadoria é entendida como um processo que envolve a transição do papel de trabalhador para o papel de aposentado, sendo um fenômeno socialmente instituído e reconhecido. Para esta autora, a aposentadoria é um fenômeno social complexo, pois envolve diversos aspectos presentes na vida do indivíduo, como econômicos e familiares, significando um novo curso na vida dos indivíduos.

Evidencia-se, assim, que a entrada neste período envolve significativas mudanças no cotidiano das pessoas, muitas vezes, com a proximidade dos 60 anos, e na chegada da velhice, a pessoa acaba sendo retirada do trabalho formal e exposta a escassos benefícios sociais que, inúmeras vezes, não dão conta da subjetividade dessa relação. (MORI, 2006)

A esse respeito, França faz a seguinte observação:

A Aposentadoria é um fato social novo, pois só a partir do século XX a maioria da população assalariada, no mundo inteiro, passou a contar com a proteção da Previdência Social. No Brasil, foi a classe operária, a exemplo do ocorreu na Europa e nos EUA, que liderou no início do século e nos anos 20 a luta pela proteção do velho operário, dando origem a movimentos em favor da criação das Caixas e Institutos e da legislação previdenciária. (FRANÇA, 1999, p.2)

Com isso, identifica-se que o direito a aposentadoria é recentemente novo, e está envolto a muitos preconceitos em relação a esta fase da vida. Por um lado, a aposentadoria é definida como direito a remuneração monetária, a um descanso merecido, mas, por outro, tal

---

<sup>18</sup> Autonomia: faculdade de se governar por capacidade, valores e decisões, direito ou faculdade de autodeterminação. Extraído do Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa.

direito é visto com a responsável pelo rombo da Previdência Social, e o responsável pelos gastos onerosos do Estado. Esta dualidade sobre a Previdência Social é difundida plenamente.

Contudo Schons & Palma argumentam que a aposentadoria é uma instituição da sociedade industrial, ou seja, é algo criado socialmente através de um movimento intensivo de luta de classe<sup>19</sup> inserido na relação existente entre capital e trabalho, sendo, portanto, uma construção social<sup>20</sup> (SCHONS & PALMA, 2000, p.31). Sobre isso, Salgado, faz algumas ponderações sobre a aposentadoria:

Concebida como uma instituição social, aposentadoria proporciona não um benefício, mas um direito, que deve assegurar aos indivíduos uma renda permanente para a manutenção do nível de vida e garantir as necessidades de segurança individual, características das sociedades de nossa época. Entretanto, pode-se constituir num período de empobrecimento e até mesmo de miséria, dada a depreciação constante de seu valor e a difícil possibilidade de complementação de renda com outro trabalho remunerado; e, ainda que não existam proibições legais ao trabalho do idoso, o fato é que praticamente não existem oportunidades de trabalho, o que redundando no mesmo efeito. (SALGADO, 1980, p.53)

A partir disso, é necessário entender a relação existente entre trabalho e aposentadoria, ou a relação entre ativos e inativos e suas implicações, como bem destacam Soares, Luna e Lima:

Entre os sinônimos para o verbo “aposentar”, Zanelli e Silva (1996) apresentam o que consideram mais estereotipado: “pôr de parte, de lado”; significa uma exclusão que a sociedade impõe àqueles que chegam ao final da carreira: se não trabalham mais, deixam de ser importantes. A posição de Soares e Costa (2008, p.38) é semelhante: “Ser aposentado é deixar de ser João, o professor; Maria, a enfermeira; José, o médico... Serão todos simplesmente João, Maria e José, os aposentados ou, de forma depreciativa, os inativos.” (SOARES, LUNA, LIMA, 2010, p. 296-297)

Neste sentido, percebe-se que ao adentrar na aposentadoria ocorre uma perda de valorização do ser produtivo, participante de um ethos trabalhista.

Contudo, Salgado (1980) afirma que os sistemas de aposentadorias, na grande maioria dos países, foram recentemente instituídos, sendo aprimorados nas últimas décadas.

---

<sup>19</sup> Luta de Classe: Conflitos entre classes sociais com antagônicos interesses econômicos e outros. Conceito central na análise marxista, a luta de classes é específica das sociedades com classes, nas quais o acesso à propriedade, à riqueza, ao poder e a outros recursos é desigual. (Luta de classes. In **Infopédia** [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-02-10]. Disponível na www: <URL: <http://www.infopedia.pt/luta-de-classes>>. Acesso: 22 jan. de 2012

<sup>20</sup> Construção social: construção ato ou efeito de construir atividade de organização e criação de algo *construção* In **Infopédia** [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-02-10]. Disponível na www: <URL: <http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/constru%C3%A7%C3%A3o>>. acesso 22 de jan. 2013

Dessa forma, a aposentadoria como direito social é algo em constante aprimoramento, sendo muitas vezes, influenciada principalmente pelo contexto econômico financeiro vivenciado por cada país. Para o autor:

A aposentadoria tem evoluído de um sistema de assistência para um direito adquirido. Organizada pelo indivíduo, durante a sua vida produtiva, como forma de assegurar o futuro, deu uma nova perspectiva para o inativo, que deixa de ser mantido - como em épocas passadas- pela solidariedade familiar ou grupal, e passa a ser atendido pelos órgãos institucionais. (SALGADO, 1980, p.52)

Dessa forma, para este autor:

A política de aposentadoria acabou por criar um novo valor social e considera que os homens após determinada idade, devem abandonar as atividades economicamente produtivas, garantindo-lhes o direito de serem mantidos financeiramente pelo sistema. É uma situação natural que chega mesmo a ser aceita por todos e desejada por muitos. (SALGADO, 1980, p.53)

Assim, entende-se que a aposentadoria, como direito social<sup>21</sup>, deve assegurar o futuro, através de uma remuneração monetária que possibilite ao aposentado, condições dignas de vida, o que também implica em amplo acesso aos equipamentos públicos de que necessitar. Aposentadoria é, muitas vezes, uma reflexão da própria concepção de envelhecimento construída no decorrer da vida.

### **2.3 Aposentadoria: Contextualização Histórica de um Direito Social<sup>22</sup>**

A primeira referência à expressão aposentadoria, no Brasil, ocorreu em 1891 na Carta Política, destinada aos funcionários públicos, custeados pelo Estado. (OLIVEIRA apud TAVARES, 2001, p.81).

No entanto, o primeiro registro histórico referente ao direito de aposentadoria ocorreu em 1888, durante o período imperial<sup>23</sup>, através do Decreto n ° 9.912-A, fixando a

---

<sup>21</sup> Direito Social: conforme a Constituição da República Federativa do Brasil: **Art. 6º** São direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção, a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, p.7)

<sup>22</sup> Para a contextualização deste histórico além das referências citadas no texto, foi utilizado o histórico disponível no site da Previdência Social <http://www.mps.gov.br/conteudoDinamico.php?id=64acesso>: 22/11/12

aposentadoria aos trabalhadores dos Correios e estabelecendo, como critérios, 30 anos de serviço e idade mínima de 60 anos. Criou-se também as primeiras Caixas de Socorro Mútuo dos Trabalhadores das Estradas de Ferros do Império.

Com tais providências, evidencia-se a preocupação com um novo período da vida humana: a velhice, exposta através do fortalecimento da aposentadoria com um direito social, demonstrado através da organização das categorias profissionais para a luta por uma legislação social trabalhista.

Neste sentido, em 1889, o Decreto nº 10.269, estabelece o Fundo de Pensões do Pessoal das Oficinas de Imprensa Nacional e, no mesmo período, é regulamentado o direito a 15 dias de férias, pelos trabalhadores da Companhia de Água.

Observa-se, dessa forma, ‘uma organização da classe operária, tímida por sinal para viabilização e luta por uma legislação social e trabalhista’ (SILVA, 1997, p.31). Conforme a autora, a organização torna-se visível através dos primeiros mecanismos de um Sistema de Proteção Social, expressos através da Criação de Corporações, Caixas Beneficentes e Sociedade de Socorro Mútuo, ressaltando inclusive o papel do movimento sindical na luta por direitos trabalhistas.

Através da criação desses primeiros mecanismos previdenciários destinados a prestar uma proteção social aos trabalhadores envolvidos em acidente de trabalho e na velhice, percebe-se uma forma de luta política e resistência, para aquisição e consolidação da legislação social, a exemplo de outros países, principalmente europeus, sobre a consolidação de um modelo de proteção social.

Em 1904, Medeiros de Albuquerque apresenta ao Congresso Nacional um projeto referente à efetivação de uma legislação trabalhista, entretanto, neste primeiro passo, a construção de uma legislação social é barrada pelo Congresso Nacional (SILVA, 1997, p.32). O mesmo episódio ocorre em 1908, quando o deputado Gracco Cardoso apresentou ao Congresso Nacional um projeto sobre a organização de um Seguro Social.

Em 1919, ocorre a regulamentação do Decreto-Lei nº 3724, referente aos Acidentes de Trabalho, tornando-se um dos primeiros passos para a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs).

---

<sup>23</sup> O período imperial tem início em 1822, com a Independência do Brasil, estendendo-se até 1889, com a Proclamação da República.

A década de 1920 foi perpassada por grandes mudanças direcionadas à efetivação de um sistema previdenciário brasileiro, destacando-se a criação pelo Deputado Eloy Chaves da Lei nº 4.862 que instituiu as primeiras CAPs, em 1923. Esta lei ficou conhecida com Lei Eloy Chaves. Contudo, as CAPs, foram criadas nas categorias profissionais mais organizadas, destacando a dos trabalhadores do setor Ferroviário e Marítimo. De acordo com Silva (1997), a primeira instituição previdenciária a ser criada no país foi a CAPs, da empresa Great Western.

Em 1926, a Lei Eloy Chaves é estendida aos Portuários e Marítimos. Cria-se os Institutos de Previdência, dos Funcionários Civis da União, dos trabalhadores dos serviços Telegráficos e Radiográficos (1928). O direito à estabilidade no emprego é efetivado em 1928, após 10 anos de serviço.

A década de 1930 é marcada pela ascensão, ao poder, de Getúlio Vargas, e a consolidação em 1934, de uma Legislação Trabalhista e Previdenciária, destacando-se, neste período, os seguintes acontecimentos históricos:

Em 1933, ocorre a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM), seguido pelos dos Comerciários (IAPC), dentre outras categorias profissionais. No ano de 1934, há a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão dos Bancários, havendo a promulgação de uma Constituição Federal e da Legislação Social.

Com o advento da Constituição Brasileira de 1934, são regulamentados os direitos sociais como salário mínimo e pluralidade sindical. Observa-se neste período, uma ascensão dos direitos sociais para a classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de uma política de extremo atrelamento dos sindicatos com o Estado. Essa dualidade torna Getúlio Vargas um líder populista assentado na imagem de Pai dos Pobres devido à regulamentação dos direitos sociais, que na realidade eram mecanismos para amenizar os conflitos internos e uma Mãe dos Ricos, devido ao privilégio concedido ao burguês para a manutenção de sua ascensão ao poder.

Em 1944, ocorre a implantação do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU), como comunidade de Serviço da Previdência Social. No ano seguinte, 1945, acontece uma tentativa de unificação das CAPs e dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPS), através do Decreto-Lei nº 7.526 (Lei Orgânica dos Serviços Sociais no Brasil).

Em 1946, ocorre a criação do Conselho Superior da Previdência Social e do Departamento da Previdência Social.

No ano de 1949, destaca-se a regulamentação, pelo Decreto nº 26.778, da Lei nº 593, referente à aposentadoria ordinária (por tempo de serviço) que disciplinou a aplicação da legislação em vigor, sobre Caixas de Aposentadorias e Pensões.

Em 1953, é regulamentado o direito à filiação à Previdência, através dos sistemas previdenciários dos profissionais liberais e autônomos. Ocorre a criação da Caixa Única dos Aposentados, Ferroviários e Empregados em Serviço Público. Em 1954, através do Decreto nº 35.448, ocorre a expedição do Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões.

Contudo é somente no governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que se estabelece a Lei Orgânica da Previdência Social, Lei nº. 3.807, de 26/08/1960, abrindo caminho à unificação da legislação previdenciária brasileira, regulamentada pelo Decreto nº. 48.959-A de 19/09/1960 (OLIVEIRA, 2011, p.34). Somando-se a isso, acontece a aprovação do Decreto nº 48.959-A, referente ao Regulamento Geral da Previdência Social.

A Lei nº 3.841, de 15 de dezembro de 1960, dispôs sobre a contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço prestado à União, autarquias e sociedades de economia mista.

No ano 1963, através da Lei nº 4.214, ocorre a criação dos Fundos de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Com a Resolução nº 1.500, acontece aprovação do Regimento Único dos Institutos de Aposentadorias e Pensões.

O Decreto-Lei nº 66, em 1966, sanciona as modificações dos dispositivos da Lei Orgânica da Previdência Social, relativos às prestações e ao custeio. A Lei nº 5.107 instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O Decreto-Lei nº 72 reúne os Institutos de Aposentadorias e Pensões no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Com o Decreto-Lei nº 564, de 1969, ocorre a ampliação da Previdência Social ao trabalhador rural, especialmente aos empregados do setor agrário da agroindústria canavieira. O Decreto-Lei nº 704 estabelece o plano básico de Previdência Social Rural. O Decreto-Lei nº 710 e o Decreto-Lei nº 795 alteraram a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS). No Decreto nº 65.106 transcorre a aprovação do Regulamento da Previdência Social Rural.

Na década de 1970, ocorre a criação do Programa de Integração Social (PIS) através da Lei Complementar nº 7. A Lei Complementar nº 8, instituiu o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). No ano 1971, a Lei Complementar nº 11, institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRÓ-RURAL). Através do Decreto nº 69.014, ocorre a estruturação do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS).

No ano de 1972, por intermédio do Decreto nº 69.919, ocorre regulamentação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRÓ-RURAL). Com a Lei nº 5.859, há a inclusão dos empregados domésticos na Previdência Social. Enquanto que, em 1973, houve alterações na Lei nº 5.890, referente à Lei Orgânica da Previdência Social, ocasionando aprovação do Regulamento do Regime da Previdência Social, através do Decreto nº 72.771.

Em 1974, houve a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). No ano seguinte, por intermédio do Decreto nº 75.208, acontece a extensão aos benefícios do PRÓ-RURAL aos garimpeiros; a aprovação do regulamento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social pelo do Decreto nº 75.508; a unificação do Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público foi criado o Fundo de Participação (PIS/PASEP), através da Lei Complementar nº 26. Em 1977, a Lei nº 6.435, dispõe sobre previdência, privada aberta e fechada (complementar).

Na década de 1980, destaca-se na história do Sistema Previdenciário: em 1982 o Decreto nº 87.374 que altera o Regulamento de Benefícios da Previdência Social, em 1986 o Decreto-Lei nº 2.283, que institui o seguro desemprego e o Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março que o manteve.

Nesta mesma década, marcada por transformações na Previdência Social, é necessário mensurar as transformações que aconteceram na sociedade, principalmente pelo movimento de redemocratização do país e pelo fim do período ditatorial. Tais transformações na sociedade, desencadeadas pelos movimentos de lutas sociais, são um passo fundamental para a Promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 significou uma ascensão de direitos sociais, considerada como uma constituição cidadã que, por sua vez, promulgou uma série de direitos sociais e o sistema de seguridade social, expresso no capítulo da Ordem Social.

Nesta Constituição foi garantido o Sistema de Seguridade Social, formado pelo tripé Saúde, Assistência Social e Previdência Social. A aposentadoria, como direito constitucional, está firmada no tripé da Seguridade Social, na Política de Previdência Social, política essa de caráter contributivo, explícita na forma de um seguro social, fazendo parte de um sistema de Proteção Social, destinados a resguardar e auferir os direitos dos trabalhadores.

Dessa forma, o direito à Previdência Social, passa a ser concebido com uma forma de resguarda e garantia de uma velhice digna, uma forma de subsistência para a manutenção da qualidade de vida.

A aposentadoria, como direito social, está assegurada na Constituição da República Federativa do Brasil, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, no capítulo II, referente aos Direitos Sociais, no inciso XXIV e também se encontra referência a este direito, claramente evidenciado no artigo supracitado:

**Art. 202.** É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se os benefícios sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições:

I - aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta, para a mulher, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal;

II - após trinta e cinco anos de trabalho, ao homem, e, após trinta, à mulher, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei;

III - após trinta anos, ao professor, e após vinte e cinco, à professora, por efetivo exercício de função de magistério.

§ 1º É facultada aposentadoria proporcional, após trinta anos de trabalho, ao homem, e após vinte e cinco, à mulher.

§ 2º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. (BRASIL, 1988, p. 34).

Durante a década de 1990 transcorreram algumas transformações, muitas vezes, perpassadas pelo sistema neoliberal, cujos destaques se fará a seguir.

Em 1991, a Lei nº 8.212 dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui seu novo Plano de Custeio. A Lei nº 8.213, institui os princípios dos Planos de Benefícios da Previdência Social, conhecido também como Regime Geral de Previdência Social (RGPS). A lei 8.213, de 24 de julho de 1991, estabelece os princípios dos planos e benefícios concedidos pela Previdência Social.

O Decreto nº 357 aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, e a Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, institui contribuição para financiamento da Seguridade Social.

Em 1992, a Lei nº 8.490, dispõe sobre a organização da Presidência da República estabelece o Ministério da Previdência Social (MPS), enquanto que a Lei nº 8.540, de 22 de dezembro de 1992, dispõe sobre a contribuição do empregador rural para a Seguridade Social, e a Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992, dispõe sobre a Política Nacional de Salários.

No ano de 1993, a Lei nº 8.742, dispõe sobre a Organização da Assistência Social e o Decreto nº 1.007, dispõe sobre as contribuições ao Serviço Social do Transporte (SEST) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT). No ano seguinte, a Lei nº 8.861, regulamenta a licença maternidade. Enquanto que no setor econômico, a Lei nº 8.864, estabelece tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte. A Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, dispõe sobre o seguro desemprego.

No ano de 1995, a Medida Provisória (MP) nº 813, transforma o Ministério da Previdência Social (MPS) em Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

Em 1997, ocorre a aprovação do Estatuto Social da Empresa de Processamento de Dados da Previdência e Assistência Social (DATAPREV), é sancionada a lei 9.717, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, estabelece o eixo da Reforma da Previdência Social, cujas principais mudanças foram: limite de idade nas regras de transição para a aposentadoria integral no setor público- fixado em 53 anos para o homem e 48 para a mulher, novas exigências para as aposentadorias especiais, mudança na regra de cálculo

de benefício com introdução do fator previdenciário. Em 1999, o Decreto nº 3.142/99 regulamenta a contribuição social do salário-educação.

No ano de 2001, a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior. Em 2002, ocorre a alteração na Lei nº 8.212<sup>24</sup>, de 24 de julho de 1991, alterada pela Lei nº 10.421, de 15 de abril de 2002, que estende à mãe adotiva o direito à licença maternidade e ao salário-maternidade.

## 2.4 A Regulamentação da Aposentadoria

A Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991<sup>25</sup>, estabelece o financiamento do sistema de Seguridade Social, dispondo no artigo:

**Art. 3º** A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Parágrafo único. A organização da Previdência Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição;
- b) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário de contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo;
- c) cálculo dos benefícios considerando-se os salários de contribuição, corrigidos monetariamente;
- d) preservação do valor real dos benefícios;
- e) previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) estabelece quatro tipos de aposentadoria: por invalidez, especial, tempo de contribuição, por idade.

- 1. Aposentadoria por invalidez<sup>26</sup>** – É regulamentada pelo art. 42 CAPUT da Lei nº. 8.213, de 24/07/91. Benefício concedido aos trabalhadores que, por doença ou

<sup>24</sup> Extraído da [http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3\\_081014-111358-244.pdf](http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_081014-111358-244.pdf)> Acesso em 15 dez.2012

<sup>25</sup> Extraído do site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm)>.acesso em 15 dez.2012

<sup>26</sup> Informações extraídas do site da Previdência Social: <<http://www.mps.gov.br/index.php>> Acesso em 06/dez/2012.

acidente, forem considerados pela perícia médica da Previdência Social incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento. Quem recebe aposentadoria por invalidez tem que passar por perícia médica de dois em dois anos, se não, o benefício é suspenso. A aposentadoria deixa de ser paga quando o segurado recupera a capacidade e volta ao trabalho. Para ter direito ao benefício, o trabalhador tem que contribuir para a Previdência Social por, no mínimo, 12 meses, no caso de doença. Se for acidente, esse prazo de carência não é exigido, mas é preciso estar inscrito na Previdência Social.

2. **Aposentadoria por idade** - é regulada pelo art. 48 CAPUT da Lei nº. 8.213, de 24/07/91. Têm direito ao benefício os trabalhadores urbanos do sexo masculino, a partir dos 65 anos e do sexo feminino a partir dos 60 anos de idade. Os trabalhadores rurais podem pedir aposentadoria por idade com cinco anos a menos: a partir dos 60 anos, homens, e a partir dos 55 anos, mulheres. Para solicitar o benefício, os trabalhadores urbanos inscritos na Previdência Social, a partir de 25 de julho de 1991, precisam comprovar 180 contribuições mensais. Os rurais têm que provar, com documentos, 180 meses de atividade rural.
3. **Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição** – é regulada pelo art. 52 CAPUT da Lei nº. 8.213, de 24/07/91. Essa aposentadoria pode ser integral ou proporcional. Na aposentadoria integral o trabalhador homem deverá comprovar no mínimo 35 anos de contribuição, a trabalhadora mulher, 30 anos. Na aposentadoria proporcional é necessária a combinação de dois elementos: tempo de contribuição e idade mínima, assim os homens podem requerer aposentadoria proporcional aos 53 anos de idade e 30 anos de contribuição, mais um adicional de 40% sobre o tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998, para completar 30 anos de contribuição. As mulheres têm direito à proporcional aos 48 anos de idade e 25 de contribuição, mais um adicional de 40% sobre o tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998, para completar 25 anos de contribuição.
4. **Aposentadoria especial** – é regulamentada pelo art. 57 CAPUT da Lei nº. 8.213, de 24/07/91. É um benefício concedido ao segurado que tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. Para requerer esta aposentadoria o trabalhador deverá comprovar: tempo de trabalho, efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais. Durante

15, 20 ou 25 anos de contribuição, mediante comprovação técnica constante no formulário do DIRBEN ou do PPP, emitido pelo empregador ou seu preposto, com base em Laudo Técnico, das condições ambientais do Trabalho (LTCAT).

É pertinente salientar que a Previdência Social possui um caráter dicotômico presente em sua história, conforme expressa Haddad (1993, p. 26 apud COHN, 1980, p. 21)

É exatamente esse duplo caráter da previdência – elemento de respostas às reivindicações pré-existentes e ao mesmo tempo, mecanismo de controle que permite entender a natureza diferenciada do processo de criação e, sobretudo, a atuação dos institutos durante todo o decorrer de sua história.

Assim, nessa dicotomia, ao mesmo tempo em que a Previdência Social atendia aos interesses e reivindicações dos trabalhadores, tal atendimento também servia como um mecanismo para amenizar as expressões de resistência e revoltas oriundas das classes dos trabalhadores, constituindo-se como uma forma de amenizar os impactos dessa classe, no processo reivindicatório.

Pelo exposto, é possível compreender a aposentadoria, além de um direito social legalmente instituído, também como uma remuneração monetária mínima que garanta, por sua vez, condições de sobrevivência da pessoa humana, na sua velhice, e que a aposentadoria, como direito, está vinculado a um período de contribuição.

## **2.5 A Aposentadoria, seus Desdobramentos ao Aposentado e os PPA's**

Muitas vezes, a aposentadoria é um período de empobrecimento total, onde o aposentado recorre a outras atividades remuneradas para sobreviver, o que pode desencadear uma série de dificuldades relacionadas ao lazer, ao convívio com a família, aos novos projetos de vida, ao estudo e, especialmente, às perdas relacionadas à saúde que, por vezes, não lhe compensam o grande esforço em troca da baixa remuneração. Além disso, com a aposentadoria ocorre, muitas vezes, um desprestígio social<sup>27</sup>, uma perda de status social<sup>28</sup> na sociedade, de um papel social<sup>29</sup>, devido ao envelhecimento, à entrada na fase da velhice.

---

<sup>27</sup> Perda de influência, perda de autoridade. Fonte Dicionário Priberam. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=DESPREST%C3%8DGIO> >Acesso:02nov.2012

Nesse sentido, Schons & Palma (2000), refletem sobre os problemas da aposentadoria e fazem referência a uma maneira de amenizá-los, através do desenvolvimento de atividades sócio educativas, enfatizando, dessa forma, a importância de Programas de Preparação Para a Aposentadoria (PPAs).

Considerando-se todos os problemas que aposentadoria acarreta para quase todas as pessoas, não só do ponto de vista econômico, mas, especialmente, do ponto de vista existencial, justifica-se a organização de um Programa de Preparação para Aposentadoria. O tempo que será disponibilizado à pessoa pela aposentadoria, do qual já falamos, será ocupado por atividades prazerosas e gratificantes. Não se trata de multiplicar atividades para preencher a vida a qualquer preço, mas de fazer boas escolhas para se alcançar um equilíbrio de vida. A aposentadoria, nesses casos, deve ser vista como uma continuação do ciclo vital; daí a importância da ajuda que o programa pode oferecer ao pré-aposentado. O PPA, não deve se ater somente às orientações práticas sobre nutrição, saúde, dinheiro, Previdência Social. Há problemas mais profundos que devem ser abordados, levando em consideração a organização da vida e sua evolução ao longo do tempo, pois a aposentadoria é o reflexo de tudo que a precedeu. (SCHONS & PALMA, 2000, p.36).

Nessa perspectiva, aposentadoria não é o fim da vida, mas o começo de uma nova fase e, dessa forma, a preparação para a aposentadoria, significa também uma preparação para a velhice que, nem sempre, é facilmente aceita. (SALGADO, 1980).

Para Schons & Palma (2000), os PPAs, devem possuir, em sua essência, um direcionamento social crítico que proponha a ampla reflexão sobre o processo de envelhecimento, a partir de linhas de discussão organizadas, e não apenas a abordagem superficial dessa importante temática, que proporcione a visualização de um novo começo para essa fase da vida, oportunizando novas possibilidades de descoberta dessa fase, pois a aposentadoria favorece o descobrimento do seu próprio processo de envelhecimento. Conforme apresenta Gonçalves (2006, p.98) a aposentadoria é uma etapa da vida como outras, que precisa ser construída., demonstrado com isso a necessidade de um processo de preparação ao longo da vida.

---

<sup>28</sup> Status social-*s* designa a classe que a pessoa ocupa dentro do(s) grupo(s) a que pertence. O *status* indica a posição que se ocupa ou o papel social que se desempenha relativamente aos outros membros do mesmo grupo ou a situação de uma coletividade em relação a outras instituições e/ou à sociedade em geral..*Status*. In **Infopédia** [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-02-10].Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$status](http://www.infopedia.pt/$status)>.

<sup>29</sup> Papel social: Conjunto de atribuições, funções. <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=papelacesso> em 13.jan.2013

## 2.6 Síntese Histórica dos Programas de Preparação para Aposentadoria

Estudos realizados por Bressan et al (2005), apontam que os programas de Preparação Para Aposentadoria (PPA) começaram em 1950, nos Estados Unidos da América, (EUA). Salgado, (1980, apud ZANELLI, 2000, p.160-161), afirma que esses programas, no início, limitavam-se a prestar informações sobre o sistema de aposentadorias e pensões. Com o tempo, passaram a contemplar os vários aspectos que envolvem o afastamento das atividades formais do trabalho”.

Em solo brasileiro, esses programas são uma prática recente. Bressan et al (2005), apontam que os programas de Preparação Para Aposentadoria (PPA) começaram em 1950, nos Estados Unidos da América, (EUA). Salgado, (1980, apud ZANELLI, 2000, p.160-161), afirma que esses programas, no início, limitavam-se a prestar informações sobre o sistema de aposentadorias e pensões. Com o tempo, passaram a contemplar os vários aspectos que envolvem o afastamento das atividades formais do trabalho”.

É através do SESC que se instala, no Brasil, a primeira Escola Aberta para o Idoso<sup>30</sup> possuindo como objetivo educar e orientar para o envelhecimento humano.

No continente europeu, os programas de preparação para aposentadoria obtiveram uma grande expansão, destacando-se experiências relevantes em países como a Inglaterra, França, Suécia, Alemanha e Bélgica.

Assim como no Brasil, a implantação desses programas ocorreu, principalmente, na área de recursos humanos das grandes empresas e organizações privadas, com a finalidade de orientar órgãos quanto aos problemas que os aposentados vão encontrar no período de pré-aposentadoria, e prepará-los para uma nova atividade, exteriorizar suas potencialidades, expectativas, orientá-los quanto ao mercado de trabalho e problemas de saúde. (BRESSAN, et al. 2005, p.67). Pois é no decorrer do século XIX que o envelhecimento começou a ser encarado como um novo fenômeno social em expansão.

Pode-se compreender que os PPAs, são desenvolvidos no seio das instituições de trabalho, como uma forma de facilitar o percurso dos trabalhadores, durante o processo de rotatividade através da troca das gerações, no qual há substituição gradativa, de uma geração após outra, no acesso à atividade remunerada (SOUTO, 1986), ou seja, dessa forma,

---

<sup>30</sup> Isso será explicado na próxima seção. As Escolas Abertas para Terceira Idade são instituições de ensino superior que possuem uma metodologia de ensino direcionada voltada para Educação Permanente para pessoas Idosas.

compreende-se que, na realidade, o PPA, é uma forma de preparação para um processo de rompimento com a vida laborativa, demonstrando que a aposentadoria é um fenômeno presente na vida do ser humano, pois está diretamente relacionado com a chegada da velhice. Dessa forma, entender a aposentadoria é algo muito complexo, pois significa um processo de ruptura, saída de uma fase para outra, transcrita através de um rito de passagem: saída do mundo produtivo (trabalho) para o mundo improdutivo (aposentadoria/tempo livre), como observam Schons & Palma:

Em uma sociedade capitalista, a aposentadoria, sob o ponto de vista social é, por um lado, um repouso merecido, mas por outro lado, é a institucionalização da perda da capacidade produtiva e em consequência, a desvalorização do sujeito. Há então, um paradoxo: a sociedade concede a aposentadoria, mas valoriza apenas as pessoas que continuam produzindo, que permanecem no ciclo da produção e do consumo. Algumas pessoas cometem a injustiça ao afirmarem que o aposentado vive à custa da população economicamente ativa, esquecendo-se de que durante trinta ou mais anos ele contribui para a Previdência Social. (SCHONS & PALMA, 2000, p.31)

A saída do mundo produtivo é algo muito difícil, considerando que nossa sociedade referencia muito a valorização do trabalho, como dignificação do homem enquanto ser social, tornando, dessa forma, o trabalho como uma importante referência do próprio ser humano. Para tanto, faz-se necessário considerar que:

As pessoas que se preparam para aposentadoria precisam conscientizar-se de que a terceira fase da vida pode ser uma etapa plena de significado existencial, com alegria e tristeza, esperança e decepções, enfim, com todas as contradições que qualquer momento da vida encerra. Preparar-se para ela exige estudo, integrado e vinculado ao processo histórico abrangendo desde a própria questão existencial passando pelas relações de produção sistemas políticos, até a questão universal das nossas relações com o mundo, sob o ponto de vista holístico. A dinâmica social deve ser analisada e repensada considerando as implicações de que o momento se reveste. O papel fundamental desempenhado pela preparação para aposentadoria consiste na conscientização do futuro aposentado de que o período de aposentadoria corresponde a uma nova etapa de sua vida, em que não há por que declinar de suas ambições, pessoais ou da busca de novas realizações. (SILVA, 2007p. 22)

Dessa forma entendemos que os PPAs, são uma ferramenta para possibilitar uma visão do futuro, apontando alternativa para vivenciar um envelhecimento saudável, e descobre-se enquanto um ser que envelhece. Sabe-se que estes programas ainda são pouco difundidos na sociedade, fazendo com que muitos trabalhadores não estejam preparados para vivenciar a velhice e para a saída do mundo produtivo. Sobre isso Guimarães & Leal apontam que os PPAs são fundamentais porque proporcionam um espaço reflexivo para discutir os conflitos,

anseios, medos, expectativa em relação à nova situação que se aproxima (GUIMARÃES & LEAL, 2001p. 3), ou seja, a saída do espaço de trabalho.

Enfatiza-se que os PPAs, devem possuir um caráter informativo, objetivando criar expectativas para fase de aposentadoria, proporcionando com isso, reflexões que transcendem o momento da aposentadoria, tornando-se um espaço rico, promotor de saúde e qualidade de vida. (BRESSAN et al,2005p.44).

O pesquisador e professor José Carlos Zanelli, é considerado um ícone no que se refere aos PPAs, juntamente com Helena Bertho da Silva, Lucia Helena F.P.França, Dulce H.P.Soares, Marcelo Salgado, que enfatizam esses espaços como uma reflexão sobre a aposentadoria, nos quais se busca construir um planejamento para a aposentadoria, ou seja, construir um planejamento de vida. Estes autores destacam que os PPAs, devem possuir alguns elementos fundamentais como: qualificação dos agentes responsáveis para a realização do programa, planejamento das etapas ou modalidades a serem desenvolvidas, palestras informativas sobre assuntos de interesse dos participantes, dinâmicas de grupos, preparação com os familiares, divulgação do programa, período de duração, equipe interdisciplinar e multiprofissional, número de encontros, ambiente, público alvo, estratégias de divulgação, entre outros. (ZANELLI; SILVA, 1996; SILVA, 2007; MELO 1995, FRANÇA)

Em relação a isso, Zanelli identifica que:

A composição de um programa deve levar em conta a suscetibilidade de fatores como a capacidade pessoal de enfrentar problemas, as possibilidades que o ambiente proporciona para o crescimento individual, o reestabelecimento da identidade pessoal, a reorganização temporal das atividades e a busca de novos objetivos para a vida (SANTOS 1990). [...] Um programa de preparação para aposentadoria estabelece a base para a reelaboração de valores, atitudes e percepções. (ZANELLI, 2000, p7-10)

Afinal, considerar-se, para tanto, que a preparação à aposentadoria significa também uma preparação para velhice, para muitos é um estado de decadência, vindo a provocar recusa e repulsa para quem está entrando nela (SALGADO, 1982p. 52). Dessa forma é necessário repensar a própria concepção da imagem social da velhice, analisada apenas pelos aspectos físicos e biológicos.

Contudo faz-se necessário frisar que nem todo velho é aposentado, e nem todo aposentado é velho, rompendo a ótica do senso comum<sup>31</sup> que aposentadoria é somente coisa de velho, apresentando neste contexto a velhice como expressão da questão social,<sup>32</sup> que passa a se emergir.

Compreendendo aposentadoria, como direito social legalmente conquistado, fruto de uma correlação de lutas classes, fruto de resistência, é justificada por intermédio das seguintes ponderações:

Em um país em que os direitos básicos do cidadão são tão desrespeitados, a universalização do direito à aposentadoria, mesmo não sendo mais do que um salário mínimo, significou uma conquista social importante [...] É apenas com os benefícios da aposentadoria que, pela primeira vez, muitos desses trabalhadores rurais ensaiam a assinatura do próprio nome e descobrem os direitos de cidadania. (DEBRET,1996, p.11)

Ressaltar-se que através da aposentadoria, acontece muitas vezes o acesso à condição de cidadão, desfrutando ainda que minimamente de uma condição de cidadania, por diversas vezes excluída. Para a autora, a aposentadoria deixa de ser um marco a indicar a passagem para a velhice ou uma forma de garantir a subsistência daqueles que, por causa da idade, não estão mais em condições de realizar um trabalho produtivo. (DEBRET, 1996, p. 11).

Zanelli (2000, p.3) reflete que ‘a compreensão da aposentadoria implica reflexões sobre os sentidos e significados do trabalho para o homem e para a sociedade’, compreende-se que discutir aposentadoria, remete a toda uma história social assentada sobre a relação com o trabalho e toda uma construção assentada na visualidade de obter um direito social, ainda que por diversas vezes negado. Diante disso, identifica que os PPAs, constituem como mecanismo que fornecem essas reflexões, destacando que são pouco realizados na sociedade atual.

Apesar da falta de informação sobre os PPAs, é fundamental destacar o papel da Universidade Aberta da Terceira Idade como uma ferramenta para difusão desses programas,

---

<sup>31</sup> Senso Comum – ‘cristalizam-se em preconceitos com os quais passamos a interpretar toda a realidade que nos cerca e todos os acontecimentos.’ (CHAUI, 2000, p.4).

<sup>32</sup> Conforme FALEIROS (1997) A expressão questão social é tomada de forma muito genérica, embora seja usada para definir uma particularidade profissional. entendida como as contradições do processo de acumulação capitalista, seria, por sua vez, contraditório colocá-la como objeto particular de uma profissão determinada, já que se refere a relações impossíveis de serem tratadas profissionalmente, através de estratégias institucionais/relacionais próprias do próprio desenvolvimento das práticas do Serviço Social. (FALEIROS, 1997 p.37)

através da prestação de assessoria a instituições que desejam realizar este programa. Dessa forma, destaca-se a importância do Núcleo de Estudos da Terceira Idade,(NETI) da Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC), como um fomentador para construção de uma nova imagem para o envelhecimento, realizada através de uma política de educação permanente, para a visibilidade da educação permanente, na conjuntura atual, conforme relatada no próxima seção.

### **3. EDUCAÇÃO: UMA ALTERNATIVA DE PREPARAÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO**

*Até quando deve um homem educar-se?*

*A resposta a esta questão depende da finalidade que se atribuí a educação. Se ela estiver voltada para o processo da humanização e de transformação social, com possibilidades de formação do homem integral, logo, o processo educativo é algo permanente e co-existe á própria vida (SÁ, 2004, p. 345)*

#### **3.1 O Processo Educativo do Envelhecimento: Algumas Reflexões**

Talvez, um dos maiores desafios deixados para humanidade, seja o de envelhecer na medida em que se aprende a se educar para esse processo. Por mais difícil que seja aceitar o envelhecimento humano, tal fato remete a acreditar que existem alternativas para vivenciá-lo da melhor maneira possível.

As Universidades Abertas da Terceira Idade vêm se consagrando como uma forma de promover uma nova visão sobre o envelhecimento e ocasionado à quebra de muitas barreiras em relação a este processo. Muitas vezes, é no ambiente universitário que a pessoa idosa passa a ser valorizada, a buscar autonomia e uma maior amplitude sobre o seu envelhecimento.

As Universidades Abertas são um espaço acadêmico que tem como premissa oferecer, através do conhecimento, subsídios para melhor enfrentar o envelhecimento, através de um processo de interação que envolve pessoas idosas, docentes e jovens acadêmicos, convivendo e se inserindo em um mesmo ambiente, no qual usufruem das mesmas condições de infraestrutura e dos recursos disponíveis para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. A universidade, como espaço de construção do saber, é sustentada por três eixos: Ensino, Pesquisa e Extensão e, por intermédio desses eixos ocorre uma aproximação constante com a comunidade no extra-muro da instituição, oportunizando que se usufrua desse espaço de aprendizado, através da participação dos acadêmicos em projetos de extensão universitária, como é o caso do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), da Universidade Federal de Santa Catarina.

Primeiramente, o NETI não é uma Universidade Aberta para Terceira Idade, mas um Núcleo de Estudos fundamentado na filosofia dessas instituições que se dedica aos estudos

dos processos de envelhecimento, possibilitando aos seus integrantes um reconhecimento enquanto sujeitos desse processo contínuo, oportunizando experiências de descobrirem-se de outra maneira como “ser idoso”, nessa fase.

É interessante observar que precisamos passar por esta fase para conhecer melhor as transformações que estão ocorrendo em nossa vida, pois, dificilmente, somos incentivados a desenvolver reflexões como: O que fazer quando envelhecer? Como se preparar para este processo?

Uma resposta a estas intrigantes e fascinantes questões seria os PPAS (Programa de Preparação para Aposentadoria), como elementos para oportunizar e desenvolver um envelhecimento saudável, no seu sentido pleno. Ora, afinal a humanidade sempre buscou alternativas para evitar essa fase da vida e por que agora tornar-se necessário enfatizar o crescimento da população de idosas? A busca pela fonte da juventude esgotou-se ou descobriu-se que envelhecer é um privilégio? Afinal, a velhice é uma opção de vida?

Observa-se, dessa forma no cenário nacional uma ascensão nítida das preocupações com o envelhecimento humano. Diante disso, verifica-se uma ascensão do idoso no que se refere à política pública, pequenas por sinal, ocorre um processo de visibilidade da velhice, não mais como uma esfera particular, privada, escondida no âmbito doméstico, mas como uma esfera pública, que passa a exigir a atenção do Estado, como provedor de direitos, até antes tênue e disperso. Há que se destacar que, concomitante a isso, como é próprio da ideologia neoliberal há um verdadeiro processo de reprivatização da velhice: que transforma a velhice em uma responsabilidade individual. (DEBRET, 2000, p.148)

Apesar do (re) surgimento de novas lutas sociais em favor da valorização do envelhecimento, é pequena e retraída a abertura que a sociedade começa a dar, deixando subentendido que “Tratar da velhice no Brasil, não é uma tarefa fácil” (DEBRET, 2000, p.155). Muitos motivos podem ser apontados, dentre eles: particularidades desse processo, não linearidade e heterogeneidade da etapa, somando-se a fatores como crescente pauperização, surgimento de novas necessidades decorrentes desse processo, ao reconhecimento de que as políticas sociais, os serviços, as instituições e os agentes de proteção social convencional não mais respondem adequadamente a essa novas necessidades (PEREIRA, 2005, p.2). Tarefa essa difícil! Pois o envelhecimento é visualizado apenas como uma questão individual e invisível ao

olhos do Estado, aponta-se ao fato de que o envelhecimento é uma questão complexa. (PEREIRA, 2005)

Através disso, percebe-se que a responsabilidade pelo processo de envelhecimento acaba se tornando uma questão meramente individual, privativa. Dessa forma, ao idoso é atribuída a responsabilidade por ele não ter feito um plano de previdência privada, ou ter iniciado a sua institucionalização da velhice, ou seja: A responsabilidade pela miséria do envelhecimento passa a ser uma responsabilidade individual (DEBRET, 2000, p. 152). Com isso, vivemos tempos em que a responsabilidade individual tornou-se a luta pela sobrevivência. Sendo assim, quais são os mecanismos para a melhoria dessa situação?

Nesse cenário tão complexo e controverso, destacamos a viabilidade dos Programas para a Terceira Idade, destacando principalmente o papel fundamental da Universidade Aberta, na construção de uma nova representação social do envelhecimento, enfatizando os programas e atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), da Universidade Federal de Santa Catarina, como ferramenta fundamental no reconhecimento do processo de envelhecimento e na valorização social do idoso.

### **3.2 As Universidades Abertas da Terceira Idade: Experiências Nacionais e Internacionais**

As primeiras experiências com as Universidades Abertas para a Terceira Idade (UATis) surgiram na década dos anos 1970, na França e nos Estados Unidos da América. O estadista Benjamim Franklin, foi dos percussores para as atividades educacionais voltadas à terceira idade (MACHADO, 2003). Foi o professor francês Pierre Vellas, o fundador da primeira Universidade Aberta à Terceira Idade, em Toulouse, França, no ano de 1973. Sobre essa experiência francesa, CACHIONI afirma que:

Tratava-se de uma proposta inovadora: uma universidade aberta a todos os idosos, sem distinção por nível de renda ou educação, onde pudessem ocupar produtivamente o tempo livre e aferir os benefícios que a educação podia trazer para a sua saúde e seu bem-estar. O impacto inicial foi modesto e as dificuldades muito grandes. [...] (CACHIONI, 2003, p. 29)

A autora reforça que a iniciativa do pioneiro Vellas constitui-se em uma nova ferramenta para pensar a situação da velhice em nível mundial, argumentando que esse modelo de universidade é adotado mundialmente. Apesar das dificuldades encontradas por Vellas na referente ao reconhecimento de seu trabalho, os objetivos desse modelo universitário

consentiam em: “Tirar os idosos do isolamento, propiciar-lhes saúde, energia e interesses pela vida e modificar sua imagem perante a sociedade foram, desde o início os objetivos das Universidades Abertas da Terceira Idade idealizadas pelo autor”’. (CACHIONI, 2003, p. 29)

Percebe-se que a preocupação com a Terceira Idade alertou a humanidade, apontando a educação como um mecanismo para o conhecimento do seu processo de envelhecimento.

Machado (2000) observa que esses programas educacionais voltados à terceira idade, estão diretamente ligados ao rápido crescimento da população idosa e inter-relacionado com o processo de pré-aposentadoria, investindo em atividades educacionais como forma de utilizar o tempo ocioso e possibilitar novas descobertas nessa etapa da vida. Para DEBRET (2000, p.152), os programas para a terceira idade, se constituem em exemplos privilegiados para demonstrar que a experiência do envelhecimento pode ser vivida de maneiras distintas.

Nesse contexto, é possível compreender que a educação é considerada uma ferramenta para se pensar sobre as alternativas para o problema do envelhecimento mundial, possibilitando, inclusive, o desenvolvimento de uma participação ativa, autônoma desses idosos, seja nos seus espaços de convivência com a família, amigos, nas relações de trabalhos e, principalmente, nos movimentos sociais ligados à terceira idade, destacando-se o Movimento dos Aposentados e Pensionistas, no Brasil.

Continua Machado (2003) analisando as experiências de outros países que desenvolveram propostas educacionais direcionadas para a terceira idade, como:

A China, desde o fim da revolução cultural, os governantes consideraram a educação a melhor forma de ajudar os mais de 100 milhões de idosos chineses que deveriam se adaptar às mudanças sociais. Dentre os programas, destacou-se uma rede de 400 universidades para idosos, que promovem atividades acadêmicas para 470 mil estudantes na faixa etária acima de 50 anos. (MACHADO, 2000, p.89)

Observa-se com isso, em meio às falácias de países com características capitalistas, que ocorre uma preocupação com as alternativas educacionais direcionadas ao envelhecimento humano, num país oriental, com uma diversidade tecnológica incrível, com diferentes contrastes sociais, a velhice é sinônimo de respeito.

No entanto, na América do Sul, a primeira universidade no continente foi a Universidade Aberta do Uruguai UNI3, fundada em 22 de abril de 1983. Destaca-se nessa instituição:

Sua característica de ensino é não-formal, intergeracional e fundamentada na educação permanente. Sua finalidade essencial consiste em preparar o idoso para ser, participar, contribuir para o desenvolvimento da comunidade, dar e receber, tomar decisões, cultivar novas amizades, viva uma vida plena, digna e harmoniosa. Os princípios básicos dessas universidades mantêm-se inalteráveis ainda hoje e consistem em proporcionar aos mais velhos a possibilidade de conviverem de maneira salutar e útil com as gerações mais novas. (MACHADO, 2000, p.90-91)

Essa experiência pioneira no continente latino-americano incentivou a criação de universidade em países como o Paraguai, a Argentina, o Chile, o Panamá, a Venezuela, o México e o Brasil, que teve sua universidade instalada em Passo Fundo (RS). (CACHIONI 2003, p.50, apud PALMA, 2000)

Em relação à expansão da Universidade da Terceira Idade no Brasil, Cachioni cita como objetivos:

Seus objetivos são recuperar o valor social, moral e econômico do idoso; atualizar o adulto; promover saúde física e psíquica e bem-estar social por meio da educação; capacitar o idoso ao retorno ao mercado de trabalho; permitir ao participante acompanhar o avanço tecnológico e as transformações que ocorreram no mundo; e investigar os processos de aprendizagem por meio da educação. (CACHIONI 2003, 50 apud BAYLEY,1994)

Ao descrever e analisar o envelhecimento humano deve-se considerar a importância da história latino-americana no modelo educacional.

Percebe-se que o maior desafio da Universidade Aberta da Terceira Idade é promover e incentivar a participação social das pessoas idosas em qualquer setor da sociedade, objetivando desenvolver o convívio intergeracional. Contudo, muitas vezes, é através dos espaços acadêmicos que as pessoas idosas encontram possibilidades para a realização de sonhos e oportunidades que nunca tiveram antes. É no espaço da aposentadoria que muitas vezes o sonho de ingressar em uma Universidade, torna-se uma realidade viável, destacando com isso, um sentimento de autonomia e liberdade de escolha, possibilitando o convívio intergeracional, no mesmo espaço.

É emocionante visitar uma universidade e encontrar alunos de 50, 60 e até 85 anos, lado a lado com os jovens estudantes. Já se foi o tempo em que universidade era lugar só de cabeças novas, simbolizando o futuro. Hoje, pais e avós também freqüentam as salas de aula e às vezes podem até se encontrar em uma mesma sala. (MACHADO, 2000, p.90-91)

Em relação ao modelo curricular metodológico dos Cursos da Universidade Aberta à Terceira Idade, Cachioni (2003) menciona:

[ O] Dia-a-dia da Universidade da Terceira Idade misturavam-se atividades episódicas, isto é, não reunidas num currículo ou programa, que incluíam palestras, debates, cursos de idiomas, expressão artística, caminhadas, esportes, viagens, passeio, mesas-redondas sobre temas de saúde, concertos, mostras de dança, eventos culturais abertos, debates sobre problemas da atualidade e reuniões literárias.[...] Sendo fundamental que entre as atividades das Universidades da Terceira Idade - educação permanente, educação sanitária, cuidados físicos, ativação cerebral e ações de serviços à comunidade - seja incluída a pesquisa a fim de investigar os efeitos dos programas em geral e de cada uma de suas partes, de modo a favorecer a disseminação da iniciativa de educar idosos.(CACHIONI, 2003, p.48-49)

Dessa forma, verifica-se que os currículos da Universidade Aberta da Terceira Idade, proporcionam atividades que favorecem a participação ativa do acadêmico idoso, bem como o desenvolvimento de sua autonomia e inserção social. Além de conteúdos sobre o envelhecimento, sob a perspectiva das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Biológicas.

A formação dos docentes para atuarem nesse espaço, geralmente está vinculada à pesquisa sobre envelhecimento, sendo que muitos, buscam o aperfeiçoamento de maneira constante através de cursos de especialização. Contudo, muitos são os desafios que se apresentam para as Universidades Abertas, especialmente relacionadas à luta pelo reconhecimento e legitimação do envelhecimento como fenômeno educacional, além de conquistar uma maior visibilidade e abertura de novos cursos voltados a essa área do conhecimento humano, que por sinal é escassa em produções.

### **3.3. A Educação em Cena: a Experiência das Universidades Abertas da Terceira Idade no Brasil**

No Brasil, a experiência com programas educacionais para a Terceira Idade, iniciou na década de 1960, pelo Serviço Social do Comércio (SESC). Segundo CACHIONI essa organização foi que iniciou as primeiras atividades com grupo de Convivência para Idoso e com as primeiras Escolas Abertas para a Terceira Idade. Segundo a autora, as atividades desenvolvidas, envolviam desde orientações sobre envelhecimento, programas de preparação para aposentadoria, bem como, atividades artísticas, físicas e culturais. (CACHIONI, 2003)

Debret afirma que na década dos anos 1990 houve uma proliferação dos programas para a Terceira Idade, destacando-se três entidades pioneiras para o desenvolvimento desse

trabalho: a LBA- Legião Brasileira de Assistência, o SESC- Serviço Social do Comércio e as Universidades Abertas para a terceira idade públicas e privadas. (DEBRET, 2000, p. 152).

Essas instituições foram pioneiras no trabalho social com pessoas idosas, apesar de possuírem diferença entre si, constituíram-se nos primeiros pilares para a expansão das políticas educacionais voltadas às pessoas idosas. Contudo, é relevante afirmar que as iniciativas de educar os adultos maduros e as pessoas idosas, é lembrar que o potencial humano para o desenvolvimento não se encerra na velhice. (CACHIONI, 2003, p. 42). Sobre isso, Debret apresenta os seguintes parâmetros:

No Brasil proliferaram, na última década, os programas voltados para os idosos, como as Escolas Abertas para a Terceira Idade, as Universidades Para a Terceira Idade e os grupos de convivências para idosos. Estes programas, encorajando a busca pela auto-expressão e a exploração de identidade de um modo que era exclusivo da juventude, abrem espaços para uma experiência inovadora possa ser vivida coletivamente, e indicam que a sociedade brasileira hoje é mais sensível aos problemas do envelhecimento humano. (DEBRET, 2000, p.148)

É possível perceber que Estado e sociedade civil, aos poucos, parecem tornar-se mais sensíveis aos problemas do envelhecimento humano, apresentando alternativas educacionais para amenizá-los, levando-nos a afirmar a concretude de um início de um processo de valorização da pessoa idosa, com vistas a lhe proporcionar um envelhecimento digno.

Em relação a isso, Cachioni apresenta uma breve contextualização histórica sobre o início das atividades educacionais voltadas para as pessoas idosas no Brasil, destacando as diversas terminologias das instituições de ensino superior, a saber:

São exemplos de denominações: Universidade Aberta à Terceira Idade, Universidade para a Terceira Idade; Universidade com a Terceira Idade, Universidade Idade Adulta, Universidade Alternativa; Universidade Sem Fronteiras, Universidade Sem limites; Programa da Terceira Idade; Faculdade da Terceira Idade; Faculdade de Atualização Permanente, Núcleo de Estudos ou Pesquisas ou Núcleo Integrado de Apoio à Terceira Idade; Centro Regional de Estudos e Atividades, da Terceira Idade; [...] Apesar das diferenças em termos de denominação, características socioeconômicas, recursos disponíveis e público-alvo, essas instituições apresentam elementos comuns em seus discursos e propostas de qualidade de vida, promoção de saúde, participação e autonomia, oferta de oportunidades educacionais e culturais que permitam desenvolvimento pessoal e coletivo e inserção social dos idosos. (CACHIONI, 2003, p. 51 e 52)

A partir disso, percebe-se que a denominação ou terminologia adotada tem pouca influência nas atividades que a instituição desenvolve. O que ocorre é que essas Universidades Abertas são vinculadas a instituições de ensino superior e se utilizam do mesmo espaço acadêmico, institucional e infraestrutura física para o desenvolvimento de suas atividades. Todavia, o mais importante são as propostas educacionais, específicas, que permitam o desenvolvimento do acadêmico idoso.

Como exemplo, Cachioni elaborou um modelo de classificação dos programas voltados para a educação superior, destinados a pessoas idosas, em seis modalidades, classificando cada programa de acordo com a respectiva origem e estrutura de organização:

**Modalidade 1.** NETI/UFSC- Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi criado em 1982, sendo o primeiro programa brasileiro para a educação de adultos maduros e idosos, funcionando numa instituição de ensino superior.

**Modalidade 2.** NIEATI/UFMS- Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Maria. Foi criado em 1984, por profissionais ligados ao Centro de Educação Física e Desportos. Pioneiro na implantação do Aluno Especial II, onde os idosos cursam disciplinas de graduação da universidade. Único programa que apresenta atividades físicas tanto no interior da universidade como no exterior da mesma. Voltado para atividades físicas, prevenção e manutenção da saúde.

**Modalidade 3.** UnTAI/UERJ- Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Foi criada em 1922, por uma equipe multiprofissional que atuava no ambulatório médico da universidade. É o pioneiro e provavelmente única no ambulatório médico, único em sua proposta de trabalho, por meio das gerências de ensino, extensão e pesquisa funciona como uma micro universidade temática e oferece atividades em oficinas e programas de extensão. Seu principal objetivo é contribuir para a melhoria dos níveis de saúde física, mental e social das pessoas maiores de 60 anos.

**Modalidade 4.** CREATI/UNI3-Centro Regional de Estudos e Atividades para a Terceira Idade da Universidade de Passo Fundo. Criado em 1991, por profissionais pertencentes à Faculdade de Educação. É o único programa brasileiro ligado à Universidades Abertas/UNI3 da Rede Latino-Americana. O programa caracteriza-se como um espaço aberto à população idosa, para debates e estudos das questões que envolvem a velhice, através de um processo de educação permanente, de caráter interdisciplinar e intergeracional.

**Modalidade 5.** U3I/PUC-Campinas- Universidade da Terceira Idade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; e U3I/UNIMEP- Universidade da Terceira Idade da Universidade Metodista de Piracicaba, criada em 1990. A U3I da PUC-Campinas foi criada por meio de um projeto pedagógico da Faculdade de Serviço Social. Fundamenta-se em uma proposta de educação permanente. Foi definido como um curso de extensão universitária e de atualização cultural, uma atividade de natureza acadêmica e sócio política voltada para um segmento específico da população local e regional: pessoas de meia-idade e de terceira idade.

**Modalidade 6.** UnATI/USP-ESALQ-Universidade Aberta à Terceira Idade da Universidade de São Paulo- Campus Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Criado em 1995. Uma das características que diferencia este programa dos demais é o fato de ser o maior projeto da USP que implantou programas de gênero em todo o seu campus e o gerencia de maneira semelhante.

A USP estruturou o projeto Universidade Aberta à Terceira Idade em 1993, quando foi aprovada e acolhida uma proposta realizada por uma professora do Instituto de Psicologia, da mesma

instituição, solicitando a Pró-reitora de Cultura e Extensão à abertura de cursos da universidade a pessoas idosas. Os alunos cursam disciplinas dos cursos de graduação nas três áreas do conhecimento: exatas, biológicas e humanas. Os requisitos são: idade mínima de 60 anos, exame do currículo, entrevista ou formação superior. (CACHIONI, 2003, p.55-78)

Contudo, destaca-se no cenário nacional como um das atividades pioneiras de prática gerontológica, em instituições de ensino superior, o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), da Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade Aberta a Terceira Idade, desenvolvido em 1992 pela PUC-Campinas/SP.

As Universidades Abertas à Terceira Idade, em qualquer uma das modalidades supracitadas, foram oriundas na sua grande maioria de ideias de projetos de extensão universitária, vinculadas ao crescimento da população idosa. Outro ponto que merece destaque é que a maioria das equipes desses programas é formada por profissionais multidisciplinares, o que possibilita uma maior abrangência do envelhecimento humano.

Dessa forma, compreendemos a magnitude do que está firmado na Lei 10.741, de 03 de outubro de 2003, que sanciona o Estatuto do Idoso:

Art.2º o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 2003, p.7)

A partir de tais experiências, é possível afirmar que não existe idade limite para aprender e que a capacidade intelectual se aperfeiçoa com a idade. Neste sentido é fundamental o processo de educação continuada para nos tornarmos idosos conscientes e atuantes, despertando a cidadania, muitas vezes, esquecida.

A educação, como ferramenta essencial da ação, é fundamental à pessoa humana, abrindo-lhe horizontes, criando expectativa de vida, antes ausente. Para isso, é necessário que o Poder Público, como órgão representativo da força popular, ofereça condições para que isso ocorra, como preconiza o Estatuto do Idoso:

Art.21 O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologia e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

1º os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo as técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração á vida moderna.

2º os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais. (BRASIL, 2003, p.12)

Dessa forma, compreendemos que às Universidades Abertas da Terceira Idade, não importa qual seja a terminologia adotada, mas que sejam espaços que possibilitem a formação a partir dos princípios gerontológicos, que atendam às necessidades sociais, tecnológicas da população idosa, pois envelhecer não significa apenas cuidado com saúde, alimentação e atividades físicas, mas toda uma gama de aperfeiçoamento físico e mental para manter-se atualizado, inclusive com as mudanças tecnológicas presentes em nossa vida. Neste sentido é essencial que a inserção social seja um processo de percurso ininterrupto para promover e desenvolver a igualdade de todos.

### **3.4. O Núcleo de Estudos da Terceira Idade – NETI**

O Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) foi criado 03 de agosto de 1983, através da Portaria P484/GR/83, sancionada pelo magnífico reitor Prof. Ernani Bayer, como um órgão vinculado à extinta Pró-Reitoria de Cultura e Extensão/PRCE, atualmente Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFSC. É um órgão institucional e constitui-se como maior núcleo de pesquisa dessa universidade.

A fundação do NETI deve-se à idealização de duas professoras da UFSC: professora Neuza Mendes Guedes do Departamento de Serviço Social e professora Lucia Hisako Takase Gonçalves do Departamento de Enfermagem que, devido ao seu expressivo envolvimento e dedicação na construção da política nacional de atenção à população idosa, conseguiram levar o NETI, num dos centros de destaque na área de programas junto às instituições de ensino superior.

Conforme Guedes (1997, p.21) uma das primeiras tarefas para a efetivação do núcleo foi visitar as chefias de Departamento de Ensino da UFSC que desenvolviam alguma atividade com idoso, percebeu-se com isso, não existiam atividades, pesquisas sobre envelhecimento humano.

Muitas foram iniciativas para tentar dar visibilidade ao novo projeto de trabalho com idosos, por parte das fundadoras, entretanto, o mesmo não era reconhecido dentro do campus universitário. Além das dificuldades, deparou-se com preconceito, discriminação e

pouca produção teórica na área da gerontologia, ou seja, o processo de envelhecimento, como observa Ziem:

Entre as dificuldades encontradas no decorrer da criação do NETI, podemos destacar o preconceito e discriminação da pessoa idosa, a ausência de bibliografia brasileira sobre educação e envelhecimento, a invisibilidade do sujeito que envelhecia no meio acadêmico e ausência de referências que identificassem demandas e necessidades da pessoa idosa. (ZIEM, 2010, p.40)

Buscou-se orientação no trabalho realizado pelos profissionais que atuam nos grupos de convivência de idosos e instituições asilares, extra-muros da Universidade. Sendo realizado um curso sobre Noções Básicas de Gerontologia que contou com a participação de Marcelo Antônio Salgado, Elvira Abreu de Melo Wagner e do professor Flávio da Silva Fernandes, ambos de São Paulo.

Neste mesmo ano de 1982, foi realizado **um levantamento das expectativas de idosos vinculados a UFSC, aposentados ou em via de se aposentarem**, residentes próximos ao campus universitário, e também das instituições que desenvolviam trabalho com idosos, tanto asilares como grupo de Convivência com Idoso. (GUEDES, 1997; CACHIONI, 2003)

Como forma de divulgação do levantamento e da nova proposta de trabalho com idoso, foi idealizado um Salão de Artes do Idoso, o qual foi realizado no Largo da Alfândega, no centro da cidade de Florianópolis.

No decorrer de 1982 foi ofertada à comunidade pelo núcleo, uma atividade sobre o Folclore Catarinense, sob a iniciativa do Grupo de Convivência Cinco de Maio, que se constitui como pedra fundamental e no alicerce do NETI. (GUEDES, 1997)

No ano de 1983, o NETI tornar-se campo de estágio para as acadêmicas do curso de Serviço Social. É no ano de 1984 que se iniciarem as primeiras atividades com Educação Permanente, ocorreu também o início das atividades de um programa de preparação para aposentadoria na universidade, mas devido à greve<sup>33</sup> foi interrompido. (SOUTO, 1986. s/p)

No entanto, conforme a referida autora é em 1985, que se iniciou o primeiro curso de Preparação para Aposentadoria na Universidade, sendo o primeiro curso que se tem

---

<sup>33</sup> A informação sobre a Greve de 1984 na Universidade Federal de Santa Catarina pode ser visualizada no site: <http://www.andes-ufsc.org.br/?p=165> acesso em 22 de jan.2013

conhecimento no Estado de Santa Catarina. Tal projeto foi idealizado e organizado por duas estagiárias de Serviço Social Graciela Vieira Souto e Neli Bet. No ano seguinte, ocorre a formação do segundo Curso de Preparação para Aposentadoria (SOUTO, 1986. s/p). É a partir desse ano, que o NETI passa a contar com funcionários administrativos.

Em 1989, surge o Grupo de Estudos de Gerontologia, que influenciará a criação do Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica em 1991. Como observa Silva, é neste ano que:

O NETI participa do Seminário Nacional “O idoso na Sociedade atual” realizado pela Associação Nacional de Gerontologia (ANG) em Brasília, no mês de outubro. O documento produzido nesse seminário: “Recomendações: Políticas Públicas para a Terceira Idade nos anos 90”. [...] Este documento realimentou a participação da sociedade e do estado na formulação das políticas sociais nacionais, estaduais e municipais do idoso que se tornaram leis na década de 90. (SILVA, 2004, p.39 e 40)

Como se observa, o NETI é um ator coadjuvante na formulação de políticas sociais de atenção à Pessoa Idosa, além de ser um mecanismo que fornece e incentiva a participação social. Isso é perceptível devido ao fato que o NETI, antecipou-se ao MEC na preocupação com a questão social do idoso, sugerindo à UFSC que incluísse disciplinas de conhecimento gerontológico em alguns cursos. (IDEM)<sup>34</sup> No ano de 1991, ocorre a criação do Curso de Especialização em Gerontologia.

O NETI é um alicerce para o reconhecimento da pessoa idosa como um sujeito de direitos sociais. Tornando-se um precursor das políticas gerontológicas, principalmente para o desenvolvimento de novas propostas direcionadas à educação para a Terceira Idade. Para tanto, a criação do núcleo foi uma experiência pioneira entre as universidades públicas e privadas, constituindo assim a construção de um modelo brasileiro de intervenção do atendimento ao idoso (THIESEN, 2003, p.43.).

Assim, o NETI é considerado uma referência nacional para estudos de graduação e pós-graduação, com enfoque na educação permanente, pois oferece cursos, grupos, oficinas e

---

<sup>34</sup> SILVA, Vitoria R. Percepção do meio-ambiente na Terceira Idade. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Graduação em Geografia) - UFSC. Florianópolis: 2004

projetos voltados para alunos idosos, objetivando a sua atualização e inserção social<sup>35</sup>. Buscando a formação de recursos humanos e críticos do seu processo de envelhecimento.

A base de sustentação do núcleo são os Quatro Pilares da Educação de Edgar Morin: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser - sobre os quais são pensadas todas as propostas e atividades pedagógicas. É válido afirmar que cada atividade desenvolvida no núcleo é pensada a partir desses pilares. Dessa forma, acreditamos que a educação tem que ser uma ação direcionada a transformação social, que promova a liberdade e se constitua com um primeiro passo para o protagonismo do idoso, e como um elemento estruturante da vida do ser social.

Neste sentido, observa-se esse conteúdo transcrito na missão institucional do Núcleo<sup>36</sup>: ‘Redescobrir, recriar de forma integrada, sistematizar e socializar o conhecimento de gerontologia, desenvolvendo atividades de promover as pessoas da terceira idade no meio acadêmico e comunitário, como sujeitos em transformação e transformadores.’

O NETI desenvolve suas atividades fundamentadas nos seguintes princípios:

- O homem é um ser que se realiza no mundo.
- O ser humano pode aprender durante toda a sua existência.
- A pessoa idosa é valorizada quando reconhece o seu potencial e se incentiva no engajamento responsável e participativo na sociedade.
- Despertar o idoso para a ação renovadora na área gerontológica é transformá-lo em agente por excelência para ajudar a equacionar as questões sociais brasileiras.

Esses princípios<sup>37</sup> adotados pela instituição são refletidos nos objetivos onde as atividades são embasadas:

- Ampliar e sistematizar o conhecimento da gerontologia;
- Formar recursos humanos nos diversos níveis;
- Manter atividades interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão;

---

<sup>35</sup> Informação disponível na página do NETI [www.neti.ufsc.br](http://www.neti.ufsc.br) acesso em 22 de jan. de 2013

<sup>36</sup> Informação extraída na página do NETI [www.neti.ufsc.br](http://www.neti.ufsc.br) acesso em 22 de jan. de 2013

<sup>37</sup> Informação extraída da página do NETI [www.neti.ufsc.br](http://www.neti.ufsc.br) acesso em 22 de jan. de 2013

- Divulgar e desenvolver ações institucionais e interinstitucionais;
- Assessorar entidades na organização de programas de valorização do idoso;
- Oferecer subsídios para uma política de resgate do papel do idoso na sociedade brasileira;
- Realizar treinamentos, palestras e consultorias na área gerontológica.

A atuação do núcleo, por sua vez, não se limita à realização de atividades para a pessoa idosa, mas também é uma ferramenta de incentivo do despertar para o envelhecimento humano, fornecendo subsídios pedagógicos para o desenvolvimento de uma consciência cidadã, de valorização das pessoas idosas, visando o seu protagonismo social.

Em 2012, o NETI completou 30 anos de existência na comunidade acadêmica e, para a comemoração dessa ilustre data, foi realizado um Encontro Alusivo, sendo desenvolvidas uma série de comemorações durante o ano, dentre elas, o lançamento de um novo vídeo institucional sobre o núcleo, o adoção de uma nova logomarca para representar essa essência do núcleo, realização de um concurso literário que mobilizou a comunidade acadêmica do núcleo.

Apesar de 30 anos na Universidade, o NETI, ainda luta contra uma série de dificuldades, principalmente relacionadas ao preconceito referente ao envelhecimento humano, em todos os setores da sociedade e também para o reconhecimento dentro da própria universidade. Dessa forma, compreendemos que a luta pelo reconhecimento da gerontologia, envolve a cada dia batalhas árduas para promover a abertura de uma visão sobre o envelhecimento humano e, muitas vezes, se reconhecer e aceitar-se em meio a este processo. Assim, acreditamos que o núcleo empenhou-se, durante 30 anos, por tornar-se um ator social, na arte de fazer política, de oportunizar cidadania e reconhecimento social a muitas pessoas idosas, despertando nelas a sua condição de ser humano que, inúmeras vezes, acaba tornado-se abalada pelas fragilidades existentes nessa etapa da vida.

O NETI é visto como uma fase de pré-velhice, de preparação para o envelhecimento, onde algumas pessoas recorrem ao núcleo atrás de alternativas institucionais para preparar-se para o seu processo de envelhecimento. Buscam um novo estilo de vida, através da prática de atividades físicas e no cuidado com a alimentação. Tal procura demonstra que, aos poucos, o envelhecimento passa a ser percebido com outros olhos. No entanto, cabe

afirmar que essas mesmas condições não são oportunizadas a toda a população, nessa pré-fase do envelhecimento.

O núcleo de despertar da curiosidade, o interesse e sentimentos de surpresa, quando se compreende que o mesmo oportuniza mecanismos institucionais para que as pessoas idosas possam tornar-se cada vez mais autônomas e buscar novos desafios de vida, dentre eles, o de sentir-se parte de uma universidade, o que desperta um sentimento de valorização do meio acadêmico e de pertencimento e identificação com esse grupo social. Para muitos, o NETI, é apenas mais um núcleo, mais um espaço acadêmico, mas para muitos é tudo, é o que impulsiona para aproveitar toda uma existência e permite o reconhecimento de um processo inacabado.

As propostas hoje mantidas pelo NETI, são formadas em quatro áreas: **Atividades de formação de multiplicadores em recursos humanos, Atividades de Informação de Conhecimento, Oficina e Grupos, e Atividades em Consonância com o NETI.**<sup>38</sup>

- **Atividade de formação de multiplicadores em recursos humanos**- Visa a formação de pessoa idosa para se tornarem multiplicadores de proposta gerontológicas e promotores do seu próprio envelhecimento, através de referência teórico-metodológico apresentada em cada curso com uma especificidade própria. Essa atividade é verificada nos seguintes cursos: (Curso de Formação de Monitores em Ação Gerontológica-CFMAG- Projeto Intercâmbio Comunitário em Gerontologia, - PICG- Especialização em Gerontologia, Projeto Leitura Escrita, Curso - Contadores de História );
- **Atividades de informação de conhecimento**- visa oferecer à pessoa idosa a oportunidade de aperfeiçoamento e desenvolvimentos de suas habilidades, ocasionado um processo de grandes descobertas sobre si mesmo. Isso é desenvolvido nos seguintes cursos (Curso de Avós na Universidade, Cine debate em Gerontologia I e II, Contadores de Histórias, Curso de Línguas Estrangeiras).
- **Grupo e Oficina** – Refere-se a um espaço de convivência, como objetivos específicos destinados a propiciar a criação de laços afetivos, culturais desenvolvidos nas atividades: (Grupo de Apoio a Longevidade, Grupo de Encontro, Grupo de Canto, Grupo de Teatro,

---

<sup>38</sup> Esta divisão Das atividades em quatro áreas, foi feita pela supervisora de Estágio Maria Cecília Godtsfriedt e pela Prof.Mônica Joesting do NETI, para a elaboração do novo folder do NETI alusivo aos 30 anos, que será publicado este ano. 2013

Grupo de Convivência 05 de maio, Grupo de Contadores de Histórias “A Hora da História”, Grupo de Artesões do NETI, Grupo Chão de Estrela, Grupo de Biodança.)

- **Oficinas**- As oficinas são espaços que favorecem a parceria entre o grupo e propõem uma metodologia diversificada para o seu desenvolvimento, oportunizando a participação de todos. (Oficina de Autoconhecimento, Oficina de Inclusão Digital, Oficina de Empreendedorismo).
- **Atividades em Consonância com o NETI** ( Programa Grupo de Apoio aos Portadores da Doença de Parkinson e seus familiares, Projeto Grupo de Apoio aos Familiares de Portadores da Doença de Alzheimer). Essas atividades são desenvolvidas em parceria com o NETI, pois partilham dos mesmos princípios e do respeito pelo ser em envelhecimento.

As atividades hoje desdobradas junto ao Núcleo foram, na sua grande maioria, propostas pelos próprios idosos que se integram ao NETI. Através disso, podemos citar como atividades <sup>39</sup>desenvolvidas pelo núcleo:

- **Curso de Especialização em Gerontologia**, *lato sensu*, visa capacitar profissionais de nível superior de diferentes áreas no campo da Gerontologia, tendo como perspectiva a construção de uma prática interdisciplinar.
- **Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica** qualifica pessoas idosas em gerontologia ao proporcionar o desenvolvimento de novos conhecimentos e ao estimular a prática do voluntariado na comunidade. É desenvolvido em seis semestres.<sup>40</sup>
- **Curso Os Avós na Universidade** discute o relacionamento intergeracional no cotidiano partindo dos membros mais velhos das famílias e estimula o resgate das histórias de vida. Tem a duração de três semestres.
- **Cine debate em Gerontologia I e II** promove a reflexão e debate do processo de viver e envelhecer através de personagens retratados em filmes. Duração de quatro semestres.
- **Curso Contadores de História** resgata o papel do idoso contador atuando com diferentes faixas etárias. Duração de dois semestres.

---

<sup>39</sup> As informações sobre a oferta das atividades foram extraídas do site: [www.neti.ufsc.br](http://www.neti.ufsc.br) acesso: 22 de jan. 2013 e também estão disponíveis no folder institucional do Núcleo.

- **Leitura e Escrita Para Pessoas Idosas e Adultas** tem por objetivo atender a uma grande parcela da população de adultos e idosos que não tiveram oportunidades de acesso à escola.
- **Curso de Inglês** visa ao desenvolvimento da compreensão e da expressão oral e escrita em língua inglesa. São desenvolvidas várias turmas desde o período iniciante até o intermediário, com duração de um semestre cada.
- **Curso de Francês** proporciona às pessoas idosas a aprendizagem de expressões e estrutura básicas da língua francesa. Níveis básico e intermediário, com duração de um semestre cada.
- **Curso de Espanhol** integra os conteúdos gramaticais a um contexto cotidiano real. Níveis básico e intermediário, com duração de um semestre cada.
- **Curso de Esperanto** capacita o aluno a expressar clara e precisamente as regras básicas desta língua internacional. Níveis básico e intermediário, com duração de um semestre cada.
- **Curso de Italiano** tem como base expressões linguísticas de fácil entendimento e compreensão para os idosos, capacitando-os para conversação básica. Níveis básico e intermediário, com duração de um semestre cada.
- **Curso de Língua Alemã para Pessoa Idosa** Introduce à compreensão e produção oral e escrita da através da exposição do aluno a diversos tipos de textos em situações familiares do cotidiano e habituais.
- **Grupo de Encontro** objetiva aperfeiçoar o desenvolvimento pessoal, a comunicação e as relações interpessoais através de um processo experiencial. Duração de dois semestres.
- **Oficina de Auto Conhecimento** visa o crescimento conjunto. Os membros do grupo trabalham seus problemas existenciais para descobrir suas próprias maneiras de construir soluções. Duração de dois semestres.
- **Oficina de Inclusão Digital** desperta o interesse dos idosos pelo computador e capacitá-os para utilizarem os recursos de comunicação e informação que a internet proporciona. Turmas semestrais.
- **Oficina de Teatro para Idosos** prevê o desenvolvimento de expressão das linguagens artística, mais especificamente do teatro, da dança e da música como forma de inserção social e desenvolvimento artístico.

- **Oficina Otimização da Memória** objetivo é de aprender estratégias de otimização da memória na perspectiva da educação permanente.
- **Projeto Intercâmbio Comunitário em Gerontologia** os idosos atuam em atividades sócio educativas de programas sociais e comunitários. Produzem efeito multiplicador e de intercâmbio, difundindo um novo papel social do idoso na comunidade catarinense.
- **Programa Grupo de Apoio aos Portadores da Doença de Parkinson** e seus Familiares tem o objetivo de apoiar os portadores e familiares para enfrentarem a doença e fortalecerem sua cidadania enquanto usuários de serviço de saúde, acerca de suas reivindicações e controle social.
- **Projeto Grupo de Apoio aos Familiares de Portadores da Doença de Alzheimer** oferece espaço para a partilha de experiências dos portadores e seus cuidadores, com informação sobre a doença, suas reivindicações e lutas.
- **Grupo de Apoio à Longevidade** realiza visitas domiciliares a pessoas idosas, que vivem sós ou que passam muito tempo afastadas do convívio social, com o objetivo de fazer companhia e estimular a integração social.
- **Grupo de Convivência 5 de Maio** busca desenvolver a autonomia e conscientização do idoso sobre o seu valor como pessoa na vida, no grupo, na família e na comunidade.
- **Grupo de Estudo Sobre Memória** resgata fatores e estratégias de aquisição, conservação e evocação de informações e está voltado para pessoas idosas.
- **Grupo de Biodança da Terceira Idade** visa melhorar a qualidade de vida pela música e pelo movimento, gerando harmonia.
- **Oficina de Auto Conhecimento** visa ao crescimento conjunto. Os membros do grupo trabalham seus problemas existenciais para descobrir suas próprias maneiras de construir soluções. Duração de dois semestres.
- **Oficina de Empreendedorismo** tem como objetivo central estimular o empreendedorismo na terceira idade.

O NETI se constitui como um solo fértil para a fomentação de órgão de mobilização estudantil, que abrange alunos e ex- integrantes do NETI, como:

- **Associação de Monitores da Ação Gerontológica –AMAG-** congrega ex-alunos do NETI, desempenhando uma função sócio-recreativa, através de encontros festivos e de lazer.

- **Centro de Estudantes do Núcleo de Estudos da Terceira Idade – CENETI**, objetiva promover a integração dos alunos do NETI e reivindicar os direitos dos alunos idosos juntos à UFSC e a outras instituições sociais.
- **Grupo de Artesãos do NETI** constitui-se de idosos que se organizam para permanecerem em atividade de produção e comercialização de artesanato.
- **Grupo A Hora da História** proporciona a interação intergeracional em cujo processo o contador idoso pesquisa e seleciona contos e histórias para apresentação em público.
- **Grupo Teatral Chão de Estrelas** é uma atividade permanente na qual os idosos elaboram textos a partir de suas vivências com o processo de envelhecimento.

Para desenvolvimento dessas atividades o núcleo possui uma equipe multidisciplinar formado por profissionais das áreas das Ciências Humanas, Sociais e Saúde, destacam-se os seguintes as áreas: Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia, Sociologia, Psicologia. Além disso, há muitas experiências exitosas de alunos que participam das atividades oferecidas e muitos deles ministram essas mesmas atividades, também há uma equipe de voluntárias que atuam na recepção do núcleo, fazendo um primeiro passo de acolhimento das pessoas que adentram ao núcleo, prestando orientações e informações sobre as atividades desenvolvidas pelo núcleo. Para gerir essas atividades e demais funções burocráticas-administrativas, o NETI, possui a coordenadora geral do núcleo, que é auxiliada por um Comitê Científico Assessor, e por dois servidores técnico-administrativos que atuam na secretaria do NETI.

A responsabilidade pela coordenação do NETI, de 1982 a 2000, esteve a cargo da Professora Neuza Mendes Guedes, – Assistente Social, Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da UFSC e Especialista em Gerontologia. De 2000 a 2005, foi coordenado por Jussara Bayer – técnica administrativa, Bacharel em Letras e Especialista em Gerontologia. De outubro de 2005 a Junho de 2011, esteve na coordenação do núcleo a professora Ângela Maria Alvarez, Mestre em Ciências da Enfermagem e doutora em Filosofia da Enfermagem ambos concluídos pela UFSC. A partir de junho de 2011, assumiu a coordenação do NETI, a Enfermeira Dra. Jordelina Schier, pertencente ao quadro do funcional do Hospital Universitário da UFSC.

Doravante é necessário mencionarmos as condições de infra-estrutura, destacando que o Núcleo está apto a promover a acessibilidade de seus participantes. Devido às inúmeras dificuldades no início das atividades no campus universitário, o núcleo possui sede própria situada na Avenida Desembargador Vitor Lima, nº145, Campus Universitário, Trindade, Florianópolis, entretanto, devido a gama de atividades, o espaço da instituição acaba se tornando pequeno pela quantidade de alunos que circulam pelo local, sendo necessário utilizar os espaços acadêmicos que os centros de ensino da UFSC oferecem como as salas de aulas, o auditório da Reitoria, os laboratórios de idiomas, as quadras esportivas, dentre outros. Oportunizado uma relação entre alunos acadêmicos de graduação e os alunos idosos, ou seja, uma relação de familiar entre os mesmos, promovendo aos poucos, um processo de reconhecimento da pessoa idosa como um ser capaz e igual a todos.

### **3.5 O Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica -CFMAG**

O Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica (CFMAG) é considerado a peça chave no NETI.

O objetivo dessa atividade é: capacitar pessoas com mais de 50 anos de idade. Idealizado pelas professoras: Neuza Mendes Guedes, Maria de Lourdes Freitas de Souza e Virginia Grunewlad, caracteriza-se como uma atividade de extensão, vinculada a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, por intermédio do Parecer do N°028/CEPE/90, de 1990. (GODTSFRIEDT, 1997)

O CFMAG possui como objetivo promover a integração social e comunitária das pessoas idosas, através da qualificação em gerontologia proporcionando o desenvolvimento de novos conhecimentos e o estímulo à educação.

Para isso, o CFMAG possui uma metodologia de ensino própria, embasado em referências teórico-metodológicos do NETI, os Quatros Pilares da Educação, além disso, possui como princípio a qualificação em gerontologia através do desenvolvimento de disciplina, que favoreçam a integração social, proporcionando o incentivo à descoberta da terceira idade. É uma forma de preparação sustentada em princípios gerontológicos para o descobrimento de uma nova fase da vida: a velhice, pois envelhecer não significa morrer.

A coordenação do CFMAG está a cargo de uma profissional de Serviço Social, conta com um Grupo de Apoio Pedagógico, formado por profissionais das áreas de Ciências Humanas e da Saúde, e como apoio e supervisão das estagiárias de Serviço Social.

Em 2012, o CFMAG adotou uma nova grade curricular formada por três disciplinas integradoras:

**Fundamentos da Gerontologia-FG1/FG2:** Dinâmica I e II; Noções de Filosofia; de Psicologia; de Antropologia e Gerontologia.

**Políticas e Programas da Ação Gerontológica:** Noções de Saúde; de Direito; de Sociologia e Metodologia da Ação Gerontológica.

**Práticas da Ação Gerontológica** - Dinâmica III; Técnicas e Práticas da Ação Gerontológica; Supervisão de Estágio e Apresentação dos Relatos de Experiência.

A decisão pela formação dessa nova grade curricular, deve-se aos fatores como o tempo de duração do curso, que anterior a 2012 era de três anos, o que relativamente considerase um período longo para um curso de extensão universitário e outro fator preponderante foi a alta taxa de desistência no decorrer do curso.

No término dos semestres são realizados **Seminários Integrativos dos Conteúdos**, envolvendo docentes, alunos, estagiários, coordenação, objetivando a compreensão do processo de intervenção social no envelhecer, buscando desenvolver um processo integrativo entre as turmas do CFMAG.

No último semestre, os monitores passam pela experiência de estágio em instituições da Grande Florianópolis e, nesse período são oportunizadas, a reflexão e a visualização dos conteúdos aprendidos na atuação. Segundo Ziem:

Durante todo o Curso, os monitores recebem o aporte teórico das disciplinas, visando além dos objetivos propostos, a preparação para a vivência no campo de estágio. Para isso, atividades de trabalhos em grupos estimulam a iniciativa e o potencial criativo para a idealização e composição de um projeto de ação gerontológica junto à comunidade. (ZIEM, 2010 p.45)

Assim, é realizado pela docente da disciplina o acompanhamento do processo de estágio com visitas institucionais ao campo de estágio, bem como um processo de preparação para a entrada do acadêmico no campo de estágio e da instituição para recebê-los. Os monitores, ao adentrarem no campo de estágio vão munidos de uma carta de apresentação, assinada pela coordenação do CFMAG. É realizada uma pré-reunião e visita na instituição para verificar a possibilidade da efetivação da proposta e vão para desenvolver e aplicar uma proposta de atuação nos parâmetros de atuação da instituição, instruído pelos princípios da gerontologia.

A preparação para esta nova experiência oportunizada ao acadêmico é constante, seja através de leituras, observações, relatos de experiência de outros monitores, constituindo-se como uma fase de seleção e conhecimento para os possíveis campos de estágio. É realizado todo um planejamento do processo de estágio, apresentando as atividades a serem desenvolvidas, os objetivos a serem almejados, os instrumentais utilizados, sempre com o supervisor da docente da disciplina e dos professores orientadores para a produção do relatório final a partir da experiência de estágio. ‘A escolha pelo campo de estágio é realizado pelos alunos de acordo com as suas aptidões, sendo necessário que o campus ofereça condições de atuação dentro dos objetivos do curso’. (ZIEM, 2010, p.46)

A escolha do professor-orientador para ajuda-los na construção do relatório do estágio é de pelo monitor. O estágio pode ser realizado por até quatro monitores na mesma instituição, bem como, a construção do relatório final.

Os critérios utilizados pela coordenação do curso que deverão constar no relatório de estágio são: assiduidade, capacidade de observação, adaptação, relacionamento, interesse aplicabilidade dos conhecimentos teóricos adquiridos no curso e participação. A uma data limite para entregar do relatório final que estipulada pela coordenação do CFMAG a cada semestre.

É oportuno, afirmar que o aprendizado dos monitores não se restringe somente a sala de aula, mas frequentemente participam de palestras, seminários, realizam visita ao Conselho do Idoso, a instituições, pois o aprendizado não se constrói somente no meio acadêmico, absorvem todos os espaços a universidade oferecer, frequentemente nos deparamos

com eles nos espaços de lazer, de estudos, ocasionado, portanto um processo pleno de integração intergeracional.

O curso possui uma carga horária no total de 256 horas/aulas, distribuídas em um total de oito encontros em cada disciplina, o que perfaz um total de 8 horas/aulas para cada disciplina e um total de 64 horas aulas cada semestre. A duração do curso é dois anos, distribuídos em 4 semestres. Dentro dessa nova remodelação do CFMAG, a etapa final do curso será em novembro 2013.

A matrícula para o curso é realizado na secretaria do NETI, no início de cada semestre, quando é ofertado o curso e o número de vaga oferecida. O monitor é matriculado no primeiro semestre e na grade de disciplina que serão ofertadas durante o semestre pela coordenação do CFMAG. Para ter direito ao certificado é necessário que o aluno esteja presente em no mínimo 75% das aulas de cada disciplina. O aluno que, por motivo justificado, não entregar a proposta concreta de atuação na comunidade no prazo determinado, comunicará por escrito o fato ao NETI, dentro de 07 (sete) dias úteis, podendo vir a receber um certificado de frequência expedido pela Secretaria do NETI.

O quadro dos docentes é formado por profissionais com graduação nas seguintes áreas: Direito, Sociologia, Serviço Social, Psicologia, Enfermagem, Pedagogia, sendo que a maioria dos docentes possui Especialização em Gerontologia.

Como o quadro de docentes do NETI é pequeno, considerando as disciplinas que são ofertadas durante o curso, e muitos docentes da equipe do NETI são coordenadores de outras atividades, é feita uma parceria entre a coordenação do NETI e a coordenação do CFMAG com os Departamento dos Centro de Ensino da UFSC, dentre eles destacamos; Centro de Filosofia e Ciências Humanas, com os departamentos de: Filosofia, Antropologia e Psicologia CED- Centro de Educação, que disponibilizam do seu quadro de docentes, servidores com formação nas áreas citadas acima para ministrarem aulas para os alunos idosos, o que significa a mesma excelência de ensino e a preocupação com um processo educativo de qualidade.

Ao término do curso, é realizada uma cerimônia de formatura para a entrega dos certificados que contam com a presença da Reitoria ou Vice da Universidade, representante da PROEX, onde o monitor receberá um certificado de conclusão assinado pela Reitoria da UFSC,

Pró-reitor de Extensão e pela Coordenadora do NETI e registrado no Departamento de Apoio a Extensão (DAEX).

O Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica é modalidade de ensino de vanguarda, é considerado em nossas estâncias como um curso de extensão de longa duração. Seu desenvolvimento reflete a preocupação da UFSC em prol de um envelhecimento sadio. Aos alunos intergrados na proposta, possibilita uma reflexão frente ao seu próprio processo de envelhecimento, onde inicialmente se apresenta como Sujeito e passa a ser um agente de transformação na realidade em que se insere.(GODTSFRIEDT,1997, p.91)

No decorrer do ano letivo de 2012, o CFMAG apresentou 4 turmas, distribuídas em 4 fase do referido Curso (1ª fase, 3ª fase, 5ª fase e 6ª fase) totalizando aproximadamente 68 alunos idosos participantes do curso. Desse total, majoritariamente as mulheres, cerca de 98%, enquanto que o total de homens, neste ano era 5, passando para 2 homens, cerca de 1%. Possuindo, a faixa etária, entre 58 a 65 anos. Em relação à formação superior, o curso apresentar certa heterogeneidade, possui integrantes com ensino médio incompleto a pessoas com curso superior e pós-graduados. Dentre as profissões, com formação superior, destaca-se no curso: Assistentes Sociais, Psicólogas, Pedagogas, Economistas, Engenheiras. É válido considerar, que muitos integrantes do CFMAG, desenvolvem atividades laborativas ao tempo em que participam das atividades do curso, ou seja, são atuantes no mercado de trabalho, além desse, uma grande maioria que são aposentados.

Outro aspecto, de grande relevância é fator naturalidade, sendo a maioria oriunda do Rio Grande do Sul, seguido pelos oriundos de São Paulo, depois os naturais de Santa Catarina e de outros Estados da Federação, em menor número.

Percebe-se que o CFMAG é bem heterogêneo, em relação a fator idade e formação superior. As mulheres são a grande maioria, bem como, nas demais atividades do núcleo, verifica-se uma presença masculina maior nas atividades em consonância com NETI, principalmente nos Projetos Grupo de Apoio aos Familiares de Portadores da Doença de Alzheimer e Programa Grupo de Apoio aos Portadores da Doença de Parkinson, destacando com isso, um envelhecimento cada vez mais feminino.

O processo de formação de recursos humanos em gerontologia oportunizado pelo CFMAG ocasiona uma capacitação da pessoa idosa referente aos seus processos de envelhecimento, além disso, desenvolve nas pessoas idosas engajadas em trabalhos sociais em

outras instituições uma formação que possibilite novas habilidades e percepções de vida frente ao seu reconhecimento enquanto pessoa idosa. A educação permanente possibilita o reconhecimento enquanto cidadão de direito, tornando-os cidadãos críticos engajados socialmente, com capacidade de reflexão sobre as suas ações cotidianas, muitas vezes, essa capacitação realiza no monitor uma profunda reflexão sobre a sua condição de vida, onde são revisados muitos conceitos, princípios sobre a sua vida particular enfatizado que para a educação não existe barreiras.

Contudo, nota-se que por intermédio da educação permanente as pessoas idosas passam a refletir sobre o seu próprio processo de envelhecimento, a rever muitos conceitos e princípios, até estipulados, não-criticado, e principalmente a refletir sobre a sua condição de ser humano inserido nesse processo.

A partir da experiência de estágio no NETI, especialmente no CFMAG, observar-se que os projetos do NETI têm consonância com as diretrizes do Estatuto do Idoso (Lei Federal 10741/2003): “O idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem a peculiar condição etária”. (SILVA; RIBEIRO; SILVA, E. 2012 p.90), afirmando-se como uma ferramenta para promover a inserção social, especialmente ao referir-se: Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração á vida moderna. (BRASIL, 2007, p.13).

Neste sentido, a que finalidade da educação, desenvolvida no núcleo está a direcionada ao processo de humanização e transformação social. Dessa forma, objetiva destacar o papel e atuação do Serviço Social neste espaço.

O Serviço Social atua sobre a Política de Educação Permanente adotando-a como um elo fortalecedor para a emancipação humana, partindo do princípio de que a educação promover a processo de libertação da mente critica reflexiva para o mundo. Dessa forma, o compromisso da profissão, com Código de Ética da Profissão de 1993<sup>41</sup>, e Lei de Regulamentação da Profissão Nº 8662<sup>42</sup>, especialmente ao afirmar: Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento Intelectual, na perspectiva

---

<sup>41</sup> Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993

<sup>42</sup> Lei nº 8662 DE 1993 ,**dispõe sobre a profissão de Assistente Social .**

da competência profissional; (CFESS, 1993) e o: Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CFESS, 1993)

Com ênfase especialmente, nesses princípios, atuação se consagra através do fortalecimento de suas bases com vistas a efetivar mudança, assumindo um compromisso dos segmentos mais fragilizados da sociedade, seja em qualquer esfera do mundo social. Neste propósito Iamamoto apresenta a seguinte definição de Serviço Social

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTTO, p.4 2009)

Em relação a isso, reforça-se que o Serviço Social possui um caráter de promover a transformação social, reafirmando isso, através de princípio como Democracia, Liberdade e Justiça Social. O Serviço Social através de seu posicionamento crítico e em prol do coletivo visa promover a emancipação humana, sendo um elemento que promova a interligação e profundo questionamento da realidade onde estamos inseridos.

No NETI, a atuação do Serviço Social realiza-se especialmente sobre a Política de Educação Permanente, no sentido de afirmar o papel como transformador social sobretudo, a partir da ênfase na participação social nos espaços dos Conselhos de Direitos, como o Conselho Municipal do Idoso e no Conselho Estadual de Assistência Social, percebe-se que a educação não se restringe somente a relação professor aluno, no espaço acadêmico, mas é vivenciada das diferentes formas, principalmente na Participação Social nos espaços de deliberações e construções de políticas sociais.

Especialmente, que ao promover essa participação está favorecendo uma geração mais política, atuante e crítica, frente ao conhecimento da regulamentação dos direitos sociais, o que concretiza-se em: **educação é produção de uma consciência verdadeira [ . . . ] e a verdade fundamental da consciência humana está no exercício do pensamento que problematiza o existente.** (ALENCAR, 2002 p.72, apud PATTO, 2000, p. 179).

Dessa forma no NETI, o Serviço Social por mediação de uma prática transformadora, vêm rompendo com mitos e preconceitos sobre o envelhecimento humano, principalmente referente a educação para pessoas idosas, apresenta-se como o desafios colocados para a profissão.

A autora Potyara Pereira faz uma explanação da relação entre o Serviço Social e o fenômeno do envelhecimento, afirmando que o mesmo não pode fica alheio a esse fenômeno, destacando que o campo de envelhecimento, é alvo de estudos, pesquisas e especializações. Para a autora a relação entre o envelhecimento e Serviço Social é definida seguinte maneira:

Por ser uma profissão que atua em constante interação com as políticas sociais e os direitos sociais, o Serviço Social não pode ficar alheio á tematização do fenômeno do envelhecimento. E mais, não pode se abster do exame crítico do significado e implicações contextuais desse fenômeno visto que é ele não se dá de forma isolada. (PEREIRA, 2005, p.3)

A observância desses princípios, remete a preocupação da profissão em ser um elemento facilitador de garantia e direitos sociais, conforme Pereira: o envelhecimento é um processo que ao mesmo tempo em que se abre um leque de possibilidade de estudos e pesquisas é também um desafio intelectual, social e político – além de ser uma experiência nova para quem atualmente a vivencia.(PEREIRA, 2005, p.7)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Descobrir-se no processo de envelhecimento, geralmente, leva-nos a pensar sobre dois ângulos: foi realizada uma preparação para essa fase, de maneira a facilitar a compreensão dos seus efeitos, ou que não há razão para preocupar-se previamente com essa fase, provocando, em muitos, total repúdio. A aversão ao envelhecimento é comum em nossa sociedade, muitas pessoas não se reconhecem nesse processo e discriminam a si mesmas e ao seu semelhante. Sendo assim, considera-se fundamental um processo educativo para o envelhecimento, o qual constitui-se em uma reflexão de sobre a vivência dessa fase, possibilitando uma revisão de estereótipos sobre essa etapa da vida.

O envelhecimento é um grande desafio do século XXI, no entanto, há muito o que se fazer para torná-lo visível, e promover o reconhecimento desse fenômeno como universal. Em relação a isso, Salgado apresenta a seguinte reflexão: A velhice como etapa final da vida é também a época de acertos de contas do indivíduo consigo mesmo. É a época de um julgamento da pessoa diante de si mesmo, no qual não são permitidas justificações que minimizem a culpa ou atenuem os erros. (SALGADO, 1980, p. 41)

Dessa forma, é possível afirmar que durante o processo de envelhecimento, ocorre um verdadeiro processo reflexivo do indivíduo consigo mesmo, configurando em um processo de revisão de toda a sua vida.

De certa forma, a velhice consiste em uma fase de repensar o que foi vivido, e um momento para construir desafios de vida, tornando-se em um verdadeiro processo de reeducação. Nessa fase, muitas necessidades afloram, principalmente, as relacionadas com a tecnologia, fazendo com que haja uma procura pela educação como um importante recurso para aprimorar-se constantemente. Com isso, as instituições que desenvolvem trabalhos com idosos, voltadas para um processo educativo, muitas vezes adotam uma educação não formal, não transcrita em livros ou em normas didáticas, mas que venham atender aos anseios e necessidades da pessoa idosa, oportunizando uma “transformação pessoal”. Neste sentido, a educação sempre se fundamenta numa preocupação temporal (SCHONS, PALMA, 2000 p. 159), e é necessário ponderar o seguinte:

Durante o desenvolvimento humano, a população não é alfabetizada sobre os processos de envelhecimento; ela somente envelhece compreendendo através dos mitos que são gerados pela própria sociedade o seu próprio envelhecimento e, desta forma, provocando o surgimento da conformação e o sentimento de inferiorização por apresentarem idades avançadas, permitindo que os papéis sociais sejam transferidos, restando atos predeterminados (FERREIRA, SILVA p.36, apud FERREIRA, 2012).

Assim, o aprimoramento educacional, muitas vezes, é algo ambicionado pela pessoa idosa, com uma alternativa para ocupação do seu tempo livre, constituindo-se em uma forma de lazer e um espaço propício para a formação de novos laços de amizade, oportunizando um verdadeiro processo de educação sem fronteiras. É necessário afirmar, ainda, que a educação se constitui em uma forma de rever e vivenciar o processo de aposentadoria, sendo uma forte aliada no processo de transformação social.

É na aposentadoria, na saída do mundo produtivo, na busca de uma forma de preencher o tempo ocioso que a educação adentra na vida da pessoa idosa, através da busca por uma instituição de ensino superior que desenvolvam atividades com idosos, ou na participação em grupo de convivência, ou em clubes da terceira idade. A aposentadoria consiste, muitas vezes, em um período para realização de sonhos que outrora tornaram inviáveis durante as demais fases da vida, entretanto é necessário ressaltar que esta etapa também está associada a uma fase de perdas, como problemas de saúde e, por vezes, empobrecimento.

Assim buscam-se elementos que interliguem a aposentadoria com a educação vivenciada através das instituições de ensino superior, destacando a importância de educar para o processo de envelhecer pois, ao longo da vida, o envelhecimento é visto com algo muito distante que não merece atenção, Freitas e Costa contestam esta afirmação, apontado que :

Enquanto existir um olhar apenas especulativo e superficial sobre as questões do envelhecer, será mais difícil reconhecer o tempo como um meio de complementar a vida na sua plenitude. É preciso ir além da legislação para desenvolver hábitos e atitudes de cidadania. Todos envelhecem. (FREITAS, COSTA, 2012, p. 40)

Sabemos que o envelhecimento atinge todos de uma forma ou de outra e que os seus sinais biológicos, podem demorar a aparecer, mas que todo envelhecem. Então, é necessário buscar elementos que contribuam com um processo de preparação para esta fase e

que consista em um processo reflexivo e de cuidado, que englobe toda a sociedade sobre essa preparação.

Assim, encontramos especialmente nos programas de preparação para aposentadoria uma forma de orientação, ainda que mínima, mas que ampliam a visão sobre o envelhecimento, provocando reflexões sobre o envelhecer, e nos preparados para vivenciar essa fase. Contudo, cabe afirmar que esses programas ainda são poucos desenvolvidos na sociedade, apesar do Estatuto do Idoso, preconizar no Capítulo XV, artigo 28 inciso II que: [os ] Programas de preparação para aposentadoria, com antecedência mínima de 1(um) ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania. (BRASIL, 2003, p. 12). Em virtude, disso, Gonçalves apresenta a seguinte contribuição:

O programa de preparação para a aposentadoria deve ser aproveitado como um mecanismo de suporte, estimulado pelo poder público e inserido nas organizações. Sem a devida preparação para a aposentadoria, para essa nova etapa da vida, os aposentados/as correm riscos bio-psico-sociais, ou seja, de terem problemas relacionados à saúde física, psicológica e de relação social, que afetam ele próprio, a família, a comunidade e a sociedade. (GONÇALVES, 2006, p.111)

Sobre isso, afirma que a preparação para a aposentadoria consiste em uma tarefa essencial da vida humana, pois é um processo de planejamento para uma nova fase. Dessa forma, enfatiza-se a busca pelas instituições de ensino superior, como uma forma alternativa para favorecer um envelhecimento saudável e o constante aprimoramento intelectual principalmente referente aos assuntos gerontológicos.

Assim, pela primeira vez na história da humanidade, homens e mulheres idosos, de maneira coletiva, recomeçam ou continuam seus estudos, transformando num fenômeno social o que até pouco tempo era um privilégio de minorias ricas e cultas. (SCHONS&PALMA, 2000, p.160)

Com isso, a relação entre aposentadoria e Universidade Aberta associa-se na seguinte perspectiva de um novo descobrimento do envelhecimento humano, subsidiada de certa forma, pela ênfase aos programas preparação para aposentadoria, que fornecem orientações para vivenciar, de forma significativa, um envelhecimento cada vez mais autônomo, mostrando possibilidade de crescimento pessoal relacionado ao ensino, contribuindo para a difusão do interesse pelo envelhecimento e de como preparar-se para isso. Contudo, este assunto ainda constitui-se em um elemento polêmico perante os olhos da sociedade, pois ‘o

ensino voltado para idosos ainda é um assunto que socialmente causa estranheza em razão de estereótipos construídos de forma cultural' (FERREIRA, SILVA 2012, p.36).

Dessa forma, é necessário haver outras produções teóricas sobre o envelhecer, uma vez que o mesmo apresenta-se com diversas perspectivas que são diferentes de cultura para cultura, conforme cada contexto social e histórico, apresentando-se de certa forma como uma categoria social, difundida através de terminologia adotada para conceituá-lo, conforme cada sociedade, ocasionando modificações dentre suas classes sociais. Enfatiza-se que nesta fase a aposentadoria apresenta-se como um respaldo legal, como fruto de lutas pelos direitos sociais, principalmente de aposentar-se e garantir um remuneração monetária.

Sobretudo, que ao longo da história brasileira é árdua a luta por direitos sociais, acredita-se que é necessário vivenciar este processo de aposentadoria, seja através programas de cunho educativo e metodológico que oportunizem a pessoa repensar suas atitudes frente ao seu envelhecimento, apresentando a aposentadoria como a primeira etapa para sentir realmente esta fase. O resultado disso é a educação transcrita nos processos de preparação para aposentadoria e ministrada através das instituições de ensino superior, denominada Universidade Aberta, que possui uma filosofia de acreditar que a educação é sem fronteiras, considerando como um passo marcante para vivenciar a mais divina arte: do envelhecer.

Descrevendo que essa arte, delineia de maneira brusca, com traços imperfeitos a ainda a serem explorados, configurando-se como um mecanismo de emancipação humana e de busca pelo protagonismo social e humano, transcrita na forma da metodologia adotada, neste caso, como o NETI através de Quatros Pilares da Educação, que na realidade, são vivenciados durante todo o processo educativo, apreende-se, em virtude disso, que o trabalho em equipe multidisciplinar constitui em uma ferramenta básica, sendo uma nova virtude para analisar e pesquisar o envelhecimento humano, pois o mesmo é um fenômeno multidimensional.

Destacamos o Serviço Social como uma profissão interventiva e que muito tem a contribuir para esse campo, destacando-se na luta pelos direitos das pessoas idosas e na visualização do envelhecimento como um processo congênito e único de cada ser humano. Acreditamos que, apesar das barreiras no processo educativo para o envelhecimento-é possível.

Ora preparar-se para envelhecer é, sobretudo aprender a viver, algo único e imutável. Assim, "o papel da educação é a construção pelo educando de uma sociedade

democrática ou sociedade aberta. A educação é um momento do processo de humanização''(SILVA, 2007, p. 26).

Acreditando que o envelhecimento possibilita reflexões, destacamos a educação como principal elemento para compreendê-lo, contribuindo para ocasionar uma revolução do envelhecimento, apesar do mesmo ser, muitas vezes, considerado apenas como um problema social, então qual o real segredo para desvendar essa arte? De traços imperfeitos, de aspectos robustos, difícil de decifrar. Como apreender às lições para editar nessa etapa?

Sabemos que é difícil 'definir velhice, inclusive como delimitação referida ao biológico, por sua inseparabilidade do social'. (MOTA, 1998, p.237) mas, sobretudo, acreditamos que este trabalho venha a contribuir para pensar como educar para envelhecer, construindo de certa forma outra maneira de ver a história do envelhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Vera Lúcia Valsechi. Modernidade e Velhice. **Serviço Social e Sociedade**. 75. São Paulo: Cortez, 2003.

D'ALENCAR, Raimunda Silva. **Ensinar a Viver, Ensinar a Envelhecer: desafios para a educação de idosos**. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, v. 4, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRESSAN, Albert. el at. **O bem –bestar subjetivo dos aposentados frente as condições socioeconômicas**. Florianópolis, 2005 (Curso Especialização em Gerontologia).

BRASIL. Lei n. 8662, de 07 de junho de 1993. **Dispõe sobre a Profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/1993/Lei/8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/1993/Lei/8662.htm)>. Acesso em: 10 jan.. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8842, de 04 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a Política Nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1994/Lei/8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1994/Lei/8842.htm)>. Acesso em: 10 dez.. 2012.

\_\_\_\_\_, LEI 10.741, 01 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm) acesso:10 dez.2012.

\_\_\_\_\_, **Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF:Senado 1988

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012] Disponível em [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)

BOTH, Agostinho. **Profissionalização em Gerontologia**. Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento. Porto Alegre, v. 7, p. 25-36, 2005.

BORGES, Maria Claudia M. O idoso e as Políticas Públicas e Sociais no Brasil. In: SIMSON, Olga (Org). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas/SP: Alínea, 2003.

CACHIONI, Meire. **Quem educa os idosos?** Um estudo sobre os professores de universidade da terceira idade. Campinas/SP. Editora Alínea, 2003

CAMARANO, Ana Amélia. **Envelhecimento da População brasileira:** uma contribuição demográfica. Rio de Janeiro, janeiro de 2002.

CALDAS, Célia P. VERAS, Renato P. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 9(2): 423-432 2004.

CERVENY, Maria de Oliveira Ceneide. BERTHOUD, Cristiana Mercadantes Esper. **Família e ciclo vital:** nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997

CLOSS, Vera Elizabeth; SCHWANKE, Carla Helena Augustin. A evolução do índice de envelhecimento no Brasil, nas suas regiões e Unidades federativas no período de 1970 a 2010. **Revista Brasileira Geriatria**. Gerontologia, Rio de Janeiro, 2012; 15(3):443-458.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

DEBERT, G.G. Envelhecimento e curso da vida./s/local **Revista de Estudos Feministas**. Vol. 5., n.1, 1997. P.120.

\_\_\_\_\_,\_\_\_\_\_.Antropologia e os estudos dos grupos das categorias de idade. In: BARROS, Myriam M.L.(Org) **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

\_\_\_\_\_,\_\_\_\_\_. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2004.

\_\_\_\_\_,\_\_\_\_\_. **O significado da velhice na sociedade brasileira**. São Paulo, Acta Paul Enfermagem, 2000.

\_\_\_\_\_,\_\_\_\_\_. **O velho na programada**. Cadernos Pagu (21) 2003: pp.133-155.

\_\_\_\_\_,\_\_\_\_\_**Envelhecimento e Curso da Vida**. Estudos Feministas, 1997,

\_\_\_\_\_,\_\_\_\_\_**Velhice e o curso da Vida pós-moderno** . Revista USP, São Paulo, n.42, p. 70-83, junho/agosto 1999. Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/42/06-guitagrín.pdf> acesso. 12. Nov.2012

DELORS, Jacques. Os Quatro Pilares da Educação. In: **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez. p. 89-102.

FALEIROS, Vicente Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1997

FRANÇA, Lucia. **Repensando aposentadoria com qualidade:** manual um manual para facilitadores de programas de educação para aposentadoria em comunidades. Rio de Janeiro: UnATI, 2002.

FRAIMAM, Ana. **Coisas da Idade.** São Paulo, Hermes, 1998.

FERREIRA, Anderson Jacke; SILVA, Rita F.D. Uma leitura da Educação e do Ensino. In: FERREIRA, Anderson Jacke el at.(Org) **Educação e envelhecimento.** Porto Alegre, EDiPUCRS, 2012

FREITAS, Soraia N; COSTA, Leandra C..Vida adulta e envelhecimento:reconhecendo direitos e possibilidades de viver com dignidade através do Estatuto do Idoso. In: FERREIRA, Anderson Jacke el at.(Org) **Educação e envelhecimento.** Porto Alegre, EDiPUCRS, 2012

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em Dados** / Unidade de Política Econômica Industrial. - Florianópolis: FIESC, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Editora Atlas, 1996.

GODTSFRIEDT, Maria Cecília. **O Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontologia.**In:GRUNEWALD, Virginia. NETI- A Construção de um caminho na Gerontologia. Copyflo, Florianópolis, 1997

GONÇALVES, Rita de Cássia. **A Trajetória Laboral de Homens e Mulheres no Processo de Desligamento das Relações de Trabalho pela Aposentadoria.** 2006 Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006

GUEDES, Neusa Mendes. A construção de uma caminho (Resgate de histórico:tropeços e passos a caminho de acertos. In : GRUNEWALD, Virginia. NETI- **A Construção de um caminho na Gerontologia.** Copyflo, Florianópolis,1997

GRUNSPAN; Michell et al. Qualidade de Vida na Terceira Idade Mais Vida aos Anos de Vida. In: **Caderno Adulto.** Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Vol.8.n.8,1997,

GIACONIMI, Karla. O papel do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso na elaboração e implementação de políticas públicas no Brasil. **Revista Dos Direitos da Pessoa Idosa:** o compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil. Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos. Brasília/DF, 2011.Disponível em:[http://portal.mj.gov.br/sedh/3cndpi/doc/Revista\\_DireitosPessoa\\_Idosa.pdf](http://portal.mj.gov.br/sedh/3cndpi/doc/Revista_DireitosPessoa_Idosa.pdf) acesso: 23 jan 2013

GUIMARAES, Ana Flávia A; LEAL, Lia R. **Aposentadoria como ritual de passagem**. Monografia (Curso de Especialização em Gerontologia).Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

HADDAD, Eneida G.M. **O direito a velhice: os aposentados e a previdência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

IPEA. IPEA. **Característica das instituições de longa permanência para idosos**- Região Sul.Coordenação Geral Ana Amélia Camarano, Brasília:IPEA;Presidência da República, 2008

INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE)  
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>

INSTITUTO COMUNITÁRIO DA GRANDE FLORIANOPOLIS (ICOM) O que mostram os sinais vitais de Florianópolis?Florianopolis,s/ano. Disponível: [http://www.icomfloripa.org.br/en/index.php?x=x&modulo=conteudo&int\\_seq\\_secao=&int\\_seq\\_conteudo=7](http://www.icomfloripa.org.br/en/index.php?x=x&modulo=conteudo&int_seq_secao=&int_seq_conteudo=7)>acesso:26 out.2012

INFORME BRASIL PARA A III CONFERÊNCIA REGIONAL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE ENVELHECIMENTO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE.SÃO JOSÉ, COSTA RICA, 8 A 12 DE MAIO DE 2012. Disponível em: <[HTTP: www.sedh.gov.br/pessoa\\_idosa/carta-de-sao-jose/informe.doc](http://www.sedh.gov.br/pessoa_idosa/carta-de-sao-jose/informe.doc)>acesso, em 01Nov .2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências Profissionais**. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009. P.15-50.

JACCOUB, Luciana de Barros. Envelhecimento e Políticas de Estados: Pactuando caminho intersetoriais. **Revista dos Direitos da Pessoa Idosa**: o compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil. Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos. Brasília/DF,2011. Disponível em:[http://portal.mj.gov.br/sedh/3cndpi/doc/Revista\\_DireitosPessoa\\_Idosa.pdf](http://portal.mj.gov.br/sedh/3cndpi/doc/Revista_DireitosPessoa_Idosa.pdf)

MAFIOLETTI, Daniela. **Presença e Atribuições dos Profissionais de Serviço Social nos Programas Universidade Aberta a Terceira Idade em Instituições de Ensino Superior do Brasil**,Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A invenção social da velhice**. Editora Papagaio, Rio de Janeiro, 1989.

MARDEGAN, Elyseu J. **A Idade do Lobo**. São Paulo: Mercuryo,1993.

MARQUES, Ana. **Velhices problematizadas Redes discursivas sobre envelhecimento em Santa Catarina, no Brasil e no contexto das décadas de 1970 a 1990**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Santa Catarina. Florianópolis/2007

MARQUES, Ana. Reflexões sobre envelhecimento o envelhecer nas três últimas décadas do século XX. s/local. **Revista Territórios e Fronteiras** V.2 N.1 – Jan/Jun 2009, Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT

MACHADO, Ofléia. **Proposta de Implantação de Universidade Aberta para Terceira Idade em Joinville**. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Catarina, Florianópolis 2003.

MELO, Orfelina V. **Aposentadoria: premio ou castigo?** Passo Fundo, 1995.

MINOIS, George. **História da velhice no ocidente; da Antiguidade ao Renascimento**. Tradução: FERREIRA, Serafim: Teorema. 1999

MOTA, Ana E. **A Centralidade da assistência social a seguridade social brasileira nos anos 2000**.

MOTA, Alba Britto da. Chegando para Idade. In: BARROS, Myriam M.L.(Org) **Velhice ou Terceira Idade**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

MORI, Marcos M. **Aposentadoria e Trabalho**: Investigação sobre a (re) inserção do idoso no mercado de trabalho. Dissertação de Mestrado em Gerontologia. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

NERI, Anita Liberalesso; FREIRE, Sueli Aparecida. **E por falar em velhice**. 2. ed Campinas: Papyrus, 2003.

NUNES, Alzira T.G.L.; SILVA, Laís A.S. **Serviço social e prática educativa com idoso na Universidade Aberta da Terceira Idade** da UERJ. V Jornada Internacionais de Políticas Públicas, São Luiz, Maranhão 23 a 26 de agosto de 2011.

**PLANO INTERNACIONAL SOBRE ENVELHECIMENTO**. Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos, revisão de português de Alkmin Cunha; revisão técnica de Jurilza M.B. de Mendonça e Vitória Gois. – Brasília Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

PEDROSO, Augusto Aldori; DIEHL, Astor Antônio. Cartografia do estudo sobre o envelhecimento humano no estado do Rio Grande do Sul. **Revista Porta de Divulgação**, 2012.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, Myriam M.L.(Org) **Velhice ou Terceira Idade**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

PEREIRA, Potyara A.P. **Formação em Serviço Social, Política Social e o fenômeno do envelhecimento**. Anais do Seminário sobre Educação Superior e Envelhecimento Populacional no Brasil, SESu/CAPES, p. 45-59, 2005.

SALGADO, Marcelo. **Velhice**: uma nova questão social. São Paulo, SESC. 1980

SILVA, Helena Bertho. **Preparação para aposentadoria**: Lições para aposentadoria: Lições de Ensinar e Aprender Fazendo. Serra, Companhia Siderúrgica de Tubarão, 2007.

SILVA, Maria Lucia Lopes **Da. Previdência Social**: resgate histórico, quadro atual e propostas de mudança. 2ªEd. Revisão Ampliada e atual. Brasília: Ed do autor. 1997

SILVA, Narbal; ZANELLI, José Carlos. **Programa de Preparação para Aposentadoria**. Florianópolis, Insular, 1996

SCHONS, Carme Regina; PALMA, Lucia Terezinha Saccomori. **Conversando com Nara Costa Rodrigues**: sobre gerontologia social. Passo Fundo: UPF, 2000.

THIESEN, Silvana de Medeiros. **A participação como verdadeira essência da velhice: uma experiência de Serviço Social, junto ao Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica - NETI-UFSC**. Florianópolis/SC. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social), 2003.

SÁ, Jeante Liasch Martins. Educação e Envelhecimento. In PY, Ligia (org): **Tempo de Envelhecer**: percurso e dimensões psicossocais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2004 345-370

Silva, Elaine Lima da; RIBEIRO, Betânia de O. Laterza; SILVA, Elizabeth Farias. Percursos De Envelhecimento: O Contexto De Um Núcleo De Estudos Da Terceira Idade No Sul Do Brasil. In: **Revista Transdisciplinar de Gerontologia**. Universidade Sênior Contemporânea. Ano VI – Volume V. Número 1, 2012/13

SILVA Vitoria R. **Percepção do meio-ambiente na Terceira Idade**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Graduação em Geografia) - UFSC. Florianópolis: 2004

STUCCHI, Deborah. **Os programas de preparação para aposentadoria e o remapeamento do curso de vida do trabalhador**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1994

SOARES, Dulce; LUNA, Yuri N.; LIMA, Marilaine B. **A arte de se aposentar-se programa de preparação para aposentadoria com policiais federais**. Estudos Interdisciplinares Envelhecimento. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 293-313, 2010.

SOUTO, Graciela V. **O curso de preparação para aposentadoria**: uma realidade na UFSC, 1986. trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social

TEIXEIRA, Solange M. **Envelhecimento e Trabalho em tempo do Capital:** implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo:Cortez,2008 p.39-68.

OLIVEIRA, Maria Cristina. **Envelhecer com dignidade: sentidos de cidadania possíveis.** Revista dos Direitos da Pessoa Idosa: o compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil. Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos. Brasília/DF, 2011. Disponível em:[http://portal.mj.gov.br/sedh/3cndpi/doc/Revista\\_DireitosPessoa\\_Idosa.pdf](http://portal.mj.gov.br/sedh/3cndpi/doc/Revista_DireitosPessoa_Idosa.pdf) acesso:22 de dez.2012

VERAS, Renato. Fórum Envelhecimento populacional e as informações de saúde do PNAD: demandas e desafios contemporâneos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(10):2463-2466, out, 2007

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_ Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, Desafios e inovações. **Revista Saúde Pública** 2009; 43(3):548-5

\_\_\_\_\_,\_\_\_\_\_ A longevidade da população: desafios e conquistas. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo. Cortez. Ano XXIV, n.75, p.5-17, 2003

KALACHE, A. et al. O envelhecimento da população mundial. Um desafio novo. **Revista Saúde Pública** :São Paulo, 1987.

ZANELLI, José Carlos. O programa de Preparação para Aposentadoria: como um processo de intervenção ao final de carreira. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Edição Esp. Temática, p. 157-176, 2000.

ZIEM, Flavia. **Envelhecimento e Educação:** Um campo de novas reflexões e saberes para o Serviço Social. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Graduação em Serviço Social) - UFSC. Florianópolis: 2010.

ZOLTOWSKI, Ana Paula C. **A experiência de aposentadoria de profissionais autônomos.** Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,2012